@revistaemevidencia

em evidência

Desde 2009 - Nº 123 | R$ 99,00

Líderes são leitores.

Inscreva-se em nosso canal

Em Evidência Entrevista

# Nanci Walter

## Presidente do CREA-RS



### A conduta da primeira mulher a conduzir o CREA-RS em quase um século

Por Paulo Sérgio Pinto

**Adriana Lara**
A entrevista exclusiva da presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da ALRS

**Irno Pretto**
A trajetória de lutas e vitórias do presidente da Federação das Uniodontos do Rio Grande do Sul

**Gilson Conzatti**
A homenagem do presidente da União dos Vereadores do Brasil ao CREA-RS

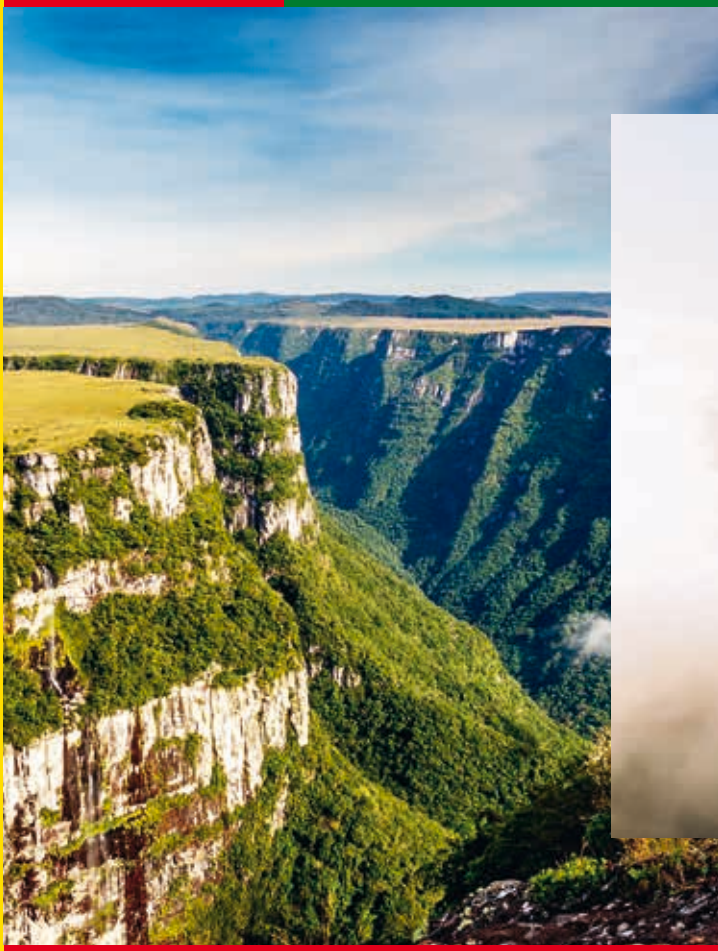
**Ique Vedovato**
Tudo sobre a posse do presidente da Famurs nos 50 anos da entidade

**Nelcir Varnier**
A entrevista do presidente do Sintergs no programa Em Evidência na TV

**Patrícia Alba**
A entrevista exclusiva com a presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

## Caderno Em Evidência: a realidade de todas as comissões permanentes da ALRS











# Viva um inverno inesquecível



Conheça seu
próximo destino
em **vivaors.com.br**

VIVA O INVERNO GAÚCHO

GOVERNO DO ESTADO
**RIO GRANDE DO SUL**

Uma solução spo

# SUSI: a IA que zera faltas em consultas e redefine o cuidado na saúde do seu município.



## No Brasil, **3 em cada 10 consultas** médicas simplesmente não acontecem.

Essas faltas **custam milhões** em desperdício e colocam em **risco diagnósticos e vidas.**

A **SUSI nasceu para resolver esse problema** e ir muito além das agendas, **conectando pacientes, profissionais e gestores em um ecossistema de cuidado contínuo.**

Fontes: Fiocruz (2022); Conselho Federal de Medicina (2023); UFMG/Unifesp, Ciência & Saúde Coletiva (2021)

A SUSI é um agente de IA especialista em saúde, integrada ao sistema de gestão e WhatsApp, que:

- **Reduz faltas**
- **Automatiza agendamentos**
- **Conecta pacientes e equipes em tempo real**

Ela envia lembretes, confirmações, faz agendamentos e reagendamentos automáticos, sem precisar de aplicativo, além de entregar dados em um painel inteligente para gestores e clínicas.

## Como a SUSI funciona?

### Lembra e confirma
envia lembretes automáticos de consultas e exames pelo WhatsApp.

### Reagenda sozinha
se o paciente não puder comparecer, oferece novas datas, agenda e atualiza o sistema em tempo real.

### Analisa mensagens e imagens
entende texto, áudio e fotos clínicas, identificando possíveis riscos e priorizando atendimentos.

### Ativa campanhas de saúde
dispara mensagens segmentadas sobre vacinação, prevenção e rastreamento, ampliando o alcance e a adesão.

### Gera dados inteligentes
entrega relatórios sobre comparecimento, triagens e engajamento em campanhas.

### Integra-se facilmente
conecta-se a sistemas de clínicas, hospitais e prefeituras sem precisar mudar o que já funciona.

**Tudo isso sem aplicativos, sem fricção e sem perder pacientes.**

# Qual é a **importância da SUSI para a saúde?**

Ela combate o absenteísmo, que representa milhões de reais em perdas anuais para hospitais e redes públicas.

Reduz as faltas drasticamente, automatizando lembretes, confirmações e reagendamentos.

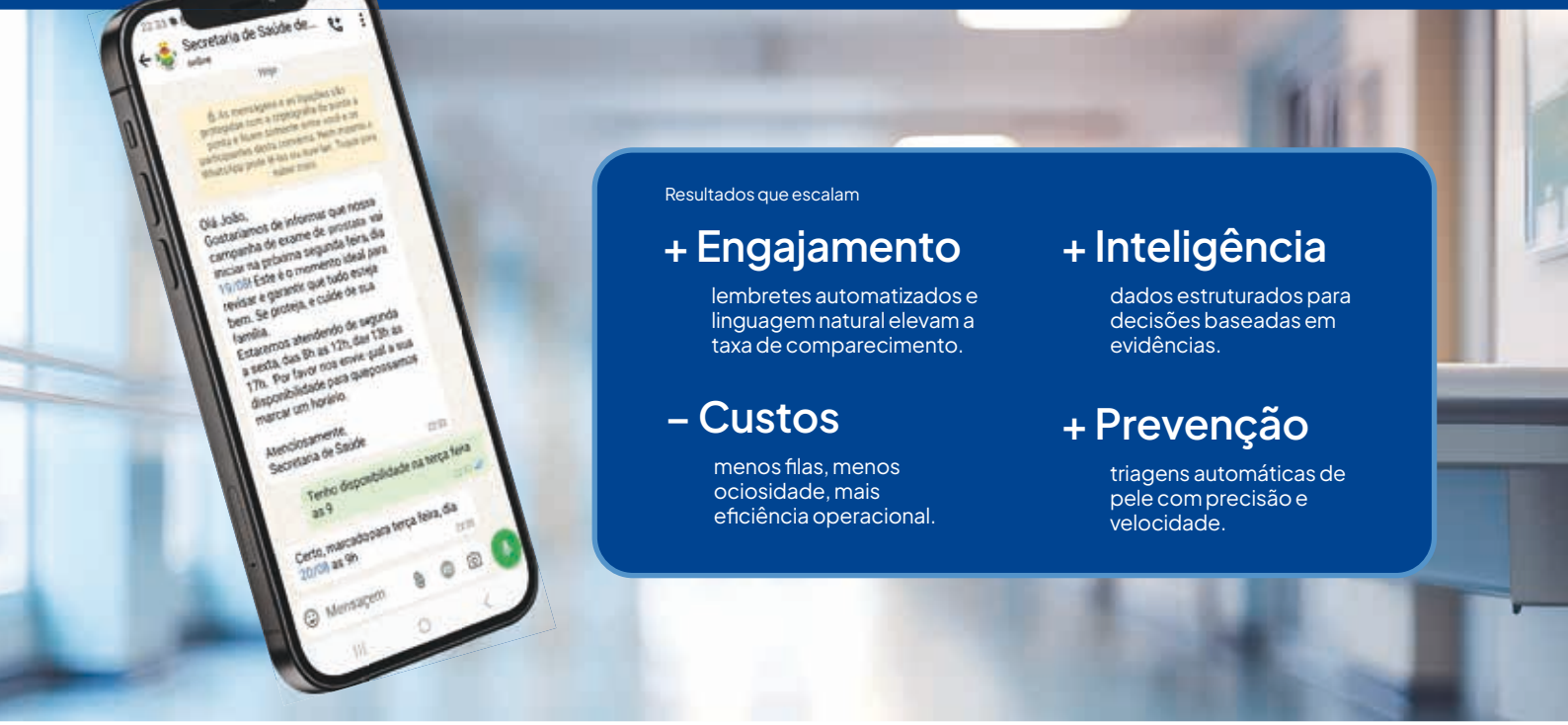
Melhora o fluxo de atendimento e reduz o tempo ocioso das equipes.

Aumenta a adesão a exames, campanhas e programas de prevenção.

Gera dados estratégicos para decisões clínicas e operacionais mais precisas.

Eleva a experiência do paciente, tornando o contato mais ágil, humano e eficaz.

**Mais comparecimentos = Mais diagnósticos = Mais vidas salvas**




Resultados que escalam

**+ Engajamento**
lembretes automatizados e linguagem natural elevam a taxa de comparecimento.

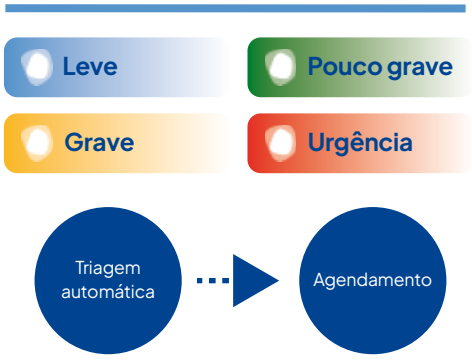
**+ Inteligência**
dados estruturados para decisões baseadas em evidências.

**– Custos**
menos filas, menos ociosidade, mais eficiência operacional.

**+ Prevenção**
triagens automáticas de pele com precisão e velocidade.

## Atualização na SUSI

Com sua nova atualização, a SUSI vai além: **agora também realiza triagens automáticas de lesões de pele via imagem, permitindo diagnóstico precoce e encaminhamento imediato, tudo dentro do mesmo fluxo conversacional.**




**Entre em contato**
Vamos falar sobre como nossas soluções podem ajudar na sua gestão

**www.spotec.app**
+55 (51) 9 8048–1282

Tupandi | Porto Alegre | São Paulo

spo

# Solidez técnica que garante qualidade jurídica e de gestão

A **CDP - Consultoria em Direito Público** se dedica a assegurar que cada decisão tomada na esfera pública esteja ancorada em fundamentos jurídicos sólidos. Desde 1998, trabalhamos lado a lado com administrações municipais, fortalecendo sua atuação com diretrizes claras e soluções jurídicas personalizadas. Nossa equipe de especialistas, com profunda experiência no âmbito governamental, é o pilar de confiabilidade para muitos municípios. A certificação **ISO 9001** reconhece nosso padrão de excelência, mas é a confiança de nossos parceiros que realmente define nosso sucesso.

## Com dedicação e domínio técnico, atendemos mais de 300 municípios ao longo de nossos 25 anos de atuação no Direito Público.



## EQUIPE ESPECIALIZADA

A equipe da **CDP** não só detém um conhecimento jurídico profundo, mas também uma familiaridade íntima com as especificidades e nuances do setor público.

## CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Embora a certificação **ISO 9001** ateste o compromisso da **CDP** com a qualidade, é o contínuo aperfeiçoamento da consultoria e a satisfação de seus parceiros que a motivam a manter um padrão elevado.

## SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

A **CDP** reconhece que cada município possui suas próprias particularidades. Por isso, a consultoria oferece soluções jurídicas que são adaptadas às necessidades individuais, garantindo eficácia e relevância.

## AMPLA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Com anos de atuação no campo do Direito Público, a **CDP** detém uma vasta experiência que lhe permite lidar com complexidades jurídicas de maneira eficiente. Sua trajetória consolidada a capacita a prever desafios e a orientar seus parceiros de maneira proativa e informada.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO

Rua dos Andradas, 1234, cj. 206 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS - CEP 90020-008
Fone/Fax: 51 3226.6866
E-mail: cdp@cdprs.com.br

**cdprs.com.br**



EDITORIAL

# A CONDUTA DA PRIMEIRA MULHER A CONDUZIR O CREA-RS EM QUASE UM SÉCULO

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



**PAULO SÉRGIO PINTO**
*Vice-presidente da Rede Pampa de Comunicação, jornalista e apresentador do programa Pampa Debates*



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Há instituições que atravessam o tempo porque representam algo maior do que a soma de suas funções administrativas. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul é uma delas. Em quase um século de presença no Estado, o CREA-RS acompanhou mudanças profundas na vida econômica, urbana, produtiva e tecnológica dos gaúchos. Esteve ligado à engenharia que ergue cidades, à agronomia que sustenta a produção, às geociências que ajudam a compreender o território, à fiscalização profissional que protege a sociedade e ao conjunto de atividades técnicas que dão segurança àquilo que se constrói, se projeta, se calcula e se executa.

Por isso, quando uma entidade com esse peso institucional passa a ser conduzida, pela primeira vez, por uma mulher, o fato merece ser olhado com a atenção que a história exige. A eleição da engenheira ambiental Nanci Walter para a presidência do CREA-RS marcou uma mudança de grande valor simbólico e institucional. Em 86 anos de existência do Conselho, ela tornou-se a primeira mulher eleita para ocupar o cargo e, depois, foi reeleita para uma nova gestão, ampliando o significado de sua presença em uma entidade ligada a áreas técnicas historicamente marcadas pela predominância masculina. Sua chegada à presidência afirma, diante da vida profissional do Rio Grande do Sul, que a liderança nas engenharias, na agronomia e nas geociências deve ser reconhecida pela competência, pelo preparo, pela responsabilidade e pela capacidade de conduzir instituições que exercem papel decisivo para a segurança, o desenvolvimento e a organização técnica da sociedade.

O CREA-RS completou 90 anos em 2024, em um dos períodos mais duros da história recente do Estado. As enxurradas ceifaram vidas, derrubaram pontes, interditaram as artérias do Estado e se tornaram uma prova de fogo para a entidade e principalmente para sua presidência. O dilema da presidente da entidade, Nanci Walter, tornou-se óbvio: se falhasse, estaria, para o resto de seus dias, estigmatizada negativamente e, se fizesse o que lhe fora cobrado, não teria feito "nada mais que sua obrigação". Sob seus ombros recaía a dura cobrança de agir em um cenário sem precedentes, de urgência máxima e com números avassaladores de vítimas e destruição. Ao contrário de muitas previsões, mas não das minhas, a presidente do CREA demonstrou uma articulação invejável, mobilizando a entidade de uma forma nunca antes vista. Acredito também que a própria categoria foi de uma postura extremamente humana, indo para o front, correndo riscos e agindo com uma sincronia que beirou a perfeição. Engenheiros dos quatro cantos do Rio Grande puseram a "mão na massa" e protagonizaram ações heroicas, remissivas aos profissionais da saúde na época da pandemia. Esse conjunto de ações, em socorro dos atingidos, fez com que a entidade deixasse sua marca indelével nos corações de gaúchos e gaúchas.

Por parte de sua presidente, também houve uma entrega total, sempre com uma humildade única e um incrível senso de coletividade, pois, em momento algum, tomou para si os louros desses atos de compaixão do CREA-RS pelo povo gaúcho. Ao contrário, defendeu todas as ações estratégicas de seus colegas e fez questão de que a justiça fosse feita, enobrecendo e exaltando seus pares de entidade, como um verdadeiro líder deve agir. As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul colocaram em primeiro plano a importância dos profissionais da área tecnológica. A sociedade percebeu, com mais clareza, o valor do conhecimento técnico, e o CREA-RS viveu dias que ficarão para sempre registrados na memória de nosso inconsciente coletivo.

Se a pandemia serviu como um certo acelerador tecnológico em nossas vidas, os episódios climáticos de 2024 serviram igualmente para o CREA-RS. Neste sentido, a entidade aproximou-se de forma inédita da sociedade gaúcha, fortalecendo-se de dentro para fora. Sua logística tornou-se ainda mais eficiente, seus membros mais unidos, o preparo técnico e político de sua liderança confirmou que a escolha fora assertiva e, talvez, o mais importante: a prova da maturidade dos profissionais que deixaram de lado suas diferenças por um bem maior, chamado Rio Grande do Sul. A figura protagonista de uma mulher, em um momento singular de nossa história, expôs, na verdade, a força da categoria, não importa qual seja a condição de um engenheiro: em momentos de crise ele sempre saberá resolver, pois essa é a sua vocação primeira.

> "[...] o Rio Grande do Sul precisa cada vez mais de técnica, responsabilidade, segurança, representação qualificada e abertura para que lideranças competentes ocupem os espaços que a sua capacidade legitima. Nanci Walter chegou à presidência por esse caminho"

Quase um século depois de sua criação, o CREA-RS tem em sua presidência uma mulher. Esse fato ficará registrado na história da entidade. Mas seu valor maior está no que ele sinaliza para o presente: o Rio Grande do Sul precisa cada vez mais de técnica, responsabilidade, segurança, representação qualificada e abertura para que lideranças competentes ocupem os espaços que a sua capacidade legitima. Nanci Walter chegou à presidência por esse caminho. E, ao fazê-lo, tornou-se parte de uma página importante da engenharia, da agronomia, das geociências e da vida institucional gaúcha.

# EM EVIDÊNCIA NA TV

Inscreva-se no nosso canal no **YouTube**! Acesse pelo **QR Code** ou busque por

**@RevistaEmEvidencia**

## Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.




**às 18h, todos os domingos**

**TRANSMISSÃO:**

**STREAMING (GRATUITO)**
- maspertv.com.br
- SoulTV
- SOPPlay
- NXTV
- YouTube
- Facebook
- Instagram

**SATÉLITE**
Satélite Star One D2
Canal 575

**TV POR ASSINATURA**
Claro TV RS | 20 / 520

**Apresentador:**
*Cláudio Andrade*

**Apresentado por:**

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

REVISTA em evidência



# 12
## Nanci Walter
Presidente do CREA-RS

Engenheira ambiental e presidente do CREA-RS, Nanci Walter lidera uma gestão marcada por modernização, presença institucional e atuação técnica em momentos decisivos. À frente do Conselho desde 2021, ela trata dos avanços nos serviços, da aproximação com municípios e da importância da engenharia para a reconstrução, a segurança e o futuro do RS.


22 **DEPOIMENTOS**
Vozes que celebram os 92 anos do CREA-RS

26 **OPINIÃO - Emerson Correa da Silva**
Da técnica à política: onde a decisão pública encontra responsabilidade profissional

31 **ESPECIAL CREA**
Os eixos que modernizaram e aproximaram o CREA-RS da sociedade gaúcha

43 **FOTO LEGENDA**
Grupo Em Evidência é recebido pelo presidente da Assembleia Legislativa do RS

44 **FAMURS**
Nova diretoria assume a Famurs, em congresso na cidade de Imbé

46 **FLASH**
Ique Vedovato assume a Famurs no cinquentenário da entidade

59 **FLASH**
Quem faz... está em evidência!

66 **CAPA**
Irno Augusto Pretto

72 **CAPA**
Nelcir André Varnier, presidente do Sintergs

78 **CADERNO EM EVIDÊNCIA**
O Rio Grande cresce no mapa do turismo

92 **TURISMO RS**
Com projeção de 1,26 milhão de desembarques, governo do Estado realiza lançamento inédito da temporada de inverno 2026

96 **OPINIÃO - Mateus Marques**
A investigação criminal na administração pública

98 **OPINIÃO - Andréia Fioravante**
O voto feminino decide eleições

100 **VENÂNCIO AIRES**
Venâncio Aires está entre as finalistas do Prêmio Nacional Sebrae Prefeitura Empreendedora

102 **VENÂNCIO AIRES**
Turismo Venâncio é destaque em inovação pública

105 **ESPECIAL**
Comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

170 **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**
Valdeci Oliveira, presidente da Comissão de Ética Parlamentar

172 **ÚLTIMA PALAVRA - Gilson Conzatti**
Resiliência que reconstrói



REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 99307-0229

**DIREÇÃO EXECUTIVA**
**Lucio Vaz**
**revistaemevidencia@gmail.com**

**SUPERVISÃO GERAL**
Lucio Vaz

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**
Gladimir Chiele

**REDAÇÃO**
Patrícia Cruz
Rafaela Machado

**FOTOGRAFIA**
Chico Pinehyro

**REDES SOCIAIS**
Douglas Barcelos
Rafaela Machado

**CONTATO COMERCIAL**
Rafaela Machado
51 98142-2400

**EM EVIDÊNCIA NA TV**
Douglas Barcelos
Rafaela Machado
Cláudio Andrade
Chico Pinheyro

**GRUPO EM EVIDÊNCIA**

Siga-nos nas redes sociais: @revistaemevidencia



CAPA

# NANCI WALTER

## PRESIDENTE DO CREA-RS

*Entrevista: Rafaela Machado e Cláudio Andrade*
*Edição: Lucio Vaz*
*Revisão: Patrícia Cruz*
*Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência*

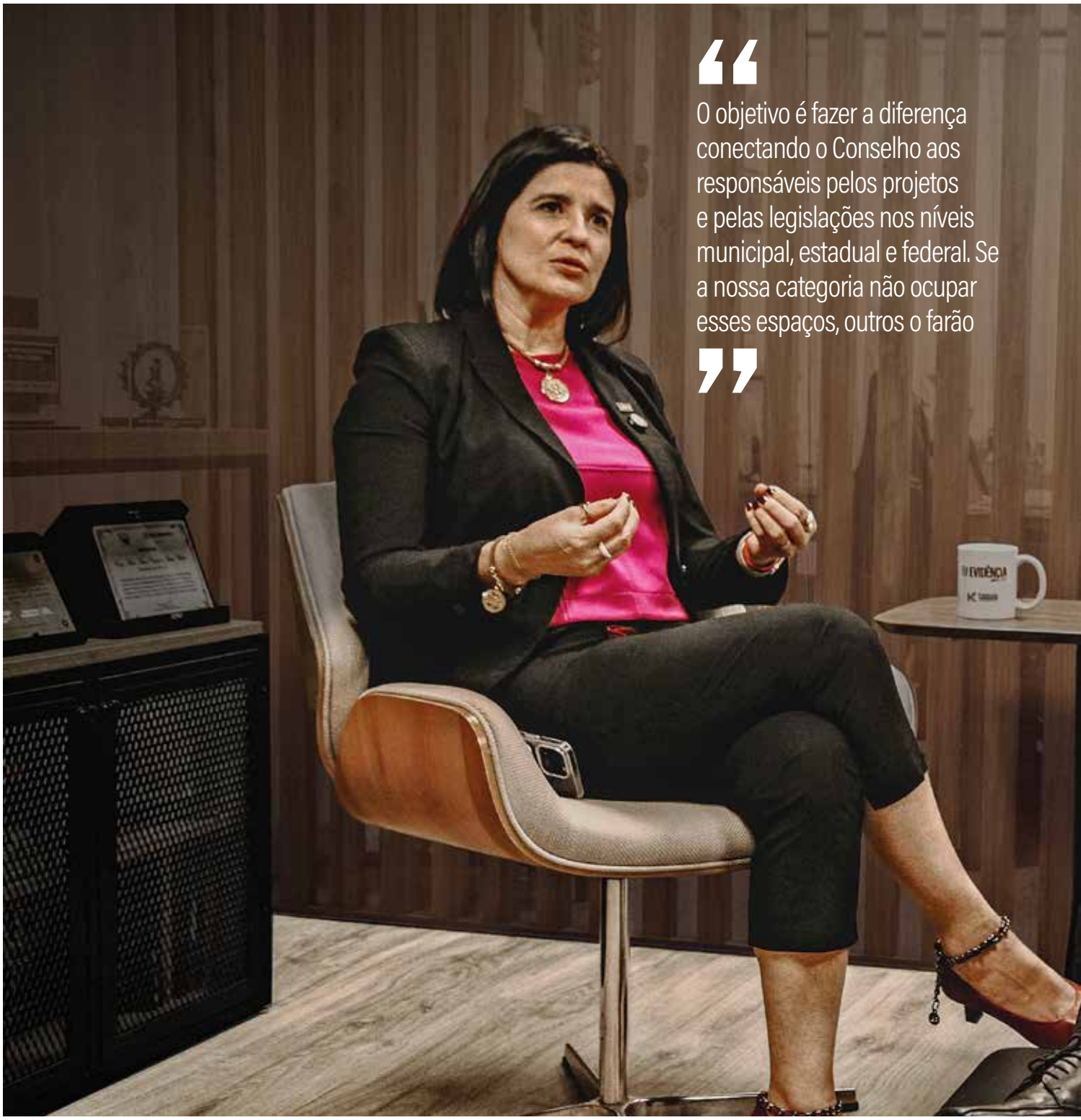


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



*Engenheira ambiental e presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul, Nanci Walter conduz o CREA-RS em um período marcado por grandes desafios institucionais, tecnológicos e sociais. À frente do Conselho desde 2021, com reeleição para a gestão 2024-2026, ela fala sobre a modernização dos serviços oferecidos a quase 90 mil profissionais e quase 30 mil empresas, com avanços como a emissão imediata da ART via Pix, a integração com o Gov.br, a carteira profissional digital e a desburocratização de certidões fundamentais para licitações públicas. Em entrevista ao programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 18h às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube), Nanci também aborda a presença institucional do Conselho junto a prefeituras, Famurs, secretarias estaduais e Assembleia Legislativa, a recuperação das inspetorias no interior, a atuação técnica durante a calamidade climática de 2024 e a defesa da engenharia como área decisiva para a reconstrução, a segurança das cidades e a formação das novas gerações. Confira*

Le Berg
CDP Consultoria Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.




***Há quanto tempo a senhora está à frente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS)?***

Meu primeiro mandato ocorreu de 2021 a 2023, período em que enfrentamos um ano e meio de pandemia. Como são permitidos no máximo dois mandatos de três anos cada, a reeleição começou em 2024 — ano já marcado pelas inundações —, e esta última gestão se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

***A modernização dos serviços do Conselho, que conta hoje com quase 90 mil profissionais e quase 30 mil empresas, foi uma prioridade na sua gestão. Quais foram os principais avanços concretos que impactaram o dia a dia desses engenheiros, agrô-***


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



***nomos e geocientistas?***

Esse processo de modernização começou logo em 2021, o que representou um grande desafio devido à própria pandemia. Assumi o compromisso de mudar um aspecto bastante problemático do nosso sistema: a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o documento que formaliza a contratação entre o contratante e o contratado. O acesso ocorria pelo site do Conselho e era um processo frustrante. Após o pagamento da taxa, o profissional precisava esperar em média 48 horas ou mais pela liberação. Essa demora impedia o início imediato do trabalho, fosse para encaminhar um projeto na prefeitura, no Corpo de Bombeiros ou para atuar em um evento temporário na serra

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

ou no litoral. Na prática, o Conselho acabava nos penalizando.

Mesmo com poucos funcionários atuando presencialmente durante a pandemia, conseguimos reduzir o tempo de emissão para cerca de 15 minutos ainda em 2021. Como isso não era o suficiente, fomos um dos primeiros CREAs a implementar a liberação imediata da ART via Pix. Na sequência, criamos um portal técnico dedicado exclusivamente ao trabalho, reservando o site principal para notícias e cursos. Fomos também o primeiro Conselho de regulamentação e fiscalização do país a estabelecer uma interface direta com o Gov.br. Hoje, o profissional acessa o sistema pelo celular ou tablet e assina o documento digitalmente na hora.

Outro avanço foi a implementação da carteira digital profissional, equipada com foto e chip, válida como documento de identificação para embarque em voos e até para a emissão de passaportes. Além disso, desburocratizamos totalmente a Certidão de Acervo Técnico com registro, que é exigida para a participação em licitações de obras públicas. Como somos o quarto maior Conselho do país, não podemos ficar para trás em inovação. Contudo, pela minha exigência, reconheço que ainda temos muito a avançar.

***Como se deu o trabalho de aproximação institucional do Conselho com outras entidades, prefeituras e órgãos decisórios ao longo desses mandatos?***

Observei atentamente a trajetória dos presidentes anteriores para aprender o que replicar e o que evitar sob qualquer hipótese. Sempre defendi que o Conselho deveria estar presente em todas as frentes, pois a engenharia permeia tudo. Como é impossível estar fisicamente nos 497 municípios ao mesmo tempo, o foco se voltou para as nossas alianças.

Promovemos uma aproximação inédita com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), participando pela primeira vez da assembleia dos prefeitos no verão de 2023, ação que repetimos em 2024, 2025 e agora em 2026. Essa iniciativa nos permitiu dialogar de forma rápida e objetiva, afinal, é no município que a vida acontece. A presidente Adriane, que transmitiu o cargo ao presidente Ique Vedovato, de Imbé, foi a sexta liderança da Federação com quem atuei desde que assumi, para manter essa aliança fundamental, já me reuni com o presidente Ique e, juntos traçamos algumas diretrizes para 2026.

Também estreitamos laços com diversas secretarias estaduais e com a Assembleia Legislativa, instâncias decisórias que impactam diretamente os profissionais. Portanto, mesmo não estando no "chão de fábrica" em tempo integral, busco exercer um papel institucional forte. O objetivo é fazer a diferença conectando o Conselho aos responsáveis pelos projetos e pelas legislações nos níveis municipal, estadual e federal. Se a nossa categoria não ocupar esses espaços, outros o farão.

***Considerando a atuação no interior do estado, como o Conselho estruturou a modernização e a recuperação física das inspetorias espalhadas pelos municípios?***

As inspetorias representam a descentralização da nossa sede e funcionam como a casa do profissional, acolhendo empresas, servidores administrativos e agentes fiscais. Contamos com 44 unidades espalhadas por cidades como Uruguaiana, Frederico Westphalen, Torres, Camaquã, Pelotas, Esteio, Vacaria e Bagé, cobrindo todo o litoral. Mantemos polos avançados em Santana do Livramento, Alegrete, São Gabriel, entre outros.

> “Houve uma mobilização notável por meio do projeto Reconstruir RS, que reuniu mais de dois mil voluntários, principalmente do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Em Canoas, o trabalho de elaboração de vistorias e laudos técnicos foi intenso. Pela primeira vez na história, isentamos a taxa da Anotação de Responsabilidade Técnica. Dessa forma, os profissionais puderam atuar voluntariamente com respaldo legal no dimensionamento dos danos. Essa iniciativa entregou aos prefeitos uma ferramenta técnica para fundamentar os decretos de emergência, agilizando as solicitações de recursos aos governos estadual e federal e permitindo contratações de reparos o mais rápido possível e de forma gratuita”
>
> (Sobre a atuação do Conselho durante os eventos climáticos de 2024)

Contudo, enfrentávamos um passivo de manutenção significativo, com imóveis que não passavam por reformas há 30 ou 40 anos, em média. Era insustentável tentar dialogar com um presidente de Câmara de Vereadores, receber um investidor ou servir de modelo de empreendedorismo com as instalações caindo aos pedaços. Diante da necessidade urgente de melhorias em todas as unidades, adotamos como critério a idade de


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




> “Fomos também o primeiro Conselho de regulamentação e fiscalização do país a estabelecer uma interface direta com o Gov.br. Hoje, o profissional acessa o sistema pelo celular ou tablet e assina o documento digitalmente na hora”

Le Berg
CDP Constituição Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.



fundação de cada inspetoria naquele ano — as que completavam 40, 45 ou 50 anos ganharam prioridade.

Com essa metodologia, concluímos dez reformas em apenas dois meses. Atualmente, temos obras em andamento em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Bento Gonçalves, com inícios previstos para Torres, Esteio e Caxias do Sul. Para o segundo semestre, o cronograma inclui Santiago, São Luiz Gonzaga e Três Passos. Das 44 inspetorias, 33 possuem sede própria, e nossa meta é reformar mais de 90% delas. Penso que, além de dar o exemplo, é fundamental valorizarmos as nossas estruturas e os nossos profissionais.

***O Conselho completará 92 anos no dia 30 de maio. O mês também mar-***



INSCREVA-SE @revistaemevidencia




***ca enchentes históricas: a de 2024 e a de 1941, cujo pico ocorreu em 6 de maio. Avaliando as estruturas de cidades como Esteio, São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo, nossas contenções estão preparadas para suportar novos eventos climáticos extremos?***

Acompanhei as análises de diversos meteorologistas, geógrafos e engenheiros geólogos, profissionais que integram a área de geociências do Conselho. Tomando como referência a enchente de 1941 e a de 2024, temos um intervalo matemático de 83 anos. Ao longo desse período, o estado cresceu, ocupou o território e se desenvolveu economicamente. O resultado dessa expansão é uma conta que não fecha.

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



> “Outro avanço foi a implementação da carteira digital profissional, equipada com foto e chip, válida como documento de identificação para embarque em voos e até para a emissão de passaportes. Além disso, desburocratizamos totalmente a Certidão de Acervo Técnico com registro, que é exigida para a participação em licitações de obras públicas”



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Historicamente, as pessoas acabaram se instalando nas margens de rios e mananciais. Quando se questiona essa localização, a resposta costuma ser geracional: "meu avô já viveu ali, minha tia foi criada aqui, meu pai se criou". De fato, mas isso ocorreu em uma época em que o entorno não possuía a mesma configuração urbana de hoje. Faltou um olhar sob uma perspectiva mais macro. Eu moro na parte baixa da planície do Rio dos Sinos, em Esteio, e preciso necessariamente me preocupar tanto com quem está lá em Parobé quanto com as comunidades a jusante. Preocupar-se apenas com a própria localidade não funciona. Por isso, os comitês de bacia hidrográfica são fundamentais.

> “Acompanhei as análises de diversos meteorologistas, geógrafos e engenheiros geólogos, profissionais que integram a área de geociências do Conselho. Tomando como referência a enchente de 1941 e a de 2024, temos um intervalo matemático de 83 anos. Ao longo desse período, o estado cresceu, ocupou o território e se desenvolveu economicamente. O resultado dessa expansão é uma conta que não fecha”

***Qual foi a atuação técnica e institucional do Conselho na resposta à calamidade, especialmente no levantamento de danos e na liberação de infraestruturas essenciais?***

O Conselho não mediu esforços. Por questões de segurança, coloquei todos os servidores em regime de trabalho remoto, pois a nossa sede, na Avenida Ipiranga, corria risco iminente de alagamento devido ao transbordamento do Arroio Dilúvio. Com as atividades presenciais suspensas, a frota de carros oficiais foi destinada a auxiliar diretamente os municípios e o estado.

Houve uma mobilização notável por meio do projeto Reconstruir RS, que reuniu mais de dois mil voluntários, principalmente do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Em Canoas, o trabalho de elaboração de vistorias e laudos técnicos foi intenso. Pela primeira vez na história, isentamos a taxa da Anotação de Responsabilidade Técnica. Dessa forma, os profissionais puderam atuar voluntariamente com respaldo legal no dimensionamento dos danos. Essa iniciativa entregou aos prefeitos uma ferramenta técnica para fundamentar os decretos de emergência, agilizando as solicitações de recursos aos governos estadual e federal e permitindo contratações de reparos o mais rápido possível e de forma gratuita.

Além disso, participamos de 12 câmaras técnicas do Plano Rio Grande para monitorar o desdobramento das obras, visto que ainda temos muitas intervenções a fazer e pontes a recuperar. Durante esse processo, o debate sobre a pista do aeroporto me levou a um fórum composto por uma maioria de médicos e um deputado federal, onde leigos questionavam a capacidade dos nossos profissionais e exigiam mais estudos hidrogeológicos.

Há momentos em que precisamos assumir uma postura firme, pois situações assim beiram o exercício ilegal da profissão. Utilizei o exemplo de uma mesa de cirurgia: se um médico informa à família que o procedimento demorará mais uma hora, ninguém contesta, porque confiam na formação daquele especialista. Por que com a engenharia o tratamento é diferente? Por que todos se sentem habilitados a opinar tecnicamente? Ou você é formado na área, ou não é.

***Qual legado a senhora busca deixar para a instituição ao final do seu segundo mandato?***

"Legado" é uma palavra que carrega um peso e uma responsabilidade imensos. Para mim, a principal marca é a valorização das pessoas. Nenhuma gestão funciona sem reconhecer quem trabalha ao seu lado. Somos um serviço público federal por delegação do estado. Atuo como agente pública honorífica, sem salário, recebendo apenas R$ 39,40 diários para custear o deslocamento de carro entre o Conselho em Esteio e Porto Alegre.

O nosso corpo funcional tem uma média de 30 anos de experiência. Sinto um grande orgulho por ter resgatado a motivação de servidores que, mesmo após quatro décadas de dedicação, redescobriram o prazer de executar atividades diferentes. Demonstrar aos profissionais que sempre há tempo e espaço para inovar é, sem dúvida, um legado valioso. No restante, prefiro que os resultados do trabalho falem por si.

Outro objetivo central é evidenciar que a engenharia permeia diversas atividades invisíveis ao público geral, o que se torna fundamental diante da queda na procura pelos cursos da área. Para ilustrar essa versatilidade, já saltei no maior bungee jump do Brasil, em Bento Gonçalves — obviamente com os equipamentos devidamente testados —, e fiz salto de pêndulo. A intenção é provar que podemos exercer a profissão em espaços que fogem do senso comum. A nova geração de estudantes precisa compreender que não é necessário estar em um canteiro de obras para atuar na engenharia civil; existem inúmeras alternativas e inovações. Cabe ao Conselho transmitir essa nova perspectiva aos jovens. ■

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# VOZES QUE CELEBRAM OS 92 ANOS DO CREA-RS

**Dirigentes e representantes destacam a trajetória institucional do Conselho, a evolução da fiscalização, a modernização da gestão e o compromisso das profissões da Engenharia, da Agronomia e das Geociências com o desenvolvimento e a segurança da sociedade**



92 anos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul. É com muito orgulho que pertencemos a este gigante Conselho profissional e, especialmente, ocupando o cargo de 2º vice-presidente. Considerando que fui registrado há 40 anos, assisti à evolução em todos os aspectos da atuação do Conselho como guardião da sociedade, com a fiscalização constante e intensa para que todo serviço na área de Engenharia tenha como responsável técnico um engenheiro, geólogo ou geógrafo. Destacando os últimos anos com investimentos maciços na qualidade dos equipamentos de fiscalização, bem como no ambiente de trabalho para os servidores do CREA-RS.

## MARCUS VINÍCIUS DO PRADO

**2º vice-presidente do CREA-RS, engenheiro civil e engenheiro de segurança do trabalho**



Celebrar os 92 anos do CREA-RS é honrar nossa história e projetar o futuro. Como 2º diretor financeiro, tenho orgulho de fazer parte de uma gestão que transformou a eficiência administrativa da nossa autarquia. Modernizamos processos e otimizamos a aplicação dos recursos dos profissionais gaúchos. Hoje, cada centavo investido retorna em mais fiscalização, valorização e serviços digitais ágeis. Parabéns a toda a engenharia, agronomia e geociências do Rio Grande do Sul por esta trajetória!

## FELIPE GUADAGNI

**2º diretor financeiro, geólogo**



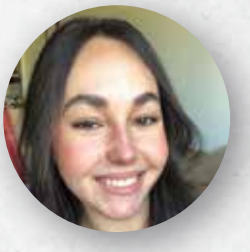
Ao longo de mais de nove décadas, a trajetória do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS) confunde-se com a própria história de modernização e resiliência do nosso Estado. Celebrar os 92 anos deste Conselho não é apenas registrar a passagem do tempo, mas sim reconhecer uma trajetória sólida de valorização técnica, fiscalização rigorosa e, acima de tudo, de profundo compromisso com a sociedade gaúcha. Olhar para os próximos anos exige de todos nós um pacto renovado com o desenvolvimento sustentável e a evolução tecnológica. O CREA-RS, aos 92 anos, reafirma seu papel de pilar institucional, aplaudindo o passado e projetando o amanhã. Profissionais do Sistema Confea/Crea e Mútua, o seu trabalho é a base que sustenta o progresso. Parabéns ao CREA-RS e a cada profissional que faz desta nobre ciência a ferramenta para esculpir a nossa realidade.

## GABRIEL KÖNIG

**Engenheiro sanitarista, engenheiro de segurança do trabalho e coordenador das Inspetorias**



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Como coordenadora estadual do CREA Jr-RS, sou muito grata à presidente Nanci por ter acreditado na importância de trazer o programa para o nosso estado. Mais do que aproximar os estudantes do Sistema Confea/Crea, ela criou oportunidades, incentivou lideranças e mostrou confiança nas novas gerações. O CREA Jr nos dá voz, pertencimento e a segurança de saber que existe um Conselho presente e comprometido com o nosso desenvolvimento. Ao investir nos estudantes de hoje, a presidente também investiu no futuro da Engenharia, da Agronomia e das Geociências.

## ANA CLARA PEREIRA DE OLIVEIRA

**Coordenadora estadual do CREA Jr-RS**



Celebrar os 92 anos do CREA-RS é reconhecer a trajetória de uma instituição fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Fui conselheiro da Câmara Especializada de Agronomia, coordenador da Câmara por dois anos, além de primeiro vice-presidente e diretor financeiro do CREA-RS. Ao longo de sua história, o Conselho tem protegido a sociedade, valorizado os profissionais e fortalecido a Engenharia, a Agronomia e as Geociências, essenciais para o desenvolvimento sustentável do Estado.

## MATHEUS STAPASSOLI PIATO

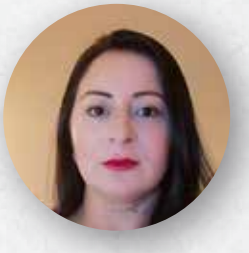
**Engenheiro agrônomo e diretor-geral da Mútua-RS**



O CREA-RS, nos seus 92 anos de fundação, consolida, há mais de nove décadas de existência, a atuação dos profissionais legalmente habilitados a servir à sociedade, com a participação em programas como o voluntariado da Reconstrução-RS, a fiscalização orientativa no cumprimento das legislações, como a Lei Kiss e a Lei da Inspeção Predial, no atendimento aos munícipes. É o olhar da segurança onde a Engenharia acontece.

## MARCELO SUAREZ SALDANHA

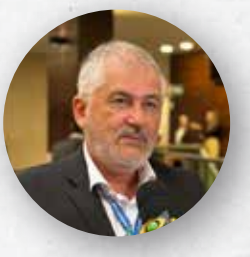
**M.Sc. em Engenharia Civil, conselheiro da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura e coordenador técnico do Programa Reconstruir-RS**



Celebrar os 92 anos do CREA-RS é reconhecer sua trajetória na proteção da sociedade. Esse zelo se reflete nas Câmaras Especializadas, que garantem profissionais habilitados nas demandas técnicas do Estado. Como coordenadora, destaco que nosso foco na Comissão é simplificar e padronizar documentos, além de alinhar atividades sombreadas. Isso traz agilidade e segurança jurídica aos profissionais. Ao modernizar o Conselho, fiscalizamos com eficiência pelo desenvolvimento seguro da Engenharia no RS.

## JANAÍNA MUNARETTI

**Engenheira de minas, coordenadora da Câmara de Geologia e Engenharia de Minas e da Comissão de Coordenadores de Câmaras do CREA-RS**



O CREA-RS, nos seus 92 anos, representa a consolidação de um trabalho responsável por meio de profissionais que entregam à sociedade segurança e desenvolvimento. É um órgão que vai muito além da fiscalização, assegurando produtos e serviços técnicos executados por profissionais legalmente habilitados.

## RICARDO MAESTRI

**Engenheiro civil e 1º diretor administrativo**

Le Berg
CDP Consultoria Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.



Ao celebrar os 92 anos de um dos maiores conselhos do país, destaco os amplos avanços da gestão inovadora da presidente Nanci Walter. Entre as grandes conquistas, a valorização feminina ganhou força. É uma honra coordenar o Comitê Gestor do Programa Mulher, espaço onde impulsionamos o reconhecimento das profissionais da Engenharia, da Agronomia e das Geociências. Seguimos firmes, abrindo caminhos para que as mulheres assumam o protagonismo e a liderança que merecem no setor tecnológico!

## BRUNA KRONHARDT

**Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Mulher**



É com alegria que comemoramos os 92 anos do CREA-RS. Como coordenadora adjunta do CDER-RS e presidente da SENASA, agradeço a parceria do Conselho na valorização dos profissionais e das entidades de classe. Seguimos fortalecendo a atuação junto aos órgãos públicos, às instituições de ensino e à sociedade, destacando a importância dos profissionais na construção de cidades mais estratégicas, sustentáveis e voltadas ao desenvolvimento econômico. Juntos, transformamos desafios em soluções.

## VANESSA MELLO

**Engenheira sanitarista e ambiental, coordenadora adjunta**



Celebramos 92 anos de excelência, zelando pela segurança da sociedade e valorizando a Engenharia, a Agronomia e as Geociências. O CREA-RS consolida-se como pilar do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, unindo tradição, inovação e compromisso com o futuro. Parabéns a todos os profissionais que constroem essa linda história. É uma grande honra fazer parte da Diretoria Executiva e contribuir para o fortalecimento deste importante conselho profissional.

## EDISON BISOGNIN CANTARELLI

**Engenheiro florestal e 2º diretor administrativo do CREA-RS**



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul completa 92 anos de serviços relevantes à sociedade. Por nove décadas, o CREA-RS protege a coletividade, garante obras seguras, saneamento, alimentos e infraestrutura que sustentam a vida dos gaúchos. Como coordenador da Comissão Nacional dos Coordenadores de Ética do Confea, reconheço sua atuação na fiscalização e no fortalecimento da ética profissional. Vida longa ao Conselho.

## MARINO JOSÉ GRECO

**Engenheiro químico e engenheiro de segurança do trabalho, coordenador da CNCE/Confea e conselheiro da Câmara de Engenharia Química do CREA-RS**



O Crea-RS trabalha para valorizar as profissões regulamentadas, defendendo os interesses dos profissionais registrados e buscando condições adequadas para o exercício de suas atividades. Sua história está entrelaçada à das profissões e do RS. Como presidente da ABEA - Associação Bageense dos Engenheiros Agrônomos, conselheira da Câmara de Agronomia e coordenadora do CEAP RS, me sinto orgulhosa de fazer parte do nosso conselho que cada dia torna-se imprescindível para os gaúchos.

## ELIANA ANTÔNIA VALENTE SILVEIRA

**Engenheira agrônoma coordenadora CEAP RS e presidente da ABEA**



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Os 92 anos do CREA-RS representam uma trajetória de fortalecimento da Engenharia, da Agronomia e das Geociências como pilares do desenvolvimento econômico, da inovação e da segurança da sociedade. Ao longo de sua história, o Conselho tem exercido papel fundamental na valorização profissional, na qualificação técnica e na fiscalização do exercício ético das profissões. Como conselheiro federal, eleito pelos profissionais gaúchos, e tendo atuado como inspetor, conselheiro regional e vice-presidente, assim como também em entidades de classe, considero esta data um marco para reafirmarmos nosso compromisso com a excelência técnica, a sustentabilidade e com o desenvolvimento responsável do Rio Grande do Sul e do Brasil.

## JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA SICCO

**Conselheiro federal pelo Rio Grande do Sul no Confea**



Em 2026, o CREA-RS celebra 92 anos e alcança a marca de 90 mil profissionais registrados, seguindo firme na fiscalização e na valorização da Engenharia, da Agronomia e das Geociências. À frente da Diretoria Financeira, esse compromisso se traduz em uma gestão pública pautada pela eficiência e pelo rigoroso atendimento ao TCU, onde atingimos 100% de conformidade nos indicadores de transparência. Esta gestão entregou aos profissionais o pagamento da ART via Pix, a inauguração do novo Plenário e as reformas das Inspetorias, com espaços exclusivos de trabalho para os profissionais.

## EVERTON KERBER FERREIRA

**Engenheiro eletricista e 1º diretor financeiro do CREA-RS**



Como coordenador estadual do Colégio de Entidades Regionais do Rio Grande do Sul (CDER-RS), sinto-me honrado em acompanhar e contribuir para a história do CREA-RS. Ao celebrar seus 92 anos, reconheço a importância desta instituição na valorização dos profissionais, no fortalecimento das entidades de classe e na defesa da responsabilidade técnica em benefício da sociedade. Esta trajetória é resultado do trabalho conjunto de conselheiros, inspetores, entidades e profissionais que ajudam a construir um Sistema cada vez mais forte e representativo.

## VALMOR CHRISTMANN

**Engenheiro agrônomo e coordenador do CDER-RS**



Celebrar os 92 anos do CREA-RS tem um significado muito especial para mim. Como engenheiro agrônomo e vice-presidente da entidade, tenho a honra de participar ativamente de um trabalho voltado ao fortalecimento da Engenharia, da Agronomia e das Geociências em nosso Estado. Ao longo da minha trajetória profissional, sempre defendi a valorização técnica, a ética e a qualificação dos profissionais. O CREA-RS é parte desta construção coletiva que contribui diariamente para o desenvolvimento e a segurança da sociedade gaúcha.

## ROQUE RUTTILI

**Engenheiro agrônomo e 1º vice-presidente do CREA-RS**

*Cada manifestação reunida nestas páginas carrega uma parte da história do CREA-RS. São profissionais que, em diferentes funções, ajudaram a construir a presença do Conselho no Estado e seguem vinculados a uma instituição que atravessa gerações, acompanha mudanças e permanece como referência para milhares de registrados.*

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# DA TÉCNICA À POLÍTICA: ONDE A DECISÃO PÚBLICA ENCONTRA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

ACERVO PESSOAL




**EMERSON CORREA DA SILVA**
*Assessor Parlamentar do CREA-RS*



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Uma emenda que substitui a palavra “responsável técnico” por “responsável designado” parece pequena dentro de um projeto de lei. Na prática, essa troca pode alterar quem responde por uma atividade, enfraquecer a exigência de profissional habilitado e abrir caminho para interpretações administrativas incompatíveis com a segurança da sociedade. A disputa técnica muitas vezes começa nesse detalhe: antes da votação, antes da publicação da norma, antes do problema aparecer no balcão de uma prefeitura, em um processo de contratação ou na execução de uma política pública.

O processo legislativo trabalha com texto. Cada verbo, cada exceção e cada competência atribuída a um órgão público produz efeitos concretos. A política define escolhas legítimas, mas essas escolhas precisam ser examinadas enquanto ainda podem receber ajuste. Depois que uma redação se converte em lei, a discussão passa a depender de correção, contestação ou adaptação institucional. A Assessoria Parlamentar do CREA-RS atua justamente nessa etapa anterior, quando o conteúdo ainda está em formação e a leitura técnica das Engenharias, da Agronomia e das Geociências ainda consegue interferir no resultado.

A criação da Assessoria Parlamentar, na gestão da engenheira ambiental Nanci Walter, respondeu a uma necessidade institucional clara: aproximar o Conselho dos espaços onde decisões públicas começam a ser escritas. O CREA-RS não ingressa nesse ambiente para substituir a decisão política, nem para transformar atribuição profissional em disputa corporativa. Sua presença leva ao processo legislativo uma pergunta objetiva: o texto em análise respeita a responsabilidade técnica necessária para proteger a sociedade?

A escala desse acompanhamento mostra a dimensão do desafio. A assessoria monitora mais de 300 projetos de lei no Congresso Nacional e no Senado, mais de 180 proposições na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e mantém relação com legislativos municipais nos 497 municípios gaúchos. Esses números revelam a dispersão das decisões que interferem no exercício profissional. Uma mudança aprovada em Brasília pode atingir parâmetros nacionais; uma redação estadual pode afetar programas públicos; uma norma municipal pode alterar a forma como a administração local reconhece a atuação de profissionais habilitados.

As enchentes de 2024 tornaram essa função ainda mais concreta. No programa Reconstruir RS, a reconstrução do Estado exigiu decisões rápidas, mas a urgência não eliminou a necessidade de responsabilidade técnica. Uma ponte, uma contenção, uma escola atingida ou uma área urbana vulnerável não podem ser tratadas apenas como demanda administrativa. Cada intervenção precisa de profissional habilitado, registro adequado e clareza sobre quem responde tecnicamente pelo que será entregue à população.

A defesa das atribuições profissionais deve ser lida por esse ângulo. A exigência de habilitação em atividades próprias das Engenharias, da Agronomia e das Geociências protege quem depende do resultado final, mesmo sem conhecer o processo técnico envolvido. A desregulamentação costuma aparecer associada à ideia de simplificação, mas a retirada de responsabilidade técnica transfere o risco para a sociedade. O custo aparece na execução mal definida, na fiscalização enfraquecida e na dificuldade de apontar responsabilidade quando o dano já ocorreu.

Pautas como o PL 626/2020 entram no acompanhamento da assessoria por tratar do reconhecimento de títulos, atividades, competências e campo de atuação no Sistema Confea/Crea. Um projeto específico pode carregar efeitos maiores do que sua ementa sugere. O texto legislativo define quem pode atuar, em que condições e com qual responsabilidade. Por isso, acompanhar a tramitação desde cedo permite discutir o conteúdo com base técnica, antes que a matéria seja reduzida a disputa de posição.

A Assessoria Parlamentar do CREA-RS ocupa um espaço que exige permanência, memória institucional e capacidade de leitura política. Um projeto de lei raramente anuncia, em sua primeira versão, todos os efeitos que produzirá. Muitas consequências aparecem no cruzamento entre a redação proposta e a forma como a administração pública aplicará aquele comando. Detectar esse ponto antes da votação permite ao Conselho defender ajustes com precisão, sem transformar cada divergência em confronto.

> “A política pública começa muito antes da execução. Ela nasce na palavra escolhida, na competência definida, na exceção autorizada e na responsabilidade atribuída. Para as Engenharias, a Agronomia e as Geociências, participar desse momento significa defender a presença de profissionais habilitados onde a sociedade depende de decisão técnica”

A política pública começa muito antes da execução. Ela nasce na palavra escolhida, na competência definida, na exceção autorizada e na responsabilidade atribuída. Para as Engenharias, a Agronomia e as Geociências, participar desse momento significa defender a presença de profissionais habilitados onde a sociedade depende de decisão técnica. A Assessoria Parlamentar do CREA-RS existe para que essa defesa aconteça antes que o texto vire norma e antes que a norma produza, no território, um problema que poderia ter sido evitado na origem.

# EM EVIDÊNCIA NA TV

Análises e discussões sobre política, economia e negócios no Rio Grande do Sul. Mantenha-se atualizado sobre as decisões, movimentações e oportunidades que impactam o estado.

## Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.

Apresentado por:

CDP Consultoria Direito Público

KAYSERMAQ Distribuidora Ltda.

Revista em evidência


às 17h30,
todos os domingos
TRANSMISSÃO:
SATÉLITE
Satélite Star One D2
Canal 575
TV POR ASSINATURA
Claro TV RS | 20 / 520
STREAMING
(GRATUITO)
• maspertv.com.br
• SoulTV
• SOPPlay
• NXTV
• YouTube
• Facebook
• Instagram
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
Inscreva-se no nosso canal no YouTube! Acesse pelo QR Code ou busque por
@RevistaEmEvidencia
Apresentador:
Cláudio Andrade

# Na política e nos negócios, não basta ter história. É preciso saber contá-la.

ESTRATÉGICA • POSICIONAMENTO • REPUTAÇÃO



# MÉRITO

CONSULTORIA EM COMUNICAÇÃO




www.merito.cc



@merito.cc



(51) 99998-8888

ESPECIAL CREA

# Os eixos que *modernizaram e aproximaram* o CREA-RS da sociedade gaúcha

*Fotos: CREA-RS, Sérgio Rosa, Guilherme Pedrotti e Chico Pinheyro*
*Edição: Patrícia Cruz*


01 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA 24

02 DESCENTRALIZAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E INSPETORIAS 25

03 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIGITALIZAÇÃO 26

04 FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA, ORIENTATIVA E GEORREFERENCIADA 27

05 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, CAPACITAÇÃO E BENEFÍCIOS 28

06 ATUAÇÃO PARLAMENTAR E DEFESA DAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS 29

07 RECONSTRUIR-RS E RESPOSTA TÉCNICA ÀS ENCHENTES 30

08 PROGRAMAS DE ÉTICA, GARANTIA DE DIREITOS E PARTICIPAÇÃO 32

09 SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE TÉCNICA 33

10 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COOPERAÇÃO PÚBLICA 34


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EIXO 01

# FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA





O fortalecimento institucional também passou pela agilidade nas Câmaras Especializadas. Nas imagens, Câmaras de Segurança no Trabalho e Engenharia Florestal

A governança da gestão 2021–2026 foi estruturada a partir de compromissos administrativos, melhoria de serviços on-line, diálogo com profissionais, empresas, entidades de classe, instituições de ensino, sociedade e governo. O Relatório de Gestão 2021 registra a implantação do Sistema de Governança da gestão 2021–2023 e sua associação a objetivos estratégicos, sustentabilidade financeira, valorização funcional e melhoria de processos.

O fortalecimento institucional também passou pela agilidade nas Câmaras Especializadas, pela organização de indicadores, pela formalização de editais, pela prestação de contas, pelo novo portal, pela segurança de dados e pela ampliação das parcerias públicas. A força-tarefa nas Câmaras de Engenharia Civil e Agronomia, com redução de 16,5% na carga de processos, mostra como a governança produziu efeito na rotina de análise técnica e administrativa.

A pauta ética foi incorporada por meio do Programa SER+, do Comitê Programa Mulher e de ações de prevenção ao assédio e discriminação. Ao vincular a governança à garantia de direitos, o CREA-RS tratou integridade institucional como elemento da própria qualidade da fiscalização e da relação com profissionais, conselheiros, funcionários e sociedade. ■



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

EIXO 02

# DESCENTRALIZAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E INSPETORIAS







**REFORMAS E SEDES INAUGURADAS NO INTERIOR DO RS**

Nova sede inaugurada em Gramado e reinauguração da sede em Taquara. O material de linha do tempo registra previsão de intervenções em 34 unidades, com meta de reformar 27 das 33 sede próprias

A descentralização aparece como uma das linhas mais visíveis da gestão. O CREA-RS possui 44 inspetorias, e o material de linha do tempo registra previsão de intervenções em 34 unidades, com meta de reformar 27 das 33 sedes próprias. As reformas contemplaram acessibilidade, PPCI, mobiliário, correções prediais, auditórios, coworking e melhoria das condições de trabalho.

Em 2023, as entregas em Alegrete, Bagé, Canoas, Capão da Canoa, Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Rio Grande, Santa Rosa, Santana do Livramento, São Gabriel, Taquara e Uruguaiana deram materialidade ao programa. Em 2026, a inauguração da Inspetoria de Gramado reforçou a presença na Região das Hortênsias, com abrangência sobre Canela, Nova Petrópolis, Cambará do Sul e São Francisco de Paula.

A interiorização também se expressou em plenárias, reuniões da Coordenadoria das Inspetorias, presença das 11 Zonais, escuta de lideranças regionais e aproximação com instituições municipais. Para profissionais, a inspetoria qualificada reduz distância em relação ao Conselho; para municípios e sociedade, aproxima fiscalização, orientação e responsabilidade técnica do território onde as obras e serviços acontecem.

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EIXO 03

# MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIGITALIZAÇÃO



**CARTEIRA DIGITAL**
A Carteira Digital, desenvolvida com o Serpro e integrada ao gov.br, ampliou a digitalização do vínculo profissional com o Conselho

A modernização administrativa começou com entregas de alto impacto prático, como a redução do prazo de compensação da ART para até 30 minutos e o pagamento por Pix. Em 2024, avançou com o Novo Portal dos Profissionais e Empresas, integrado ao gov.br, permitindo assinatura digital da ART no próprio ambiente.

A Carteira Digital, desenvolvida com o Serpro e integrada ao gov.br, ampliou a digitalização do vínculo profissional com o Conselho. O novo Data Center, segundo o material da gestão, trouxe servidores com redundância de dados, melhor desempenho, mais velocidade e maior capacidade de memória, respondendo à defasagem da estrutura anterior.

Essas medidas reduziram a dependência de atendimento presencial e etapas manuais. Para profissionais e empresas, o ganho aparece no tempo de liberação, assinatura, emissão de documentos, acesso a acervo técnico, certidões, CATs on-line e normas ABNT. Para o Conselho, os serviços digitais criaram base para melhor controle, segurança e rastreabilidade. ■


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

EIXO 04

# FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA, ORIENTATIVA E GEORREFERENCIADA



**PARCERIA COM A FAMURS**

A parceria com a Famurs ampliou a fiscalização de obras públicas e aproximou agentes fiscais das prefeituras. Em um estado com 497 municípios, essa cooperação é estratégica para orientar gestores, prevenir contratações sem responsabilidade técnica e proteger a sociedade em obras públicas. Na foto, equipe do CREA-RS, em unidade móvel, prestigia a posse do presidente da Famurs, Ique Vedovato

A fiscalização foi tratada como atividade finalística e como política de proteção social. O CREA-RS atualizou critérios em 2021, estruturou operações direcionadas e adotou o Sistema de Informações Geográficas para integrar dados antes fragmentados. O SIG permite visualizar obras, ações, rotas de fiscalização e dados em infográficos.

Em 2023, o Conselho registrou 22.544 atividades fiscalizatórias. Em 2026, a Operação Minerva em Caxias do Sul fiscalizou 138 obras, entregou 73 Termos de Requisição de Documentos e Providências e identificou 12 empresas sem registro. A continuidade entre esses dados mostra uma fiscalização com planejamento, presença regional e foco em obras, empresas e exercício profissional.

A parceria com a Famurs ampliou a fiscalização de obras públicas e aproximou agentes fiscais das prefeituras. Em um estado com 497 municípios, essa cooperação é estratégica para orientar gestores, prevenir contratações sem responsabilidade técnica e proteger a sociedade em obras públicas, infraestrutura, saneamento, edificações, serviços rurais e atividades técnicas municipais. ■

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EIXO 05

# VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, CAPACITAÇÃO E BENEFÍCIOS




**QUINTA EDIÇÃO**

Capacita+ começou em 2022, alcançou mais de 1.500 participantes no primeiro ano, adaptou-se ao formato on-line em 2024 e chegou à terceira edição em 2025 com palestras gratuitas, transmissão pelo YouTube e certificação

A valorização profissional foi conduzida por meio de capacitação, apoio a entidades, benefícios e aproximação com estudantes. O Capacita+ começou em 2022, alcançou mais de 1.500 participantes no primeiro ano, adaptou-se ao formato on-line em 2024 e chegou à terceira edição em 2025 com palestras gratuitas, transmissão pelo YouTube e certificação.

Os Editais de Patrocínio disponibilizaram mais de R$ 4 milhões em 2022 e 2023 para mais de 90 projetos de entidades de classe, incluindo cursos, eventos e publicações. O acesso gratuito às normas ABNT para profissionais adimplentes, o Clube de Vantagens e o CREA Jr-RS complementam esse conjunto de entregas.

A estratégia valoriza diferentes momentos da vida profissional: estudante, recém-formado, profissional ativo, empresa registrada, entidade de classe e liderança regional. O resultado institucional é uma rede profissional com maior acesso a conteúdo técnico, normas, eventos e canais de relacionamento com o Conselho. ■



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

EIXO 06

# ATUAÇÃO PARLAMENTAR E DEFESA DAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS





**CONEXÃO CONGRESSO NACIONAL**
Comitiva na luta para garantir direitos da categoria. Nas imagens, com os deputados federais Alceu Moreira e Ubiratan Sanderson

A Assessoria Parlamentar do CREA-RS, citada no relatório consolidado com atuação do assessor Emerson Correa da Silva, acompanhou projetos de interesse das Engenharias, Agronomia e Geociências no Congresso Nacional e em pautas estaduais. O escopo inclui defesa da ART, combate à desregulamentação, atribuições profissionais, inspeção predial, arborização urbana, prevenção de desastres, carreira de Estado, engenharia solidária, habitação, avaliação de imóveis, obras paralisadas, inteligência artificial, tributação e criminalização do exercício ilegal.

Entre as proposições acompanhadas, o PL 3081/2022 propõe desregulamentação de profissões e atividades; o PL 2338/2023 trata do uso da inteligência artificial; o PL 1269/2023 altera a Lei nº 5.194/1966 em pauta relacionada às profissões reguladas; e o PL 3614/2015 busca tipificar o exercício ilegal de profissões regulamentadas.

A atuação parlamentar conecta o CREA-RS à defesa preventiva das condições legais da profissão. A fiscalização depende de atribuições preservadas, ART exigida, registro profissional reconhecido e regras que impeçam a execução de atividades técnicas por pessoas ou empresas sem habilitação.

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EIXO 07

# RECONSTRUIR-RS E RESPOSTA TÉCNICA ÀS ENCHENTES

O Reconstruir-RS foi a principal resposta técnica da gestão às enchentes de 2024. A atuação mobilizou voluntários, ART Humanitária, convênio com a Famurs, vistorias, laudos e apoio aos quadros técnicos das prefeituras. O material consolidado registra mais de 2,5 mil profissionais mobilizados, centenas de vistorias e emissão de laudos, além de atuação em Canoas, Sinimbu, Vila Mariante, Vale do Sol e Putinga.

A ART Humanitária deu forma jurídica à atuação voluntária, sem custo para profissionais, mantendo responsabilidade técnica, identificação de habilitados e segurança documental. As vistorias em escolas, unidades básicas de saúde, residências e áreas com deslocamento de solo permitiram que municípios tivessem informações técnicas para decisões de reocupação, contratação, reconstrução e captação de recursos.

Em 2025, a Arena Técnica do GovTech Summit levou a experiência da reconstrução para debates sobre gestão de riscos, geologia, inspeções, energia, contaminação e prevenção. Assim, a atuação emergencial de 2024 gerou pauta técnica permanente para políticas públicas e planejamento municipal diante de eventos climáticos extremos.



**EQUIPE CANOAS**
Engenheiros e voluntários que participaram do grupo Reconstruir Canoas



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



**VALE DO SOL**
A presidente Nanci Walter com o então prefeito de Vale do Sol, Maiquel Silva




**AJUDA HUMANITÁRIA**
Doações do CREA-PR às vítimas da enchente






**LINHA DE FRENTE**
Engenheiros *in loco*, avaliando cenário de destruição e apontam resoluções

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EIXO 08

# PROGRAMAS DE ÉTICA, GARANTIA DE DIREITOS E PARTICIPAÇÃO



**PAUTA ÉTICA**
A pauta ética foi incorporada por meio do Programa SER+, do Comitê Programa Mulher e de ações de prevenção ao assédio e discriminação. Ao vincular a governança à garantia de direitos, o CREA-RS tratou integridade institucional como elemento da própria qualidade da fiscalização e da relação com profissionais, conselheiros, funcionários e sociedade. Na foto, formação do Comitê Programa Mulher 2026

O Programa SER+ e o Programa Ética e Garantia de Direitos inseriram no CREA-RS uma agenda institucional voltada à prevenção de assédio, discriminação e violações de direitos. O lançamento envolveu Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e órgãos da administração pública estadual e federal.

O Comitê Programa Mulher reforçou a participação feminina no Sistema Confea/Crea e Mútua. A reestruturação de 2023 formalizou composição com Presidência, Câmaras Especializadas, entidades de classe, instituições de ensino, Mútua-RS, inspetorias e profissionais registrados. Em 2025, o Selo de Boas Práticas da ABNT consolidou essa frente com exigências da PR 1019:2023 e 14 indicadores relacionados à prevenção da violência e cultura do respeito.

A presença feminina tem peso simbólico e institucional no período, já que Nanci Walter foi a primeira mulher eleita e reeleita presidente do CREA-RS. A pauta de participação, prevenção e respeito passou a integrar governança, representação e credibilidade interna.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

EIXO 09

# SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE TÉCNICA



**TERMO DE COOPERAÇÃO**
A gestão de riscos ganhou centralidade após as enchentes de 2024 e foi incorporada à cooperação com a Famurs e à Arena Técnica de 2025. O debate envolveu laudos, inspeções, impactos geológicos, obras de arte, distribuição de energia, contaminação e resposta a desastres. Na foto, reunião da comitiva do CREA-RS com a então presidente da Famurs, Adriane Perin de Oliveira

A sustentabilidade aparece no ciclo por meio dos Ecopontos, da pauta climática, do saneamento, da gestão de riscos, da arborização urbana e da infraestrutura preparada para eventos extremos. Os Ecopontos instalados em 2023 na sede e em inspetorias regionais deram destinação adequada a resíduos eletrônicos em parceria com a Químea Inteligência Ambiental.

A gestão de riscos ganhou centralidade após as enchentes de 2024 e foi incorporada à cooperação com a Famurs e à Arena Técnica de 2025. O debate envolveu laudos, inspeções, impactos geológicos, obras de arte, distribuição de energia, contaminação e resposta a desastres.

A atuação parlamentar também incluiu projetos sobre arborização urbana, prevenção e gestão de desastres climáticos e infraestrutura sustentável e resiliente. Estes temas colocam a responsabilidade técnica como elemento de planejamento público, especialmente em municípios que precisam lidar com drenagem, encostas, edificações, saneamento, resíduos, energia e reconstrução.

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

EIXO 10

# RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COOPERAÇÃO PÚBLICA

A gestão 2021–2026 ampliou relações com Famurs, FMP, Confea, Mútua, Defensoria Pública, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Serpro, ABNT, governo do Estado, instituições de ensino, entidades de classe, prefeituras e órgãos legislativos.

Cada parceria respondeu a uma frente específica: fiscalização municipal, capacitação, carteira digital, assinatura da ART, garantia de direitos, prevenção à violência, reconstrução e atuação parlamentar.

O convênio com a FMP abriu bolsas de estudo para profissionais registrados, incluindo 50% em segunda graduação em Direito, 25% em pós-graduação e preparatórios à carreira do Ministério Público e 5% em mestrados. A cooperação com a Famurs assegurou apoio em emergências, laudos, vistorias, reconstrução, capacitações em gestão de riscos, fiscalização de obras e saneamento.

O convênio com a FMP abriu bolsas de estudo para profissionais registrados, incluindo 50% em segunda graduação em Direito, 25% em pós-graduação e preparatórios à carreira do Ministério Público e 5% em mestrados. A cooperação com a Famurs assegurou apoio em emergências, laudos, vistorias, reconstrução, capacitações em gestão de riscos, fiscalização de obras e saneamento

Essas relações ampliaram a capacidade do CREA-RS de atuar fora dos limites administrativos internos. O Conselho manteve sua função fiscalizatória e, ao mesmo tempo, passou a operar em rede com instituições públicas e privadas para responder a demandas técnicas do Estado.

## SÍNTESE CONCLUSIVA

Entre 2021 e 2026, a gestão do CREA-RS articulou estrutura física, presença regional, serviços digitais, fiscalização, capacitação, governança, ação parlamentar e resposta técnica às enchentes em um mesmo ciclo institucional. As reformas e inaugurações de inspetorias deram expressão territorial à interiorização; o pagamento por Pix, a redução do prazo de compensação da ART, a Carteira Digital e o Novo Portal dos Profissionais e Empresas reduziram etapas burocráticas e aproximaram o Conselho da rotina digital dos registrados; a fiscalização georreferenciada e operações como a Minerva qualificaram a atuação orientativa e preventiva; o Capacita+, os Editais de Patrocínio, o acesso às normas ABNT, o Clube de Vantagens e o CREA Jr-RS ampliaram a relação com profissionais, entidades e estudantes; o SER+, o Comitê Programa Mulher e o Selo da ABNT inseriram ética, garantia de direitos e prevenção à violência na governança; a atuação parlamentar acompanhou proposições decisivas para as atribuições profissionais, a ART e a segurança da sociedade; e o Reconstruir-RS demonstrou, diante das enchentes de 2024, a capacidade de mobilizar conhecimento técnico, voluntariado, laudos, vistorias e cooperação municipal em um momento crítico para o Rio Grande do Sul.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FOTO LEGENDA

# GRUPO EM EVIDÊNCIA É RECEBIDO PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

**Encontro entre o presidente da Casa, Sérgio Peres, e o diretor Lucio Vaz, foi articulado pelo gabinete da deputada estadual Adriana Lara**

*Rafaela Machado*
*Chico Pinheyro/Revista Em Evidência*









LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# NOVA DIRETORIA ASSUME A FAMURS, EM CONGRESSO NA CIDADE DE IMBÉ

**Cerimônia oficializou a liderança do prefeito de Imbé à frente da Casa Municipalista; evento contou com a presença de autoridades estaduais, federais e representantes dos 497 municípios gaúchos**

*Ellen Renner*
*Foto: Sérgio Rosa*



A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) realizou, na manhã do dia 30 de abril, o ato solene de posse do seu Conselho de Administração para o anuênio 2026/2027. A cerimônia, que encerrou a programação do Seminário Municipalismo em Foco, reuniu prefeitos e lideranças de todo o Estado no Parque Municipal de Eventos de Imbé para a transmissão simbólica do cargo da prefeita de Nonoai, Adriane Perin de Oliveira, para o prefeito de Imbé, Ique Vedovato.

O novo Conselho assume o desafio de liderar a entidade no ano em que a Federação celebra seu cinquentenário. Ao lado de Ique Vedovato, foram empossados os sete vice-presidências que garantem a representatividade regional da nova gestão: Joãozinho Sehnem (Boa Vista do Buricá), Gustavo Finck (Novo Hamburgo), Amarildo Luis da Silva (Fazenda Vilanova), Arlei Luis Tomazoni (Três Passos), Leandro Balardin (Cachoeira do Sul), Darlene Pereira (Rio Grande) e Pablo Mari (Sarandi).

Ao assumir a presidência, Ique Vedovato reafirmou o compromisso de manter a Famurs como a principal voz das cidades na busca por autonomia e soluções para as demandas locais. O prefeito de Imbé se comprometeu a trabalhar para deixar um legado institucional que garanta que a Famurs seja ainda mais forte, representativa e sustentável.

Ele destacou em seu discurso o desafio que é governar um município, vendo-se muitas vezes sozinho diante de problemas que parecem não ter solução, e reforçou que é justamente nessas horas que a Famurs se faz presente para defender, articular e dar o suporte necessário, especialmente para as localidades de pequeno porte. “Nossa Federação não é uma entidade qualquer. É uma entidade com força política real, com setores técnicos qualificados, com uma Escola de Gestão Pública que capacita gestores e técnicos municipais, com histórico de conquistas concretas para a cidade e para a população gaúcha. Uma entidade que, quando age unida, move montanhas”, frisou.

Ele também destacou como vê o papel da entidade: “A Famurs não pode ser apenas um prédio situado na Capital onde os municípios são associados. Nossa Federação precisa ser a voz ativa de cada prefeito. Quero que cada gestor municipal, independente do tamanho do território ou de sua população, sinta que tem apoio para enfrentar a luta diária que é liderar o povo de uma cidade. Que não se sinta um mero associado, mas parte de uma força coletiva”, pontuou.

Ainda, frisou que é preciso interferir ativamente na construção de políticas públicas, garantindo que elas não sejam desenhadas em gabinetes distantes, mas sim a partir da realidade de quem vive o dia a dia das comunidades. Também ponderou que é preciso, com diálogo, aproximar-se dos governos federal e estadual e demais órgãos, a fim


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**UNIÃO MUNICIPALISTA**
Durante a posse da nova diretoria da Famurs, no Parque Municipal de Eventos de Imbé, autoridades estaduais, federais e lideranças municipais acompanharam a transmissão simbólica do comando da entidade para o prefeito Ique Vedovato. A solenidade marcou o início da gestão 2026/2027 e reuniu representantes dos 497 municípios gaúchos em torno da pauta municipalista

de que compreendam a dificuldade dos prefeitos em gerir as administrações municipais nos dias de hoje, em que se enfrentam um crescente aumento nas exigências e, em contraponto, uma queda nas arrecadações.

O novo presidente da Famurs finalizou o seu discurso dizendo que a entidade também precisa se modernizar para auxiliar os municípios neste processo, garantindo eficiência, melhores serviços e tomada de decisões baseadas em evidências. Reforçou que é preciso construir mecanismos permanentes voltados ao aprimoramento contínuo, garantindo ainda mais força e representatividade à Federação.

ALBERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# IQUE VEDOVATO ASSUME A FAMURS NO CINQUENTENÁRIO DA ENTIDADE

**Confira quem são as pessoas que estão fazendo o Rio Grande do Sul acontecer, através das lentes do fotógrafo Chico Pinheyro**

*Rafaela Machado*
*Chico Pinheyro/Revista Em Evidência*




**UNIDOS PELO MUNICIPALISMO**
Governador do RS, Eduardo Leite, e o prefeito de Imbé e presidente da Famurs, com edição 122 da Revista Em Evidência


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**CREA PRESENTE**
As capas das edições 122 e 123 da Revista Em Evidência encontram-se ainda na véspera da posse. A amizade entre Ique Vedovato e Nanci Walter será um fator determinante na aproximação dessas enormes entidades. Resoluções em conjunto irão impactar positivamente a vida de milhões de gaúchos

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.






**"GOSTEI DO TROCADILHO NA CAPA"**
A parte restante da família Vedovato, Monique Barrufi Vedovato, filha do novo presidente da Famurs, no cinquentenário da entidade, Ique Vedovato


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



**FAMÍLIA VEDOVATO**
Novo presidente da Famurs, Ique Vedovato, com a esposa, Maria de Lourdes Vedovato; e o filho, Pedro Henrique Ruschel Vedovato

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




**PRESENÇA ILUSTRE**
O ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, prestigiando o Jantar dos Prefeitos, na véspera da posse do amigo Ique Vedovato


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**UMA PRESENÇA AGUARDADA**
Lucio Vaz, diretor do Grupo Em Evidência, um dos primeiros a receber o vice-governador do RS, Gabriel Souza, uma das figuras mais aguardadas do evento. Sob o seu nome estão as maiores esperanças do MDB para voltar a governar o Estado

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.






**GUSTAVO FINCK**
O primeiro vereador a sair da Câmara Municipal direto para o Executivo de Novo Hamburgo posa, ao lado de Lucio Vaz, com a matéria que traz sua foto com o Troféu Mérito Prefeitos RS Em Evidência 2025


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**NOVA PRESIDÊNCIA**
Membros da nova presidência devidamente empossados. Ainda na foto, prefeitos do Litoral Norte do Estado. Em primeiro plano, Ique Vedovato, presidente da Famurs, posa com a edição 122 da Revista Em Evidência

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




**APOSTA NA FORÇA MUNICIPALISTA**
O MDB confiou no nome de Gabriel Souza para voltar ao governo do RS por uma série de fatores: com certeza sua forte identificação com o municipalismo foi uma das principais causas. Na foto, o vice-governador discursa na posse do prefeito de Imbé como novo presidente da Famurs


INSCREVA-SE @revistaemevidencia






**PORTO MAUÁ PRESENTE**
Um amigo pessoal de Ique Vedovato veio de longe para prestigiar a posse do amigo. Carlos Cesar Dinon, o Manico, e a primeira-dama Clair Dinon

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




**COMITIVA DE TRÊS COROAS**
O prefeito de Três Coroas, Fabiel Port, vencedor do Troféu Mérito Prefeitos RS Em Evidência; a primeira-dama, Natália Debarba; Salete Ott e o marido e vice-prefeito de Três Coroas, Lauri Pedro Ott


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**ENCONTRO DE PRESIDENTES**
O presidente da Amaja, Gilmar Laurindo Bellini, prefeito de Boa Vista do Incra, e o novo amigo, Luiz Carlos Folador, presidente do Cideja pela oitava vez e ex-presidente da Famurs

# EM EVIDÊNCIA NA TV

Inscreva-se no nosso canal no **YouTube**! Acesse pelo **QR Code** ou busque por

**@RevistaEmEvidencia**

## Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.




**às 17h30, todos os domingos**

**TRANSMISSÃO:**

**STREAMING (GRATUITO)**
- maspertv.com.br
- SoulTV
- SOPPlay
- NXTV
- YouTube
- Facebook
- Instagram

**SATÉLITE**
Satélite Star One D2
Canal 575

**TV POR ASSINATURA**
Claro TV RS | 20 / 520

**Apresentador:**
*Cláudio Andrade*

**Apresentado por:**

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

REVISTA em evidência

# QUEM FAZ... ESTÁ EM EVIDÊNCIA!

**Confira quem são as pessoas que estão fazendo o Rio Grande do Sul acontecer, através das lentes do fotógrafo Chico Pinheyro**

*Rafaela Machado*
*Chico Pinheyro/Revista Em Evidência*




**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM PORTO ALEGRE**
O presidente da ALRS, Sérgio Peres, juntamente com a deputada estadual Adriana Lara, recebem gentilmente a comitiva do Grupo Em Evidência, comandada por seu diretor-executivo, Lucio Vaz. Na foto, os três posam com matéria que traz a participação da deputada Adriana no programa Em Evidência na TV

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



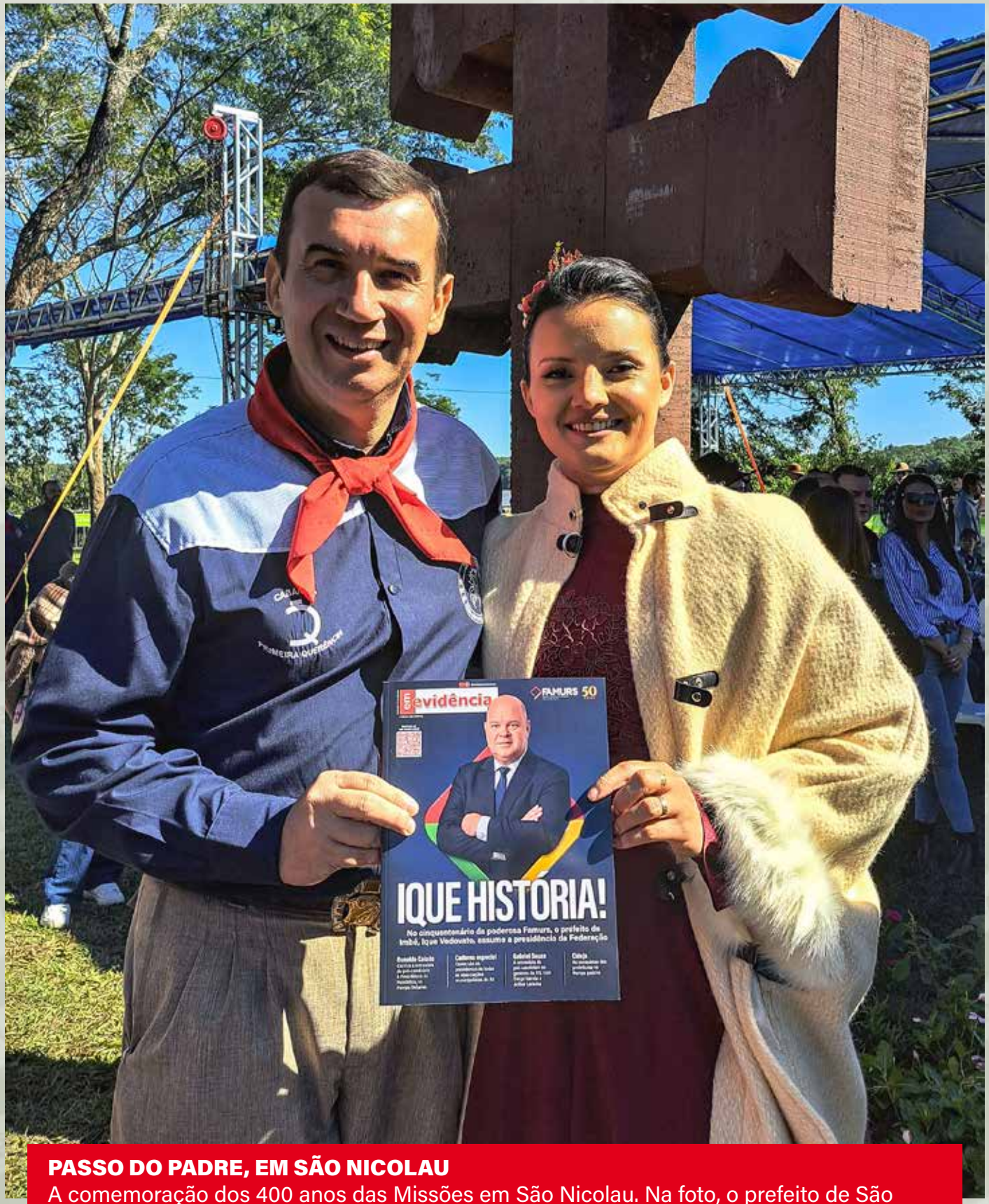

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, EM CANOAS**
O diretor-executivo do Grupo Em Evidência, Lucio Vaz, presta homenagem ao prefeito da cidade berço do Grupo Em Evidência, onde, este ano, será realizado o III Troféu Mérito Prefeitos RS Em Evidência


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS DE IMBÉ, EM IMBÉ**
O chefe da Casa Civil do RS e ex-governador do RS, Ranolfo Vieira Júnior, capa de duas edições da Revista Em Evidência, posa gentilmente para foto, ao lado de Lucio Vaz, durante a posse do prefeito de Imbé, Ique Vedovato, como novo presidente da Famurs

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




**PASSO DO PADRE, EM SÃO NICOLAU**
A comemoração dos 400 anos das Missões em São Nicolau. Na foto, o prefeito de São Nicolau, Rafael Godois da Silva, e a primeira-dama, Mirian Duarte


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**PARQUE MUNICIPAL DO CHIMARRÃO ALMEDO DETTENBORN, EM VENÂNCIO AIRES**
Durante as comemorações da Fenachim, amigos encontram-se. Da esquerda, Cássio Nunes Soares, ex-prefeito de Pantano Grande; o prefeito de Vera Cruz, presidente da Amprotabaco e do Cisvale, Gilson Becker; o prefeito de Venâncio Aires, capa da edição 121 da Revista Em Evidência, Jarbas da Rosa; e o deputado federal Giovani Cherini, autor do projeto que institui a cidade como Capital Nacional do Chimarrão

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




**PASSO DO PADRE, EM SÃO NICOLAU**
A comemoração dos 400 anos das Missões em São Nicolau. Na foto, o prefeito de Bossoroca, João Alberto Aquino Gomes, presidente da AMM Missões


INSCREVA-SE @revistaemevidencia


Rabusch
MODA FEMININA
HÁ 38 ANOS
UMA MARCA GAÚCHA
WWW.RABUSCH.COM.BR

Le Berg
CDP Consultoria Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.

# IRNO AUGUSTO PRETTO

## Uma vida inteira de façanhas pelo Rio Grande

*Patrícia Cruz*
*Fotos: Acervo Pessoal e Chico Pinheyro/Revista Em Evidência*



A vida profissional de Irno Augusto Pretto está ligada à formação do cooperativismo odontológico no Rio Grande do Sul. Natural de Encantado, no Vale do Taquari, ele construiu a vida pública e profissional a partir da Odontologia e da organização cooperativa. Cirurgião-dentista formado em Passo Fundo em 1966, pertence à geração de profissionais que iniciou sua carreira em um período de mudanças profundas no país e de busca por novos caminhos para ampliar o acesso aos serviços odontológicos.

Essa inquietação levou Irno Pretto a participar, ainda no início dos anos 1970, de um movimento pioneiro entre cirurgiões-dentistas do Vale do Taquari. A ideia era criar uma alternativa de organização profissional capaz de aproximar dentistas e pacientes, com base em cooperação, responsabilidade coletiva e prestação de serviços estruturados. Em 1972, em Lajeado, esse movimento resultou na criação da cooperativa odontológica que se tornaria parte da origem do Sistema Uniodonto.

Dois anos depois, em 1974, Irno Pretto assumiu a presidência da Cooperativa Odontológica do Vale do Taquari e Rio Pardo. A partir dali sua presença passou a acompanhar a consolidação do modelo cooperativo na área odontológica. O trabalho iniciado no interior gaúcho dialogava com uma necessidade concreta em vários estados do Brasil: organizar a prestação de serviços odontológicos de forma associativa, com participação direta dos profissionais e com estrutura administrativa para sustentar o atendimento. A Uniodonto cresceu a partir dessa lógica e se consolidou como uma das principais referências do cooperativismo odontológico no país.

A ligação de Irno Pretto com a Uniodonto ultrapassa a condição de dirigente de uma etapa específica. Ele participou da formação de estruturas do sistema, incluindo a Federação do Rio Grande do Sul, a Federação do Brasil e a Confederação das Uniodontos. Em 2003, assumiu a presidência da Federação das Uniodontos do Rio Grande do Sul, cargo que mantém na diretoria atual da entidade. Sob essa posição, passou a representar institucionalmente as cooperativas odontológicas gaúchas e a acompanhar temas ligados à regulação, à gestão, à relação com cooperados e à presença da marca Uniodonto no Estado.

Na Federação das Uniodontos do RS, seu trabalho está associado à defesa do modelo cooperativo como forma de organização da Odontologia. A entidade reúne a experiência das singulares gaúchas, articula pautas comuns e preserva uma lógica baseada na participação dos cirurgiões-dentistas cooperados. A federação opera dentro de um setor regulado, no qual a prestação de serviços odontológicos exige controle administrativo, cumprimento de normas e relação permanente com beneficiários.

Ele também consolidou a sua trajetória de destaque no cooperativismo gaúcho por meio de sua atuação na liderança do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, onde exerceu cargos estratégicos, como vice-presidente e diretor técnico sindical. Nessa linha de frente, a sua


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

gestão foi marcada pela consolidação e registro do sistema sindical patronal das cooperativas gaúchas, um marco na defesa dos interesses do setor e no fortalecimento sindical do movimento no Rio Grande do Sul. Dando continuidade a esse compromisso, atualmente ele integra a gestão da entidade como suplente do Conselho de Administração, mantendo sua contribuição para as decisões estratégicas do sistema.

A vida pública de Irno Pretto teve papel relevante em Encantado. Ele foi eleito vereador em 1992 e reconduzido ao cargo por mais duas legislaturas, assumindo a presidência da Câmara Municipal por duas vezes. A presença no Legislativo aproximou sua experiência profissional da formulação de políticas locais, especialmente em temas ligados à saúde e à organização comunitária. Nesse período, foi autor de leis munici-



LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



**O ESTEIO**
Com os filhos, Clarissa Pretto Scatola, Diego Augusto da Rosa Pretto e Andreia Melissa Pretto Conzatti



INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**FREQUENTADOR ASSÍDUO DO PAMPA DEBATES**
Irno Augusto Pretto é uma das maiores e mais respeitadas referências na gestão e no cooperativismo odontológico no Rio Grande do Sul. Ele preside a Federação das Uniodontos do RS e tem um papel histórico na expansão e defesa da profissão. Na foto com a revista do genro, Gilson Conzatti, presidente da União dos Vereadores do Brasil

pais em projetos como Cárie Zero, em 2000, e Prevenção ao Câncer de Próstata, uma iniciativa que já apontava para uma preocupação recorrente em sua vida pública: a prevenção, o diagnóstico precoce e a mobilização social em torno de doenças de grande impacto.

Também exerceu funções no Executivo municipal, como secretário de Saúde e de Meio Ambiente. Na área da saúde, seu nome é associado à implantação do pronto-socorro 24 horas no hospital de Encantado, com atendimento gratuito, medida importante para uma cidade-polo do Vale do Taquari, onde a estrutura local de urgência atende demandas da população urbana, de comunidades do interior e de municípios próximos. Pretto também participou da idealização e da construção do Centro Oftalmológico Regional, onde, anos

Le Berg
CDP Consultoria Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.




**MARCA INDELÉVEL**
Para Pretto, a saúde aparece ligada à organização de serviços, à prevenção, ao acesso e à responsabilidade das entidades profissionais na comunidade. À frente da Uniodonto, elevou a entidade a um conceito indelével na mente dos gaúchos. Na foto, Irno Pretto representa o prefeito de Encantado, na entrega do Troféu Mérito Prefeitos RS Em Evidência

depois, seria realizada a primeira cirurgia de transplante de córnea da região. Esses projetos ajudam a explicar a presença pública de Pretto para além do mandato legislativo: ele atuou na criação de serviços permanentes, com efeito direto sobre o atendimento regional.

Para Pretto, a saúde aparece ligada à organização de serviços, à prevenção, ao acesso e à responsabilidade das entidades profissionais na comunidade. Essa visão aparece especialmente na campanha do Maio Vermelho pela Uniodonto RS voltada à conscientização sobre a prevenção do câncer bucal. Em manifestações públicas, Pretto relacionou a campanha à necessidade de orientar a população sobre fatores de risco e sobre a importância do diagnóstico precoce.

A saúde bucal ganhou uma frente própria na vida institucional de Irno Pretto com o Instituto Nacional do Câncer Bucal, o INCAB. A entidade foi fundada em 23 de março de 2022, tem sede na Rua Vasco da Gama, 723, em Porto Alegre, e atua como instituição privada, sem fins lucrativos, de natureza so-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



cial. A proposta é trabalhar prevenção, diagnóstico precoce, orientação, apoio à sociedade e qualificação profissional em torno do câncer bucal. Pretto aparece como presidente da diretoria executiva do instituto, ao lado de outros nomes da Odontologia gaúcha.

O reconhecimento de sua presença no cooperativismo e na Odontologia aparece em diferentes momentos. Em 2017, recebeu do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul o Prêmio Destaque Gaúcho em Odontologia, em cerimônia alusiva aos 50 anos do Conselho. Em 2019, foi agraciado com o Troféu Destaque Liderança no Prêmio Destaques Cooperar dos Vales, realizado em Lajeado, honraria voltada a lideranças e projetos cooperativos com contribuição para o desenvolvimento regional.

A relação de Irno Pretto com o cooperativismo também foi testada em momentos de crise. Em setembro de 2023, após a enchente que atingiu o Vale do Taquari, o INCAB organizou uma campanha de arrecadação para auxiliar cirurgiões-dentistas e clínicas odontológicas afetados pela calamidade. A ação buscou apoiar a limpeza e a recuperação de consultórios atingidos pela água, permitindo que profissionais retomassem gradualmente o atendimento. Foram contemplados 17 cirurgiões-dentistas e clínicas odontológicas. Em janeiro de 2024, uma nova campanha semelhante concedeu auxílio a 19 profissionais e clínicas atingidos por outra calamidade.

Em 2024, a própria estrutura da Uniodonto RS Federação também foi atingida pela enchente em Porto Alegre. A sede localizada no bairro São Geraldo, no 4º Distrito, sofreu prejuízos graves. A cooperativa precisou interromper operações, enfrentou falta de energia elétrica e chegou a ter 1,80 metro de água no térreo, com impossibilidade de acesso ao primeiro andar.

O período posterior à enchente reforçou a importância da reorganização interna da Federação. Em 2025, a Uniodonto RS encerrou o exercício com 32.431 beneficiários ativos, crescimento de 8,04% em relação a 2024. O relatório administrativo também registrou 114 cirurgiões-dentistas cooperados, oito singulares associadas à Federação e oito singulares associadas à Uniodonto do Brasil. A recuperação desses indicadores depois de um ano marcado por danos físicos, interrupção de rotinas e reorganização de estrutura dá peso institucional ao ciclo recente da gestão presidida por Irno Pretto.

O percurso de Irno Augusto Pretto reúne três frentes que se mantêm conectadas: a Odontologia, o cooperativismo e a vida institucional. Desde a formação profissional em 1966, passando pela fundação da cooperativa odontológica em Lajeado em 1972, pela presidência regional iniciada em 1974, pela vida pública em Encantado e pela presidência da Federação das Uniodontos do RS a partir de 2003, sua biografia acompanha a expansão da Uniodonto no Rio Grande do Sul. É uma história construída em torno da organização coletiva dos cirurgiões-dentistas, da representação cooperativa e da defesa de uma saúde bucal estruturada.

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# NELCIR ANDRÉ VARNIER

**Presidente do Sintergs**

*Entrevista: Cláudio Andrade e Rafaela Machado*
*Edição: Lucio Vaz | Revisão: Patrícia Cruz*
*Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência*

*O cenário político e administrativo do Rio Grande do Sul ganhou novos contornos em uma entrevista de forte impacto veiculada pelo Em Evidência na TV. Conduzido pelo jornalista Cláudio Andrade, o programa recebeu Nelcir André Varnier, presidente do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Rio Grande do Sul (Sintergs), para um*




INSCREVA-SE @revistaemevidencia

*balanço crítico sobre a realidade do funcionalismo gaúcho. Com a autoridade de quem lidera uma entidade que representa mais de 45 profissões de nível superior, Varnier expôs a grave corrosão salarial que afeta a categoria e apresentou denúncias contundentes envolvendo o desconto previdenciário de inativos e a falta de transparência nos cálculos do IPE Prev, contextualizando o histórico ato unificado que mobilizou dezenas de entidades em frente ao Palácio Piratini. A Revista Em Evidência compilou os momentos mais marcantes e polêmicos dessa conversa. Em primeira mão, divulgamos uma importante articulação política na Assembleia Legislativa: o bastidor de uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa instituir uma data-base definitiva para a revisão geral anual. Uma leitura indispensável para compreender os rumos do serviço público e as próximas frentes de batalha entre os servidores e o Estado. Confira a seguir*



CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

***No último dia 5 de maio, o Sintergs e outras entidades realizaram um grande evento, correto?***

Exatamente. Nós organizamos um ato público em conjunto com mais de 30 entidades em frente ao Palácio Piratini. Foi um movimento com uma repercussão muito positiva e que atingiu todos os nossos objetivos. Embora ainda não tenhamos recebido uma resposta oficial do governo, conseguimos passar o nosso recado de forma clara e expressiva.

***O senhor está à frente do Sintergs em um período de profundas transformações no serviço público gaúcho. Qual é o maior desafio enfrentado pelos servidores estaduais hoje?***

O maior desafio histórico, desde 1988, é a ausência de uma data-base e de um índice que regulamente a revisão geral anual, o que gera abismos salariais e permite a criação de verdadeiras castas funcionalistas no Estado. Sem essa regra, enfrentamos uma corrosão inflacionária absurda: acumulamos mais de 90% de inflação pelo IPCA desde 2014, e o atual governo, que já está no poder há oito anos, concedeu apenas 6% de revisão geral, reduzindo o poder de compra do servidor pela metade. Suspeitamos, inclusive, que essa falta de regulamentação seja uma estratégia proposital dos governantes para sufocar os sindicatos, obrigando as entidades a focarem eternamente na reposição da inflação em vez de avançarem em pautas como ambiente de trabalho, promoções, diárias e auxílio-refeição. Essa asfixia financeira motivou o nosso ato do dia 5 de maio em frente ao Palácio Piratini, organizado para contestar o confisco previdenciário imposto aos aposentados, pensionistas e militares da reserva desde 2019. O governo alega um déficit no IPE Prev para justificar esse desconto, algo que não existe na iniciativa privada após a aposentadoria, mas nunca apresentou publicamente os cálculos desses fundos. Na prática, o governador concedeu 6% de reajuste de um lado e retirou entre 10% e 12% de um grupo de cerca de 180 mil inativos do outro. Diante das limitações do período eleitoral, exigimos agora a revogação desse desconto, o regulamento das promoções que está atrasado há dois anos e a reposição das perdas dentro do teto oficial da inflação.

***O que os servidores buscam é aumento real ou apenas a reposição das perdas para a inflação?***

Buscamos estritamente a reposição da inflação, pois hoje o servidor gaúcho não tem nem ganho real e nem reposição. Para romper essa inércia do Executivo, trago um furo de reportagem: o Sintergs articulou uma nova PEC da Data-Base na Assembleia Legislativa. O deputado Dr. Thiago, do PDT, abraçou o desafio e já protocolou a minuta do projeto no sistema da Casa. Essa proposta retoma as tentativas feitas em 2017 e 2019 pela ex-deputada Juliana Brizola, que acabaram arquivadas na Comissão de Constituição e Justiça. Agora, nossa mobilização nos gabinetes busca colher as 19 assinaturas necessárias entre os parlamentares para que a PEC comece a tramitar oficialmente, e a expectativa é protocolar o documento final na presidência da Assembleia ainda neste mês de maio.

***Qual é a posição do Sintergs a respeito do uso recorrente de contratações emergenciais por parte do governo do Estado?***

O Sintergs não tem absolutamente nada contra os trabalhadores contratados, mas essa modalidade deveria ser uma exceção para catástrofes e não uma regra de gestão para um governo que está há oito anos no poder e teve tempo de planejar concursos públicos. O concurso é o único meio objetivo que garante igualdade de acesso a todos, enquanto a seleção por análise de currículo abre margem para a subjetividade e favorece o apadrinhamento, além de desestimular o mercado dos cursinhos preparatórios e os próprios concurseiros que investem no seu futuro. Há uma maldade enorme nessa política do governo, que utiliza a contratação emergencial para fazer terrorismo psicológico e criar um verdadeiro exército de militantes amedrontados no período eleitoral. Como esses servidores não possuem estabilidade e dependem do emprego para sustentar suas famílias, o Centro Administrativo acaba virando um balcão de boatos de demissão, forçando cerca de duas mil famílias a votarem nos candidatos da situação por puro medo de perderem o pão de cada dia.

***Como a sua profissão ajuda na condução do Sindicato e na defesa da valorização do servidor perante a sociedade?***

Minha formação em Administração é fundamental para gerir o Sintergs, que hoje representa mais de 45 profissões de nível superior, como engenheiros, médicos, advogados, biólogos e economistas, todos com papel estratégico para o Estado. Defendo uma filosofia de gestão onde os trabalhadores são sujeitos do processo, e não meros objetos ou "móveis e utensílios", uma visão inclusive muito alinhada ao que defendia o ex-governador Olívio Dutra. Quando você desafia, ouve e valoriza o profissional, ele se motiva e entrega o seu melhor, algo que infelizmente o Estado ignora ao inflar a máquina com cargos de confiança (CCs) que muitas vezes não têm a menor competência técnica ou vocação para as funções que assumem. Minha recomendação para esses gestores políticos é que deixem a vaidade de lado e consultem o corpo técnico de servidores do Estado, que atua como verdadeiros consultores e assessores preparados para fazer o serviço público funcionar com excelência.

***O senhor também presidiu a CGTB no Rio Grande do Sul. O que essa experiência trouxe de aprendizado para a sua trajetória?***

Assumir a CGTB em 2017 foi uma experiência válida e um grande aprendizado, pois ingressei na gestão ainda


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> O maior desafio histórico, desde 1988, é a ausência de uma data-base e de um índice que regulamente a revisão geral anual, o que gera abismos salariais e permite a criação de verdadeiras castas funcionalistas no Estado. Sem essa regra, enfrentamos uma corrosão inflacionária absurda: acumulamos mais de 90% de inflação pelo IPCA desde 2014, e o atual governo, que já está no poder há oito anos, concedeu apenas 6% de revisão geral, reduzindo o poder de compra do servidor pela metade

ASSISTA:



> Minha formação em Administração é fundamental para gerir o Sintergs, que hoje representa mais de 45 profissões de nível superior, como engenheiros, médicos, advogados, biólogos e economistas, todos com papel estratégico para o Estado. Defendo uma filosofia de gestão onde os trabalhadores são sujeitos do processo, e não meros objetos ou "móveis e utensílios"

muito jovem e sem o pleno conhecimento dessas macroestruturas sindicais, que na época já enfrentavam um momento de declínio e rachas internos. Essa vivência me deu a clareza de que hoje as entidades do funcionalismo operam em um verdadeiro vácuo de representatividade institucional e política. Para o ato do dia 5 de maio, por exemplo, criamos um movimento unificado do zero, o Movape, reunindo mais de 32 associações e sindicatos, incluindo os militares da reserva que não podem ter sindicato próprio. Embora o Sintergs participe ativamente de frentes importantes como a União Gaúcha, o Mosap em Brasília e a Auditoria Cidadã da Dívida, o funcionalismo carece de uma organização centralizada que unifique o discurso nas grandes pautas, como o IPE Saúde e a revisão geral, deixando cada sindicato livre para focar em suas lutas específicas de base, como a melhoria de equipamentos e condições de trabalho. Atualmente, o Sintergs não é filiado a nenhuma central sin-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




dical, mas vejo com bons olhos modelos como o da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), que atuam como suporte institucional respeitando a plena autonomia de cada categoria. Estar inserido em uma central ativa e estratégica é fundamental para o funcionalismo ter voz e vez nos espaços de poder em Brasília, onde tramitam projetos cruciais como a reforma administrativa. Além do peso político de ter um representante dialogando diretamente com a Presidência da República, ministros do STF ou presidentes da Câmara e do Senado, há uma óbvia otimização de recursos: em vez de um sindicato gastar milhares de reais com passagens aéreas, diárias e hotéis para enviar diretores à Capital Federal, a estrutura da central faz essa articulação de forma contínua e com custo muito menor. Essa parceria vale muito a pena, desde que a central seja efetivamente voltada para a defesa do trabalhador e não se perca em disputas de vaidade que desviam o foco de sua própria existência. ■

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# O RIO GRANDE CRESCE NO MAPA DO TURISMO

**O Rio Grande do Sul alcançou 1,5 milhão de visitantes vindos de fora do país, volume que representa 16% do total nacional**

*Lucio Vaz*
*Foto: Divulgação Setur*

O Rio Grande do Sul chega ao inverno de 2026 com indicadores que apontam para uma recuperação consistente do turismo após o período crítico enfrentado pelo setor em 2024. A retomada aparece em diferentes frentes: aumento da procura pelo destino, avanço na venda de pacotes, crescimento na chegada de turistas internacionais, recuperação da malha aérea e expectativa positiva para a temporada de inverno.

Entre os dados de maior relevância está o recorde de turistas internacionais registrado pelo Estado. O Rio Grande do Sul alcançou 1,5 milhão de visitantes vindos de fora do país, volume que representa 16% do total nacional. O resultado coloca o Estado em posição de destaque no turismo receptivo brasileiro e reforça a importância da presença gaúcha em mercados estraté-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

gicos da América do Sul e de outras regiões emissoras. O desempenho recente ganha peso diante do cenário enfrentado no ano anterior. Em 2024, o turismo gaúcho registrou o pior Índice de Atividades Turísticas entre as unidades da federação, além de perda de competitividade e queda nas intenções de viagem para o Estado. O volume de pacotes de viagem teve retração de 37% em relação a 2023, enquanto os danos ao setor foram estimados em R$ 6,7 bilhões.

A reação envolveu uma agenda de promoção do destino, ações voltadas a mercados nacionais e internacionais, capacitação da força de vendas, recuperação da conectividade e novos investimentos. Ao todo, foram realizadas 190 ações promocionais, 49 ações mercadológicas nacionais e 14 internacionais. A estratégia também incluiu a capacitação de mais de 9 mil agentes para vender o Rio Grande do Sul e a realização de 128 eventos geradores de fluxo em 23 regiões.

Os resultados começaram a aparecer em 2025. O turismo gaúcho registrou o segundo maior crescimento do país, com alta de 11,4%, desempenho superior ao dobro da média nacional. O Estado também chegou a 400 mil pacotes vendidos, crescimento de 8,6% em relação a 2023 e melhor resultado pós-pandemia.

A conectividade aérea, um dos pontos centrais para a retomada do setor, também avançou. Para o primeiro semestre de 2026, o Estado registra aumento de 16% nos assentos com destino ao Rio Grande do Sul. A ampliação da oferta de voos tem impacto direto na capacidade de receber turistas, especialmente durante períodos de maior demanda, como a temporada de inverno.

A campanha Viva o Inverno Gaúcho 2025 marcou outro movimento importante da política de promoção turística. Com investimento de R$ 40 milhões em 11 praças consideradas grandes mercados emissores, a iniciativa projetou fluxo incremental de 42,9 mil turistas e impacto estimado de R$ 185 milhões em gastos turísticos. A relação apresentada é de R$ 4,30 em gastos turísticos para cada R$ 1 investido.

O turismo também aparece como vetor econômico relevante para o Estado. A estimativa de movimentação do setor em 2025 é de R$ 17 bilhões. Os eventos turísticos têm impacto direto estimado em R$ 1,7 bilhão. No mesmo período, o setor registra saldo de 13,1 mil novas empresas e 6,4 mil empregos.

Para o inverno de 2026, as projeções indicam novo avanço. A previsão é de crescimento de 18,7% na chegada de turistas em comparação com 2025. São esperados 1,26 milhão de desembarques nos aeroportos gaúchos e 5,3 milhões de intenções de viagem ao Rio Grande do Sul no período, alta de 21% em relação ao ano anterior.

As origens com maior interesse pelo Estado incluem São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador. No mercado internacional, o Uruguai aparece com crescimento de 68,5% nas intenções de viagem para o Rio Grande do Sul. A malha prevista para a temporada soma 673 voos semanais com destino ao Estado, 52 a mais do que em 2025.

A combinação entre recorde internacional, avanço nas intenções de viagem, recuperação da conectividade e crescimento econômico indica que o turismo gaúcho chega ao inverno de 2026 em um momento de consolidação. Depois de um ano marcado por perdas expressivas, o setor passa a operar com indicadores favoráveis e com maior capacidade de converter a temporada em fluxo turístico, receita, empresas e empregos.

A Revista Em Evidência preparou este caderno especial, onde aponta o protagonismo das políticas públicas, destacando as principais ações promocionais do governo do Estado em parcerias inéditas com os municípios gaúchos e entidades representativas do setor, elevando o status do Rio Grande do Sul no roteiro do turismo nacional e internacional.

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# AÇÕES DE PROMOÇÃO TURÍSTICA REPOSICIONAM O RS

## PAUTA LIDERADA PELA SETUR-RS TAMBÉM É TRABALHADA TRANSVERSALMENTE POR PASTAS COMO COMUNICAÇÃO E CULTURA

### MEETING BRASIL 2025 AMÉRICA LATINA LEVA RIO GRANDE DO SUL A 5 PAÍSES E REÚNE MAIS DE 1.158 PROFISSIONAIS DO TURISMO

*4 a 13/08/2025 | Assunção (PY), Montevidéu (UY), Santiago (CL), Córdoba (AR) e Bogotá (CO)*

O Meeting Brasil 2025 — Edição América Latina percorreu cinco países entre 4 e 13 de agosto de 2025, posicionando o Rio Grande do Sul e demais destinos brasileiros junto a operadores, agentes de viagem e profissionais do setor em toda a América Latina. As cidades-sede foram Assunção (Paraguai) em 4/08, Montevidéu (Uruguai) em 5/08, Santiago (Chile) em 7/08, Córdoba (Argentina) em 11/08 e Bogotá (Colômbia) em 13/08. O evento contou com apoio institucional das embaixadas do Brasil em todos os países visitados e do Consulado Geral do Brasil em Córdoba.

Os números consolidados da edição foram expressivos: 1.158 participantes entre agentes de viagem e operadores; 57 capacitações realizadas ao longo de todo o circuito; 2.499 reuniões de produto entre destinos e operadores; 56 operadores mobilizados; 53 empresas brasileiras presentes; seis companhias aéreas parceiras; representação de 13 destinos nacionais; e cobertura em cinco países. Na esfera da comunicação, o evento gerou mais de 217 publicações em veículos nacionais e internacionais, com releases enviados a 1.907 jornalistas, totalizando 3.124 visualizações registradas.

O Rio Grande do Sul participou com capacitações master e simultâneas em todas as etapas, consolidando a marca "Rio Grande do Sul — UnGranDestino". A edição contou ainda com um Podcast Meeting Brasil no Spotify e mais de 70 publicações nas redes sociais durante os eventos, somando 76.422 alcances de perfil e 939 novos seguidores ao longo da série.

### GURI DE URUGUAIANA LEVA HUMOR E TRADIÇÃO AO ACAMPAMENTO FARROUPILHA 2025

*20 e 21/09/2025 | Porto Alegre — Parque Harmonia (Acampamento Farroupilha)*

No coração de uma das maiores celebrações da cultura gaúcha no Brasil, a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul marcou presença com quatro pocket shows presenciais do humorista Jair Cláudio Kobe, o Guri de Uruguaiana, realizados nos dias 20 e 21 de setembro de 2025 no Piquete da Setur, dentro do Acampamento Farroupilha, no Parque Harmonia, em Porto Alegre. O evento, que ocorreu entre 1º e 21 de setembro, atraiu mais de dois milhões de visitantes, consolidando-se como um marco cultural gratuito e acessível.

Cada apresentação teve duração mínima de uma hora e explorou o humor leve e autêntico inspirado nos costumes gaúchos. O artista, com mais de cinco milhões de seguidores em redes sociais e alcance médio de 20 milhões de pessoas por mês, gerou expressiva exposição espontânea da imagem do RS por meio de conteúdos digitais produzidos antes, durante e após o evento, além de presença em rádio, TV e jornais impressos.

A iniciativa contribuiu para ampliar o fluxo de visitantes no espaço da Setur, fomentar o turismo cultural e fortalecer a imagem do Rio Grande do Sul como destino acolhedor e competitivo no cenário nacional.

### CASA DO TURISTA GAÚCHO NO ROUBADINHAS ATLÂNTIDA PROJETOU SETUR PARA MAIS DE 750 MIL PESSOAS NO VERÃO GAÚCHO

*13/11/2025 A 5/04/2026 | XANGRI-LÁ — LITORAL NORTE*

A Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul marcou presença no Roubadinhas Atlântida, em Xangri-lá, por meio da Casa do Turista Gaúcho, ativação institucional integrada ao principal hub de entretenimento, gastronomia e experiência do litoral gaúcho durante o verão. O projeto, realizado entre novembro de 2025 e abril de 2026, estimou uma circulação total de mais de 750 mil pessoas ao longo do período. A estrutura do Roubadinhas Atlântida contou com 16.160 m² de área total, mais de 1.500 colaboradores nas operações, mais de 40 operações de gastronomia e serviços e mais de 20 marcas apoiadoras.

A Casa do Turista Gaúcho foi concebida como mais do que um ponto informativo: tornou-se um ambiente de permanência, acolhimento e descoberta dos destinos gaúchos. No espaço, o público pôde acessar informações e roteiros turísticos de diferentes regiões do Estado, interagir com conteúdos físicos e digitais, além de descansar dentro do circuito do evento. A ativação incluiu lounge temático, totem informativo, Kombi instagramável com a identidade visual da campanha "Viva o Verão Gaúcho" e ações de experiência como degustações de sabores regionais.

Os impactos gerados incluíram o fortalecimento da presença institucional da


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



## FESTAS NO SUL LEVA MÚSICA AO VERÃO GAÚCHO

A cantora Luiza Barbosa integrou as primeiras ações do projeto Festas no Sul, com apresentações em eventos estratégicos do verão gaúcho. A iniciativa da Setur/RS passou por Torres e Xangri-lá, associando música, turismo e circulação de visitantes em dois dos principais momentos da temporada no Estado

Setur junto a um público diversificado e qualificado, a valorização da cultura e identidade gaúcha, o incentivo ao turismo interno e a aproximação dos visitantes com os destinos do Estado.

### FESTAS NO SUL: LUIZA BARBOSA AQUECE O RÉVEILLON DE TORRES E O PALETA ATLÂNTIDA

*31/12/2025 e 24/01/2026 | Torres e Xangri-lá*

A cantora gaúcha Luiza Barbosa foi a protagonista das duas primeiras etapas do projeto Festas no Sul, iniciativa da Setur/RS que contempla dez pocket shows em municípios estratégicos do Estado ao longo de 2025 e 2026. Na virada do ano, em 31 de dezembro de 2025, a Praia Grande de Torres recebeu cerca de 800 mil pessoas no Réveillon, com a apresentação da artista sendo destaque da programação oficial.

No dia 24 de janeiro de 2026, Luiza Barbosa se apresentou novamente — desta vez no lounge da Setur à beira-mar de Xangri-lá, durante o Paleta Atlântida 2026, evento que contabilizou mais de 180 mil pessoas ao longo de seus quase 5 km de extensão. O espaço reuniu turistas do interior gaúcho, de vários estados brasileiros e de países vizinhos como Uruguai e Argentina.

O projeto percorre regiões turísticas que

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



## VINDIMA GANHA FORÇA COMO EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

O Pipa Parade aposta na colheita da uva como atrativo turístico para movimentar a Serra Gaúcha durante o verão. A proposta valoriza a vindima, aproxima visitantes das regiões produtoras e amplia a oferta de experiências ligadas à cultura do vinho no Rio Grande do Sul

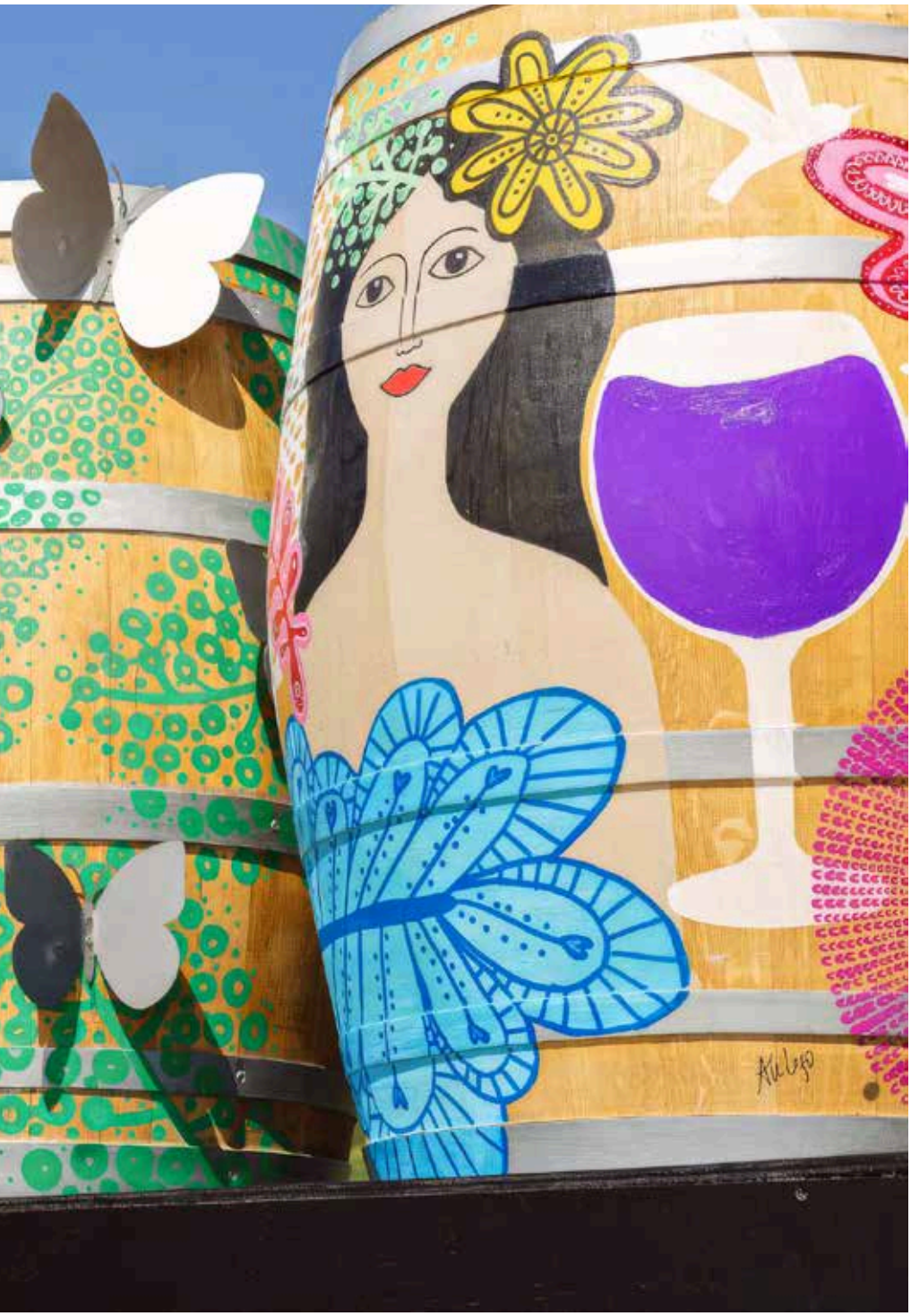
incluem Litoral Norte, Campos de Cima da Serra, Costa Doce, Termas e Lagos do Uruguai, Pampa Gaúcho e Delta do Jacuí. Além dos shows, a iniciativa incluiu a publicação de dois vídeos promocionais em parceria com o perfil oficial da Setur/RS nas redes sociais.

### IMERSÃO JESUÍTICA-GUARANI: MARIANITA ORTAÇA LEVA HISTÓRIA E ARTE ÀS MISSÕES E AO BRASIL

*9/01/2026 a 4/09/2026 | São Miguel das Missões, Santo Ângelo, São Nicolau, Entre-Ijuís, São Luiz*



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



*Gonzaga, São Borja, Xangri-lá, Porto Alegre, São Paulo (WTM), Brasília (Expotchê) e Esteio (Expointer)*

A Secretaria de Turismo do RS apoiou a realização da Imersão Jesuítica-Guarani com Marianita Ortaça, iniciativa cultural e turística com execução entre janeiro e setembro de 2026, reunindo etapas já realizadas e apresentações ainda previstas no calendário do projeto.

As apresentações percorreram municípios como São Miguel das Missões (9/01), Santo Ângelo (14/01), São Nicolau (16/01), Entre-Ijuís (21/01), São Luiz Gonzaga (23/01) e São Borja (28/01), além de Xangri-lá durante o Paleta Atlântida (24/01), Porto Alegre na Ugart (10/04), e ainda em feiras nacionais e internacionais: WTM em São Paulo (15/04). A agenda ainda prevê etapas na Expotchê, em Brasília (05/06), e na Expointer, em Esteio (04/09).

A iniciativa, conduzida por Marianita Ortaça — filha de Pedro Ortaça, ícone dos Troncos Missioneiros —, é estratégica às vésperas das comemorações dos 400 anos das reduções jesuítico-guaranis. A Setur recebeu menção institucional nas etapas já realizadas, com previsão de presença vinculada às próximas ativações do calendário, além de carrosséis de fotos e stories no Instagram para ampliar o alcance digital das ações.

## PIPA PARADE: VINDIMA VIRA PRODUTO TURÍSTICO E MOVIMENTA O VERÃO NA SERRA GAÚCHA

*12/01 a 31/03/2026 | Serra Gaúcha e regiões vitivinícolas do RS*

O projeto Pipa Parade aposta na vindima — a tradicional colheita da uva — como um produto turístico estruturado capaz de reverter a sazonalidade do verão na Serra Gaúcha e em outras regiões produtoras do Rio Grande do Sul. Com execução entre 12 de janeiro e 31 de março de 2026, a iniciativa recebeu patrocínio da Secretaria de Turismo do RS e propôs a criação de uma rota turística temática em torno da colheita.

Os resultados da edição anterior do projeto demonstraram o potencial do modelo: foram registrados 8.843 tickets nas vinícolas participantes da rota durante o período do evento, e mais de 1,5 milhão de pessoas circularam pelos destinos abrangidos pela ação. O Pipa Parade se inspira no sucesso do Natal na Serra Gaúcha, que demonstrou como eventos temáticos de grande porte podem gerar fluxo turístico expressivo.

A iniciativa se insere no contexto do programa "O Sul Tchê Espera!" e da recuperação do turismo gaúcho após as enchentes de 2024. Ao estruturar a vindima como experiência turística

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




## CIDADE BAIXA E CENTRO HISTÓRICO VOLTAM AO ROTEIRO TURÍSTICO

O projeto Sempre Cidade Baixa, Sempre Centro busca valorizar dois dos bairros mais conhecidos de Porto Alegre. Com ações voltadas à gastronomia, cultura urbana, patrimônio histórico e circulação de visitantes, a iniciativa contribui para recolocar a região no mapa turístico da capital

consolidada, o Pipa Parade contribui para diversificar a oferta do Rio Grande do Sul e posicionar o verão gaúcho como temporada tão atrativa quanto o inverno.

### FESTA DAS COLHEITAS CELEBRA VINDIMAS E CULTURA ITALIANA EM CIDADES GAÚCHAS

*20/01 a 19/03/2026 (shows: 20/02 Rolante, 22/02 Caxias do Sul, 01/03 Bento Gonçalves)*

O projeto Festa das Colheitas realizou sua primeira fase de shows ao longo de fevereiro e março de 2026, levando música, tradição e experiências culturais a três municípios do Rio Grande do Sul: Rolante (20 de fevereiro), Caxias do Sul (22 de fevereiro) e Bento Gonçalves (1º de março). A iniciativa, executada pelo grupo musical Le Farfalle — formado exclusivamente por mulheres, originário de Bento Gonçalves —, contemplou nove shows de 90 minutos e nove intervenções acústicas de até 30 minutos.

A estreia do projeto em Rolante coincidiu com a primeira Vindima da Comunidade local. Em Caxias do Sul, o show aconteceu durante a tradicional Festa da Uva, onde o público vivenciou a experiência da pisa da uva ao som da música Ítalo-Gaúcha. O espaço da Setur na Festa da Uva contou com programação especial, incluindo Roda de Chimarrão, Pisa da Uva e Vivências Culturais.

Em Bento Gonçalves, a apresentação integrou a programação do evento Bento em Vindima. Os resultados incluíram fortalecimento da promoção turística do Estado, valorização da cultura regional, ampliação do fluxo de visitantes e dinamização da economia local nas regiões atendidas.

### SEMPRE CIDADE BAIXA, SEMPRE CENTRO: PORTO ALEGRE RETOMA A AUTOESTIMA DE SEUS BAIRROS MAIS ICÔNICOS

*2025 (2ª fase com apoio Setur/RS) | Porto Alegre — Cidade Baixa e Centro Histórico*

O projeto "Sempre Cidade Baixa Sempre Centro" nasceu em junho de 2024, um mês após as enchentes que devastaram Porto Alegre, com o objetivo de dar visibilidade aos empreendimentos e espaços impactados e reafirmar a Cidade Baixa e o Centro Histórico como referências culturais e turísticas da capital. Em 2025, o projeto entrou em uma segunda fase, mais ampla e estruturada, com apoio da Secretaria de Turismo do RS.

As ações incluíram o lançamento de um Guia Turístico com curadoria de locais para circulação de visitantes — com impressão de 10 mil exemplares e distribuição de 150 QR Codes em bares, restaurantes e hotéis — e a realização de um Festival Gastronômico e Cultural da Cidade


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Baixa e do Centro Histórico.

O festival estrutura-se em quatro eixos temáticos: gastronomia autoral, arte e cultura urbana, empreendedorismo e cooperação, e valorização do patrimônio histórico. A iniciativa busca transformar os dois bairros em destinos prioritários para turistas que chegam à capital, devolvendo autoestima aos empreendedores e promovendo Porto Alegre como cidade criativa e vibrante.

### FESTIVAL MESA GAÚCHA MAPEIA E VALORIZA A GASTRONOMIA REGIONAL EM OITO REGIÕES DO RS

*2025–2026 | Campos de Cima da Serra, Litoral Norte, Missões, Rota das Araucárias, Vale da Felicidade, Pampa, Fronteira, Vale do Rio Pardo, Hortênsias e Porto Alegre*

O Festival Mesa Gaúcha, concebido pela Vambora Ltda por meio da marca Destemperados, nasce como resposta estruturada à subexploração do turismo gastronômico gaúcho. O festival contempla oito regiões turísticas estrategicamente selecionadas, além de ações complementares nas Hortênsias e em Porto Alegre.

O projeto opera por meio de cinco etapas estruturadas: mapeamento das vocações gastronômicas regionais; diagnóstico e levantamento local; desenvolvimento e capacitação por meio de workshops; visibilidade e comunicação através de pop ups regionais; e criação de legado para o turismo gaúcho.

A Vambora Ltda acumula quase duas décadas de atuação: desde 2007, a marca Destemperados desenvolveu projetos com 400 estabelecimentos participantes e o Square Garden Destemperados (500 mil visitantes). Com 1,5 milhão de seguidores digitais e 72,6 milhões de pessoas impactadas em 2024, a plataforma oferece alcance e credibilidade para posicionar o RS como referência nacional em turismo gastronômico.

### O MUNDO DO CTG NA ESTRADA: COBERTURA CULTURAL POSICIONA O RS EM GRANDES PALCOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

*2025–2026 (roteiro anual) | São Paulo, Belo Horizonte, Esteio (Expointer), Porto Alegre (Mês Farroupilha), Santa Cruz do Sul (ENART), Buenos Aires, Rio de Janeiro e demais etapas*

O projeto "O Mundo do CTG na Estrada" é uma iniciativa de cobertura cultural que percorre o Brasil — e além das fronteiras nacionais — para registrar e difundir a presença da cultura gaúcha nos principais eventos de turismo do país, em parceria com a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul. Por meio de formato híbrido, o projeto produz conteúdo digital de alto impacto para redes sociais e veículos parceiros, com cobertura ao vivo nos eventos, vídeos, entrevistas, reels e interação com visitantes, autoridades e artistas.

O roteiro confirmado inclui presença em grandes palcos nacionais e internacionais: São Paulo, Belo Horizonte, Esteio (durante a Expointer), Porto Alegre (Mês Farroupilha), Santa Cruz do Sul (Final do ENART), Buenos Aires, Rio de Janeiro, além de outras etapas ao longo do ano. Em cada parada, o projeto mostra culinária típica, danças, música, trajes tradicionais e as regiões turísticas do RS nos estandes da Setur.

Entre as entregas previstas estão cobertura fotográfica e audiovisual, banco de imagens para uso institucional da Secretaria, quatro posts temáticos mensais, quatro vídeos editados por mês, duas entrevistas mensais com curadoria conjunta e cobertura diária durante a Expointer.

### O MUNDO DO CTG NA ESTRADA — ETAPA 2: PROJETO AMPLIOU PRESENÇA DIGITAL DA CULTURA GAÚCHA NO VERÃO E NO NATAL

*20/12/2025 a 13/04/2026 | Destinos Gaúchos indicados pela Setur e Litoral Norte*

Após o sucesso da primeira fase, o projeto "O Mundo do CTG na Estrada" deu continuidade à sua missão de levar a identidade gaúcha ao Brasil e ao mundo, com período de execução entre 20 de dezembro de 2025 e 13 de abril de 2026. A iniciativa acompanhou eventos estratégicos do calendário estadual — as festividades natalinas e a temporada de verão —, ampliando o alcance e valorizando o que o Rio Grande do Sul tem de mais autêntico.

Duas frentes principais orientaram a etapa: a Caravana Natalina, com registros das programações de Natal em destinos gaúchos indicados pela Setur; e as ações de promoção do Verão Gaúcho. Em ambos os casos, o conteúdo foi produzido no formato híbrido: reels, vídeos, fotos, stories e postagens estratégicas no Instagram.

Os resultados incluíram ampliação do alcance das ações culturais, fortalecimento da imagem do RS como destino com identidade, engajamento digital e valorização das raízes gaúchas para públicos diversos.

### CARAVANA 'O SUL TE ESPERA': ATIVAÇÕES DE EXPERIÊNCIA PROMOVEM IDENTIDADE GAÚCHA PELO BRASIL

*2025–2026 | Múltiplos municípios e estados brasileiros*

A Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul investiu em ativações de experiência — live marketing — como estratégia central de promoção turística do estado, no âmbito do programa "O Sul Tchê Espera!", lançado em agosto de 2025. Com investimento total de R$ 214 milhões (sendo R$ 14 milhões em recursos diretos e R$ 200 milhões em subsídio para equalização de juros), o programa responde aos impactos negativos gerados pelas enchentes de maio de 2024.

As ativações consistem em experiências imersivas e memoráveis — artísticas, musicais e gastronômicas — que conectam o público aos elementos da identidade gaúcha: culinária típica, chimarrão, danças folclóricas, música regional e hospitalidade campeira.

CE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




## DA SERRA GAÚCHA PARA O LIVRO DOS RECORDES

O Natal Luz de Gramado foi oficialmente certificado pelo Guinness World Records como o festival natalino mais longo do planeta. O título internacional reconhece a dedicação de uma comunidade que, ao longo de 88 dias consecutivos de programação e espetáculos, transforma a Serra Gaúcha no cenário mais mágico do Estado



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Entre as ações previstas destacam-se a Arena do Turismo Rural da Expointer, o Acampamento Farroupilha, a campanha Ganha-Ganha Farroupilha e o receptivo no Aeroporto.

O programa tem como referência internacional experiências como a campanha "100% Pure New Zealand", da Nova Zelândia, e as ativações gastronômicas do País Basco, que atraem mais de dois milhões de visitantes anuais. No Brasil, inspira-se no bem-sucedido projeto "O Rio Continua Lindo", da Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro.

### LOUNGE DO TURISTA NO ROUBADINHAS ATLÂNTIDA: RS APOSTOU NO LITORAL NORTE PARA A TEMPORADA DE VERÃO

*Temporada de verão 2025/2026 | Xangri-lá — Litoral Norte Gaúcho*

A Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul implantou um Lounge do Turista Gaúcho no Roubadinhas Atlântida, em Xangri-lá, no Litoral Norte gaúcho, como ação estratégica para a temporada de verão. O equipamento recebeu mais de 550 mil pessoas durante o verão 2024/2025, segundo publicação da Forbes.

O verão é considerado uma segunda alta temporada para o turismo gaúcho: em 2025, o RS bateu recorde histórico, com mais de 1,3 milhão de visitantes estrangeiros. Xangri-lá se destaca por concentrar o maior tíquete médio do verão gaúcho.

A ação contemplou todo o período de pico da temporada, abrangendo festas de fim de ano, férias escolares, grandes eventos do Litoral Norte e carnaval. O lounge visou potencializar o fluxo existente, promover destinos complementares e ampliar o consumo turístico na região.

### PALETA ATLÂNTIDA E CHURRASCO GAÚCHO: COOPERAÇÃO REFORÇA GASTRONOMIA COMO ATIVO TURÍSTICO DO RS

*Abril/2025 a 31/12/2026 | Xangri-lá e outros destinos do RS*

A Setur/RS e a Luciano Leon Ltda. firmaram termo de cooperação para promover a cultura e a gastronomia gaúcha — especialmente o churrasco — como atrativos turísticos do Estado, com vigência de abril de 2025 a 31 de dezembro de 2026. O instrumento não prevê repasse financeiro entre as partes, configurando uma parceria baseada na complementaridade de ações e ativos institucionais.

A empresa é responsável pela organização do Paleta Atlântida — evento que reuniu mais de 180 mil pessoas na edição de janeiro de 2026 em Xangri-lá. A empresa assume obrigações como a realização de ações de promoção da gastronomia gaúcha, o compartilhamento de conteúdos com a Setur e pelo menos uma ação de qualificação técnica voltada a assadores e profissionais da cadeia da gastronomia.

À Setur cabem a promoção da gastronomia gaúcha nos canais oficiais, o apoio institucional a ações de divulgação e a realização de pelo menos três ações coordenadas com a organização parceira ao longo da vigência. A cooperação reforça o posicionamento do RS como destino de gastronomia identitária, com o churrasco como símbolo cultural de alcance nacional e internacional.

### PLANO DE TRABALHO ABAV-RS: PROJETO RECEBE RS MOBILIZA TRADE NACIONAL EM PROL DO DESTINO GAÚCHO

*365 dias a partir da publicação no Diário Oficial | Rio Grande do Sul e feiras nacionais*

A Associação Brasileira de Agências de Viagens — Seccional RS (ABAV-RS) celebrou parceria com a Setur para a execução do projeto RECEBE RS. O investimento total é de R$ 1.655.000,00, voltado à promoção, fortalecimento institucional e qualificação da oferta turística do Rio Grande do Sul, em resposta aos impactos das enchentes de 2024 — que, segundo estimativas da CNC, geraram prejuízos diários de R$ 49,2 milhões e eliminaram mais de 305 mil postos de trabalho no setor.

O projeto está estruturado em três eixos: promoção e posicionamento do Destino RS (R$ 1.245.000,00), incluindo dez famtours com agências de fora do estado, seis ações promocionais em feiras nacionais e uma campanha "Verão RS" no valor de R$ 500 mil; fortalecimento institucional (R$ 205 mil), com realização de benchmarking nacional; e qualificação da oferta turística (R$ 205 mil), com visitas técnicas e curadoria de novos roteiros.

A ABAV-RS, entidade com 64 anos de atuação representando agentes de viagens e operadores, aporta contrapartida não financeira de R$ 82.750,00 (equivalente a 5% do total). Entre as entregas previstas estão a produção de kits de promoção turística identitários do RS (R$ 200 mil) e a consolidação da marca Destino RS junto ao trade de agenciamento nacional.

### PROMOVE TURISMO RS: SEBRAE/RS INVESTE R$ 1,4 MILHÃO EM PARCERIA COM A SETUR PARA REPOSICIONAR O ESTADO

*730 dias a partir da assinatura | Rio Grande do Sul — atuação em todos os 497 municípios*

O Sebrae/RS firmou parceria com a Setur para execução do projeto Promove Turismo RS, com vigência de 730 dias e investimento total de R$ 3.010.500,00 — sendo R$ 1.563.000,00 aportados pela Setur e R$ 1.447.500,00 de contrapartida do Sebrae (equivalente a 49% do total). O projeto nasce da necessidade de recuperação do turismo gaúcho após as enchentes de 2024, que reduziram a taxa de ocupação hoteleira da Região das Hortênsias de 60% para apenas 13% em maio daquele ano.

A iniciativa se organiza em quatro eixos: promoção internacional (R$ 570 mil), com consultoria para prospecção em três mercados internacionais e três missões comerciais; promoção

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




## CHURRASCO GAÚCHO GANHA DESTAQUE COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A cooperação entre a Setur/RS e a organização do Paleta Atlântida reforça a gastronomia como parte da identidade turística do Estado. A parceria valoriza o churrasco gaúcho, incentiva ações de divulgação e aproxima a cultura regional dos visitantes que circulam pelo litoral e por outros destinos do RS



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



nacional (R$ 365 mil), com road shows e projetos de estandes para feiras; qualificação e competitividade do Destino RS (R$ 1.620.000,00), com implementação do Sistema de Gestão de Segurança em 30 empresas de turismo de aventura, ações de turismo acessível em cinco municípios e 50 empresas e programa de hospitalidade para 75 empresas; e melhoria do ambiente legal (R$ 455 mil).

O Sebrae conta com nove Unidades Regionais, 11 Escritórios e presença em todos os 497 municípios gaúchos, além de equipe de uma coordenadora estadual e sete analistas de turismo, garantindo capilaridade para a execução descentralizada das ações nos principais polos turísticos do Estado.

### CAPACITA RS: UGART LIDERA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DO TURISMO GAÚCHO

*180 dias a partir da assinatura | RS + Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália e EUA*

A União Gaúcha dos Operadores e Representantes de Turismo do Rio Grande do Sul (Ugart) formalizou parceria com a Setur para execução do projeto Capacita RS, com duração de 180 dias e investimento de R$ 950.000,00, voltado à promoção e ao reposicionamento do turismo gaúcho em mercados internacionais prioritários. A Ugart aporta contrapartida não financeira de R$ 47.500,00 (5% do total).

O projeto está estruturado em dois eixos: inserção e representação internacional (R$ 255 mil), com duas missões técnicas internacionais e produção de kits promocionais identitários do RS; e promoção internacional do Destino RS (R$ 695 mil), incluindo uma convenção para operadoras turísticas internacionais (R$ 200 mil), dez fantours com operadoras internacionais no RS (R$ 280 mil) e uma rodada de negócios internacional (R$ 190 mil).

Os dados do projeto apontam que o RS recebeu 1,2 milhão de turistas internacionais apenas no primeiro semestre de referência, e as intenções de compra de passagens aéreas de Portugal para o RS cresceram 154% após ações de comunicação anteriores. A Ugart, que em 2026 realiza a 40ª edição da Feira de Negócios Turísticos Ugart, é reconhecida como um dos eventos de maior produtividade em turismo da Região Sul.

### VIVA O INVERNO GAÚCHO 2025: A MAIOR CAMPANHA MERCADOLÓGICA DA HISTÓRIA DO TURISMO GAÚCHO GEROU RETORNO DE R$ 4,30 PARA CADA R$ 1 INVESTIDO

*Inverno 2025 (junho a setembro) | 11 praças nos maiores mercados emissores nacionais*

Com investimento de R$ 40 milhões, a campanha Viva o Inverno Gaúcho 2025 se tornou a maior ação mercadológica da história do turismo do Rio Grande do Sul. A iniciativa foi veiculada em 11 praças correspondentes aos maiores mercados emissores do país e gerou um fluxo incremental estimado de 42,9 mil turistas ao estado. O retorno econômico calculado foi de R$ 185 milhões em gastos turísticos — o equivalente a R$ 4,30 em movimentação para cada R$ 1 investido na campanha.

A campanha integrou a estratégia mais ampla de recuperação do turismo gaúcho após as enchentes de maio de 2024 — que provocaram R$ 6,7 bilhões em danos ao setor (CEPAL), queda de 37% no volume de pacotes de viagens em relação a 2023 e o pior Índice de Atividades Turísticas entre todos os estados brasileiros. Para reverter esse cenário, a Setur realizou 190 ações promocionais, sendo 49 mercadológicas nacionais e 14 internacionais, além de capacitar mais de nove mil agentes de viagem para vender o RS e apoiar 128 eventos geradores de fluxo em 23 regiões turísticas.

Os resultados confirmaram a eficácia da estratégia: o Rio Grande do Sul

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

registrou, em 2025, crescimento de 11,4% nas atividades turísticas — o segundo maior entre todos os estados brasileiros e mais que o dobro da média nacional (5%). O estado alcançou ainda o recorde histórico de 1,5 milhão de turistas internacionais (16% do total nacional), a comercialização de 400 mil pacotes (+8,6% sobre 2023, melhor resultado pós-pandemia) e crescimento de +16% nos assentos com destino ao RS no primeiro semestre de 2026.




### TEMPORADA DE INVERNO 2026 E PROGRANTUR: RS PROJETA RECORDE DE CHEGADAS E R$ 1,836 BILHÃO EM INVESTIMENTOS PRIVADOS NA SERRA GAÚCHA

*Inverno 2026 (1º de junho a 31 de agosto) | Serra Gaúcha, Porto Alegre, Pampa Gaúcho e Rota do Yucumã*

As perspectivas para a temporada de inverno de 2026 apontam para um cenário de forte crescimento. Segundo dados da ForwardKeys/Setur, a previsão é de aumento de 18,7% na chegada de turistas ao estado pelo modal aéreo em relação ao inverno de 2025, com 1,26 milhão de desembarques esperados nos aeroportos gaúchos. O volume de intenções de viagem ao RS para o período chega a 5,3 milhões — crescimento de 21% sobre 2025 —, com liderança dos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. No cenário internacional, o Uruguai lidera com alta de +68,5% nas intenções de viagem, seguido por Argentina (+36,5%) e Estados Unidos (+30,1%). A malha aérea soma 673 voos semanais com destino ao RS, 52 a mais que em 2025.

No campo dos investimentos estruturantes, o PROGRANTUR — programa lançado em 2025 pelo Governo do Estado por meio da Setur e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a InvestRS — teve aporte de R$ 200 milhões para subsídios de juros. O objetivo é atrair grandes investimentos em equipamentos turísticos com alto potencial transformador para a oferta local, geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável.

Ao todo, 6 empreendimentos foram habilitados pelo programa, totalizando R$ 1,836 bilhão em investimentos privados. A Serra Gaúcha é a principal beneficiária: três dos seis projetos habilitados estão na região, concentrando R$ 1,215 bilhão em aportes — o equivalente a 66% do total investido via programa. Entre os destaques está o Club Med Gramado, lançado oficialmente em março de 2026 e considerado ativo estratégico para impulsionar a internacionalização do destino. Os demais projetos contemplam Porto Alegre, o Pampa Gaúcho e a Rota do Yucumã.

### TURISMO GAÚCHO EM RECUPERAÇÃO: SETOR REGISTRA 2º MAIOR CRESCIMENTO DO PAÍS EM 2025 E PROJETA EXPANSÃO HISTÓRICA PARA 2026

*Ano-base 2025 e perspectivas 2026 | Rio Grande do Sul*

O turismo gaúcho encerrou 2025 com um conjunto robusto de indicadores que confirmam a trajetória de recuperação após o impacto das enchentes de maio de 2024. O setor registrou crescimento de 11,4% nas atividades turísticas — o segundo maior resultado entre todos os estados brasileiros e mais que o dobro da média nacional de 5%. A movimentação estimada do setor chegou a R$ 17,67 bilhões, alta de 13% sobre 2024, com base em dados de consumo da SEFAZ/RS. O impacto direto de eventos turísticos foi calculado em R$ 1,7 bilhão (plataforma Destination D/AI). O saldo de novos negócios no setor atingiu 13.186 empresas abertas — o melhor resultado em 15 anos (Receita Federal) — e o mercado de trabalho registrou saldo positivo de +6.469 postos de trabalho (Caged), revertendo a perda de 2.305 empregos em 2024.

O fluxo de turistas também surpreendeu: o RS atingiu recorde histórico de 1,535 milhão de visitantes estrangeiros em 2025, respondendo por 16% do total nacional. Foram registrados

4.102.280 desembarques nos aeroportos do estado (Anac), recuperando o patamar de 2023. Já no primeiro trimestre de 2026, os desembarques chegaram a 1.041.662, alta de 22% sobre 2025 e 12% sobre 2024. A comercialização de 400.800 pacotes de viagens em 2025 representou crescimento de 8,6% em relação a 2023 — período pré-enchentes —, o melhor resultado pós-pandemia (ForwardKeys/Amadeus).

Para 2026, os dados prospectivos sustentam o otimismo: a previsão é de 5,6 milhões de assentos em voos com destino ao RS — crescimento de 23,6% sobre 2025. No plano internacional, o RS foi o primeiro estado brasileiro a desenvolver um Plano Tático de Promoção Internacional alinhado à estratégia nacional da Embratur (Plano Brasis). Como resultado, a participação histórica na BTL Lisboa, em 2026, gerou 55 propostas comerciais formalizadas para incluir o destino RS no portfólio de operadoras portuguesas. Os dados da ForwardKeys/Amadeus indicam crescimento projetado de 64,7% na chegada de turistas portugueses ao RS em 2026 em relação a 2025.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




# EXPANDIR A NOSSA SEDE É AMPLIAR A NOSSA HISTÓRIA

**FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA E CONTRIBUA COM A NOSSA CAUSA!**

ABRA O APP DO SEU BANCO, ESCOLHA A FUNÇÃO **LER QRCODE** E ESCANEIE O CÓDIGO AO LADO.

A SEDE DO **INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL** ESTÁ EM OBRAS.
COM A AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO E DO LABORATÓRIO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, ENTREGAREMOS MAIS CONFORTO PARA **CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO**, ALÉM DO ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS.
SEGUIMOS TRABALHANDO PARA EXPANDIR A NOSSA HISTÓRIA E CONTINUAR BUSCANDO AUMENTAR OS ÍNDICES DE CURA DO CÂNCER INFANTOJUVENIL.

Instituto do Câncer Infantil

Melhores ONGS 2024 Melhor ONG do RS

DOAR

TRANSPARÊNCIA

(51) 3331-8704
INSTITUTODOCANCERINFANTIL

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# COM PROJEÇÃO DE 1,26 MILHÃO DE DESEMBARQUES, GOVERNO DO ESTADO REALIZA LANÇAMENTO INÉDITO DA TEMPORADA DE INVERNO 2026

**Evento no Palácio Piratini destacou recuperação do turismo, que estima crescer 18,7% na chegada de visitantes via modal aéreo**

*Edição: Patrícia Cruz*
*Fotos: João Pedro Rodrigues/Secom*



O governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo (Setur), realizou na manhã do dia 12 de maio, o lançamento oficial da Temporada de Inverno 2026. O evento, sediado no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, reuniu autoridades, imprensa e representantes do trade turístico para apresentar as estratégias e as projeções da estação, que estima um crescimento de 18,7% na chegada de visitantes pelo modal aéreo.

Durante o encontro — que contou com um café de valorização da culinária típica gaúcha —, o secretário de Turismo, Raphael Ayub, resgatou o histórico recente de superação do Estado. Ayub lembrou que o Rio Grande do Sul enfrentou um dano financeiro no setor. Contudo, as ações de reestruturação já colhem frutos. "A capacitação de agentes turísticos, a realização de press trips, a recuperação da malha aérea e os novos investimentos proporcionaram um 2025 muito positivo", destacou.

O secretário reforçou a transversalidade do turismo e seu impacto direto na economia gaúcha, destacando que o Rio Grande do Sul vem consolidando resultados acima da média nacional no setor. Em 2025, o Estado registrou crescimento de 11,4% no turismo, mais que o dobro da média brasileira (4,6%), além de ultrapassar a marca de 1,5 milhão de turistas internacionais no acumulado do ano. Apenas no primeiro trimestre de 2026, já foram 764,5 mil visitantes estrangeiros, consolidando o RS entre os principais destinos internacionais do país.

“O turismo movimenta uma cadeia extremamente ampla, gerando emprego, renda e desenvolvimento em todas as regiões. O turismo na ponta é feito pela iniciativa privada; ao poder público cabe criar condições, investir em promoção, infraestrutura e articulação para potencializar es-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




**EMPREGO E RENDA**
Secretário Raphael Ayub lebrou que o turismo gera emprego, renda e desenvolvimento para o Estado

Le Berg
CDP Consultoria Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.



**DESAFIOS SUPERADOS**
Secretário Caio Tomazeli lembrou os desafios para desenvolver o setor e superar os desafios recentes

ses resultados. Hoje, o Rio Grande do Sul vive um processo importante de reposicionamento e recuperação da sua imagem, e os números mostram isso", afirmou Ayub.

## PILAR ECONÔMICO

A importância de tratar a área como pilar econômico foi o foco da fala do secretário de Comunicação, Caio Tomazeli. Ele enfatizou que a estratégia de turismo promovida pelo governo Leite alcançou uma nova proporção. "Estamos trabalhando para desenvolver o setor e superar os desafios recentes. Não é fácil segurar recursos no turismo no meio de uma reconstrução. Por isso, a parceria público-privada é fundamental para nos desenvolvermos. Temos que ter políticas com a clareza de que cada área terá o que merece", explicou.

Historicamente reconhecido como o período de maior fluxo no Rio Grande do Sul, o inverno passa a ser tratado sob uma nova perspectiva comercial. A diretora de Planejamento e Competitividade da Setur, Cláudia Mara Borges, ressaltou o caráter inovador da cerimônia. "É a primeira vez na história que estamos lançando uma temporada de inverno, algo que pode ser decisivo. Estamos trazendo a reflexão de que o inverno não se resume aos 15 dias de férias de julho; ele começa antes, e em outubro ainda temos frio", pontuou.

Essa ampliação da janela de visitação já reflete no mercado. Cláudia Mara lembrou que, em diálogo com operadoras e companhias aéreas, os parceiros identificaram essa mudança de paradigma como uma excelente oportunidade estratégica para a geração de negócios.

Os números corroboram o cenário: a expectativa é de 1.266.300 desembarques nos aeroportos gaúchos entre junho e agosto de 2026, frente a 1.055.144 no mesmo período do ano anterior, conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Nas intenções de viagem, o aumento é de 21%, com forte alta no mercado internacional, especialmente Uruguai (+68,5%), Argentina (+36,5%) e Estados Unidos (+30,1%).


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

VALE **SAÚDE**



# TRANSPORTE SEGURO E ECONÔMICO PARA PACIENTES DO INTERIOR DO RS

O **Vale Saúde** é a solução ideal para prefeituras que desejam oferecer transporte **seguro, confortável e econômico** para seus cidadãos que precisam de tratamento médico em Porto Alegre.






## BENEFÍCIOS | **VALE SAÚDE**

**Transporte seguro e confortável:** A Ouro e Prata garante o transporte de ida e volta do paciente com conforto, segurança e pontualidade, desde a cidade de origem até o hospital de destino em Porto Alegre.

**Descontos especiais nas passagens para os pacientes:** Garantindo economia significativa para as prefeituras.

**Flexibilidade com diversos horários:** Múltiplas opções de viagem para maior conveniência.

**Redução de custos operacionais:** A prefeitura não precisa se preocupar com custos de motoristas, veículos e manutenção, uma vez que a Ouro e Prata assume toda a operação de transporte.

**Maior segurança e conforto para os pacientes:** Garantia de que os pacientes viajarão em veículos adequados, com todo o suporte necessário durante o trajeto.

VIAÇÃO OURO E PRATA

ENTRE EM CONTATO CONOSCO

**(51)98059.3076**

**valetransporte@ouroeprata.com**

**valesaude.viacaoouroeprata.com.br**

CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



**MATEUS MARQUES**
*Sócio do escritório Mateus Marques Advocacia Criminal*
*Doutor em Direito. Professor de Processo Penal*



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Nos últimos anos, investigações criminais envolvendo agentes políticos, gestores públicos e estruturas da administração passaram a integrar de forma cada vez mais presente o cenário institucional brasileiro. Operações policiais, buscas e apreensões, afastamentos cautelares e medidas judiciais de grande repercussão frequentemente colocam Municípios e Estados diante de crises complexas, capazes de produzir reflexos muito além do âmbito jurídico.

Em pouco tempo, a crise pode atingir a governabilidade, a confiança social, a continuidade dos serviços públicos e a própria estabilidade institucional da gestão.

Por isso, um dos maiores equívocos é tratar a investigação criminal como problema individual ou exclusivamente processual. Na prática, trata-se de uma crise institucional complexa, que exige resposta técnica, organizada e simultânea nas frentes jurídica, administrativa, documental e comunicacional.

A instauração de investigações criminais não significa culpa, condenação ou autorização para juízos precipitados. O processo penal é estruturado sobre pilares consagrados da presunção de inocência, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. Contudo, no ambiente público, a simples existência de diligências investigativas como busca e apreensão, quebras de sigilo, afastamentos cautelares, bloqueios ou requisições de documentos produz impactos imediatos na rotina administrativa.

Em cenários como esse, é natural que surjam insegurança institucional, dificuldades decisórias e preocupação quanto à continuidade administrativa. A crise investigativa, quando não conduzida de forma técnica e organizada, acaba afetando o funcionamento da própria gestão pública e comprometendo a capacidade de resposta do Poder Público.

O primeiro passo, portanto, é evitar dois extremos: o negacionismo institucional e o desespero administrativo. A gestão deve atuar com serenidade, técnica e organização. Investigações precisam ser respeitadas, mas igualmente acompanhadas por atuação técnica experiente e criteriosa, capaz de preservar garantias fundamentais, evitando danos irreversíveis à administração pública.

A preservação documental é medida central. Contratos, pareceres, processos licitatórios, notas técnicas, registros de reuniões, comunicações internas e fluxos decisórios devem ser imediatamente organizados. Em muitas situações, a fragilidade defensiva decorre menos da prática de irregularidades e mais da incapacidade de demonstrar, documentalmente, a racionalidade e a boa-fé dos atos administrativos.

Nesse sentido, a implementação de mecanismos, como por exemplo o compliance, deixou de representar mero diferencial administrativo para se consolidar como verdadeira ferramenta de blindagem institucional. Fluxos decisórios claros, controle interno eficiente, gestão documental adequada e rastreabilidade dos atos administrativos não apenas fortalecem a governança pública, mas também reduzem riscos de interpretações equivocadas sobre a legalidade, motivação e finalidade das decisões adotadas pela administração.

Outro ponto decisivo é a atuação precoce e estratégica diante da investigação. Ainda existe a falsa percepção de que medidas técnicas somente se tornam necessárias após o oferecimento de denúncia. Esse é um erro relevante. Em investigações envolvendo agentes públicos, a fase investigatória costuma ser determinante, pois nela se formam os elementos que poderão embasar cautelares, denúncias e repercussões em outras esferas.

Também é preciso compreender que a investigação criminal raramente caminha sozinha. Ministério Público, Polícia Judiciária, Tribunais de Contas, Controladorias e outros órgãos frequentemente compartilham informações. A ausência de coordenação técnica entre essas frentes amplia os danos da crise.

> “Mais do que os reflexos jurídicos propriamente ditos, a forma como a administração pública conduz momentos de crise também evidencia seu grau de maturidade, organização e responsabilidade institucional”

A investigação criminal na gestão pública deixou de representar situação excepcional no cenário institucional brasileiro. Mais do que os reflexos jurídicos propriamente ditos, a forma como a administração pública conduz momentos de crise também evidencia seu grau de maturidade, organização e responsabilidade institucional.

Gestões mais preparadas compreendem que transparência, organização administrativa, mecanismos de integridade, controle interno e adequada orientação técnica não servem apenas à prevenção de riscos jurídicos, mas igualmente à preservação da credibilidade das instituições públicas e da imagem de seus administradores perante a população.

Em um contexto de crescente fiscalização, ampla exposição pública e permanente controle social, a confiança do cidadão também passa pela capacidade do Poder Público de enfrentar crises com serenidade, equilíbrio, responsabilidade institucional e absoluto respeito às garantias fundamentais, à legalidade e aos princípios da boa governança pública.

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# O VOTO FEMININO DECIDE ELEIÇÕES

DANI BARCELLOS



**ANDRÉIA FIORAVANTE**
*Advogada, Palestrante, Mentora de Mulheres*
*Criadora do Movimento Despertando Mulheres*



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Nunca se falou tanto em voto consciente. Mas ainda se fala pouco sobre quem está por trás dessa decisão: a mulher.

As mulheres são maioria do eleitorado no Brasil e no Rio Grande do Sul. Elas não apenas votam, elas também influenciam. Decidem dentro de casa, orientam filhos, impactam famílias e, silenciosamente, ajudam a definir o rumo de uma sociedade.

Mas existe uma realidade que precisa ser dita: a mulher não vota só com a razão. Ela vota com a percepção, com a identificação e com aquilo que toca sua realidade.

E é exatamente por isso que, quando uma mulher olha para outra mulher candidata, ela não está apenas avaliando propostas. Ela está buscando algo mais profundo, ela quer ver verdade e congruência, alguém que compreenda, de fato, as dores que ela vive.

Porque a mulher eleitora não quer apenas mais uma representante ocupando um espaço. Ela quer uma mulher que fale sobre o que, por muito tempo, foi silenciado: a sobrecarga emocional, a dupla jornada, a dificuldade de conciliar vida profissional e familiar, a responsabilidade invisível de sustentar emocionalmente e financeiramente, uma casa, haja vista que mais da metade das famílias brasileiras têm a mulher como a responsável. Em mais de 30% desses lares é a mulher a principal provedora, sem falar nos mais de 11 milhões de lares monoparentais femininos. Temos uma realidade onde 52% dos lares brasileiros são liderados por mulheres.

E aqui está o ponto que precisa ser confrontado com consciência, clareza e coragem: muitas mulheres chegam à política, mas passam a reproduzir discursos que não representam a realidade feminina na qual vivemos.

Entram em pautas genéricas, distantes, muitas vezes construídas a partir de uma lógica que nunca considerou, de fato, o universo da mulher. E isso gera desconexão, porque a mulher que vota percebe, ela sente quando não há verdade e identifica quando não há representatividade real.

Dados e pesquisas sobre comportamento do eleitorado feminino mostram que mulheres valorizam mais candidatos que demonstram empatia, escuta ativa e compromisso com questões sociais concretas, especialmente aquelas que impactam diretamente suas vidas e suas famílias, demonstrando que não é apenas sobre política, mas sobre identificação.

Mas existe um outro ponto, ainda mais profundo: que é a forma como a mulher decide, que está diretamente ligada ao seu nível de consciência emocional. Uma mulher que não se conhece, que não tem clareza de si, que vive no automático, tende a decidir por influência, por pressão ou por identificação superficial. Enquanto uma mulher consciente observa, analisa, sente e decide com intenção.

O voto feminino tem poder, somos mais de 50%, podemos decidir uma eleição, contudo, a mulher ainda não despertou para essa sua força e realidade.

Mas esse poder só se transforma em impacto quando vem acompanhado de consciência. Porque não basta escolher. É preciso entender por que se escolhe e unir forças.

É urgente ampliar o debate sobre o voto consciente, para que a política se concentre, de fato, em representar os eleitores e atender às suas necessidades reais e não apenas em ideologias ou interesses pessoais.

Candidatos, especialmente as candidatas, precisam assumir seus cargos com responsabilidade, entendendo a política como missão e propósito, e não apenas como uma função remunerada.

E o eleitor, em especial a mulher eleitora, também precisa fazer sua parte: votar com consciência e cobrar de quem escolheu representar.

Porque não basta escolher, é preciso sustentar a responsabilidade dessa escolha.

**Especialista em transformação de vidas**
@andreia.fioravante



CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# VENÂNCIO AIRES ESTÁ ENTRE AS FINALISTAS DO PRÊMIO NACIONAL SEBRAE PREFEITURA EMPREENDEDORA




*Daiana Nervo*
*Foto: Secom Venâncio Aires*

O Sebrae premiou, na noite do dia 18 de maio, as melhores práticas de empreendedorismo municipal desenvolvidas pelas prefeituras brasileiras. Finalistas em nove categorias de todo o Brasil se encontraram na cerimônia nacional durante a programação da Marcha Municipalista, em Brasília.

Entre mais de 2.800 projetos inscritos de todo o país, Venâncio Aires disputava a final nacional, representando o Rio Grande do Sul, contra projetos de outros 25 estados brasileiros na categoria Sala do Empreendedor. O top 3 da premiação foi para os estados de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O projeto Sala do Empreendedor 360º — da desburocratização à inovação, apresentou a transformação dos atendimentos da Sala do Empreendedor da Capital do Chimarrão, com a implantação de um modelo de balcão único, modernização de processos e ampliação dos serviços digitais. A iniciativa incluiu a aplicação da Lei da Liberdade Econômica, redução de prazos para abertura de empresas e integração com órgãos como a Receita Federal.

Com mais de 12 mil atendimentos anuais, além da realização de ações como a Semana do MEI e do Empreendedor, o espaço consolidou-se como referência estadual, acumulando três Selos Sebrae Diamante. “É um trabalho contínuo, mas com resultados práticos comprovados. Por isso, essa premiação gaúcha e a distinção nacional nos deixam extremamente felizes por saber que Venâncio está no caminho certo e é um ambiente favorável para quem quer investir e crescer”, ressaltou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Marcos Hüttmann.

O prefeito Jarbas da Rosa também ressaltou a grandiosidade do evento nacional, que apresentou as melhores práticas brasileiras de apoio ao empreendedorismo e serve de grande estímulo


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



**REFERÊNCIA**
Com mais de 12 mil atendimentos anuais, além da realização de ações como a Semana do MEI e do Empreendedor, o espaço consolidou-se como referência estadual, acumulando três Selos Sebrae Diamante. "É um trabalho contínuo, mas com resultados práticos comprovados. Por isso, essa premiação gaúcha e a distinção nacional nos deixam extremamente felizes por saber que Venâncio está no caminho certo e é um ambiente favorável para quem quer investir e crescer", ressaltou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Marcos Hüttmann

e aprendizado aos gestores públicos.

O prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora completa 25 anos e chega à 13ª edição reconhecendo as melhores práticas municipalistas do Brasil. Participaram da certificação nacional, além do prefeito e secretário da pasta, o assessor Darlan Rieger e a coordenadora da Sala do Empreendedor, Liliane Wagner; o secretário de Governança e Gestão, Tiago Quintana, e de Saúde, Alan Flores da Rosa.

Le Berg
CDP Consultoria em Direito Público
MASPER TV Infinitas Possibilidades
Kaysermaq Distribuidora Ltda.

# TURISMO VENÂNCIO É DESTAQUE EM INOVAÇÃO PÚBLICA

**Aplicativo é finalista do Prêmio GovTech Summit 2026**

*Evelin Prereira*
*Foto: Secom Venâncio Aires*

Criado para divulgar as potencialidades de Venâncio Aires de forma moderna e acessível, o aplicativo "Turismo Venâncio" colocou o município entre os finalistas do Prêmio GovTech Summit 2026, um dos maiores eventos de inovação pública do Brasil. A Prefeitura concorre na categoria Iniciativa Pública com a plataforma que utiliza inteligência artificial para aproximar moradores e visitantes dos atrativos da Capital Nacional do Chimarrão. A premiação ocorre nos dias 2 e 3 de junho, no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Marcos Hüttmann, apenas Venâncio Aires e Porto Alegre representam o Rio Grande do Sul entre os finalistas da categoria. "Estar entre os finalistas de uma premiação nacional como o GovTech Summit mostra que Venâncio Aires está investindo em tecnologia e criando ferramentas que valorizam nossa cidade, nossos empreendimentos e nossas experiências locais", destacou.

O aplicativo reúne informações sobre atrativos turísticos, hospedagens, gastronomia, eventos, comércio e serviços em uma única plataforma, oferecendo ao usuário uma experiência mais prática e interativa. Com a integração da inteligência artificial, o sistema permite que moradores e turistas façam perguntas diretamente ao aplicativo e recebam sugestões personalizadas de roteiros e experiências conforme seus interesses.




O aplicativo reúne informações sobre atrativos turísticos, hospedagens, gastronomia, eventos, comércio e serviços em uma única plataforma, oferecendo ao usuário uma experiência mais prática e interativa. Com a integração da inteligência artificial, o sistema permite que moradores e turistas façam perguntas diretamente ao aplicativo e recebam sugestões personalizadas de roteiros e experiências conforme seus interesses

A primeira versão do aplicativo foi lançada em 2024, reunindo informações sobre a Rota do Chimarrão, empreendimentos turísticos, comércio, serviços e infraestrutura do município. A nova versão da ferramenta foi lançada em julho do ano passado e apresentada pela Administração Municipal como o primeiro aplicativo de turismo com inteligência artificial do Brasil. Desde então, o sistema vem recebendo atualizações e ampliando funcionalidades voltadas à divulgação das potencialidades locais. ■


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

# **COMPROMISSO** COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E INSTITUCIONAL NO **RIO GRANDE DO SUL**.

## GRUPO MASPER

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade

MASPER ASSESSORIA

MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

Promove a transformação social através de parcerias com o setor público. O instituto se dedica a projetos de educação e gestão, conectando profissionais qualificados a oportunidades que fortalecem as comunidades.

Descomplica o universo tributário para aprimorar a gestão municipal. Oferece conhecimento especializado e direcionamentos precisos em impostos, garantindo segurança e eficiência para que as cidades possam progredir cada vez mais.

A janela do Rio Grande do Sul para o Brasil. Traz o melhor do estado em notícias, esportes e cultura, com uma programação que valoriza sua gente e inspira infinitas possibilidades.




# EXPANDIR A NOSSA SEDE É AMPLIAR A NOSSA HISTÓRIA

**FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA E CONTRIBUA COM A NOSSA CAUSA!**

ABRA O APP DO SEU BANCO, ESCOLHA A FUNÇÃO **LER QRCODE** E ESCANEIE O CÓDIGO AO LADO.

A SEDE DO **INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL** ESTÁ EM OBRAS.
COM A AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO E DO LABORATÓRIO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, ENTREGAREMOS MAIS CONFORTO PARA **CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO**, ALÉM DO ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS.
SEGUIMOS TRABALHANDO PARA EXPANDIR A NOSSA HISTÓRIA E CONTINUAR BUSCANDO AUMENTAR OS ÍNDICES DE CURA DO CÂNCER INFANTOJUVENIL.

Instituto do Câncer Infantil

Melhores ONGS 2024 Melhor ONG do RS

DOAR

TRANSPARÊNCIA

(51) 3331-8704
INSTITUTODOCANCERINFANTIL




ESPECIAL

# COMISSÕES PERMANENTES
## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL


98 **Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo**
***Presidente:*** *deputado Zé Nunes*

110 **Comissão de Cidadania e Direitos Humanos**
***Presidente:*** *deputado Adão Pretto Filho*

116 **Comissão de Constituição e Justiça**
***Presidente:*** *deputado Guilherme Pasin*

122 **Comissão de Economia, Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Turismo**
***Presidente:*** *deputado Gustavo Victorino*

128 **Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia**
***Presidente:*** *deputada Patrícia Alba*

134 **Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle**
***Presidente:*** *deputado Edivilson Brum*

140 **Comissão de Saúde e Meio Ambiente**
***Presidente:*** *deputado Neri, o Carteiro*

146 **Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado**
***Presidente:*** *deputado Leonel Radde*

152 **Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor, do Contribuinte e Participação Legislativa Popular**
***Presidente:*** *deputado Dr. Thiago Duarte*

158 **Comissão de Relações Internacionais e Mercosul**
***Presidente:*** *deputada Adriana Lara*


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

# "Segurança pública e educação no campo precisam ser tratadas como políticas estruturantes. Infraestrutura não é apoio, mas condição básica para produzir"

# ZÉ NUNES

**Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Vanessa Vargas e Claudio Fachel*

***Como está a situação do agronegócio no RS?***

O agronegócio no Rio Grande do Sul é altamente desenvolvido do ponto de vista tecnológico, com forte inserção no mercado internacional e papel decisivo na economia do Estado, especialmente na produção de commodities como a soja, o milho e as proteínas animais.

No entanto, nós vivemos um momento de grande instabilidade. A recorrência de estiagens severas nos últimos anos, somada a eventos extremos como a enchente de 2024, tem provocado perdas expressivas e comprometido a previsibilidade da atividade agropecuária.

Esse cenário evidencia uma mudança estrutural no ambiente produtivo. O risco climático passou a ser um dos principais fatores de pressão, exigindo adaptação permanente, maior capacidade de planejamento e políticas públicas mais robustas.

Hoje, produzir no campo exige não apenas tecnologia, mas gestão de risco e resiliência, pois o modelo atual apresenta forte dependência de insumos, fertilizantes, tecnologias e máquinas. Há uma concentração significativa de mercado, com poucas empresas controlando cadeias estratégicas, o que amplia a vulnerabilidade dos produtores.

Na prática, isso se reflete em custos elevados no plantio e maior dificuldade de captura de renda na comercialização. Programas e incentivos muitas vezes acabam sendo absorvidos ao longo da cadeia, reduzindo seu impacto direto sobre quem produz.

***Quais os impactos das mudanças climáticas no campo?***

Os impactos são sistêmicos e atingem toda a cadeia produtiva. A irregularidade das chuvas, os períodos prolongados de seca e a ocorrência de eventos extremos têm afetado diretamente a produtividade, a qualidade das safras e a renda no campo.

Isso gera um efeito em cascata: redução da produção, queda de renda, aumento do endividamento, restrição de crédito e dificuldades para cooperativas, agroindústrias e fornecedores. Em muitos casos, há comprometimento da capacidade de investimento e até da permanência na atividade. Além disso, os reflexos chegam aos municípios, com redução da arrecadação e pressão sobre os serviços públicos.

Diante desse cenário, nós temos defendido uma agenda estruturante de adaptação, que inclui ampliação da reservação de água, manejo conservacionista do solo, diversificação produ-

> No entanto, nós vivemos um momento de grande instabilidade. A recorrência de estiagens severas nos últimos anos, somada a eventos extremos como a enchente de 2024, tem provocado perdas expressivas e comprometido a previsibilidade da atividade agropecuária.




INSCREVA-SE @revistaemevidencia


COMISSÃO D
AGRICULTURA, PECUÁRI
PE OPERATIVISM
Assembl
Legislati
PACTO
RS25
DELL

CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



> Hoje, produzir no campo exige não apenas tecnologia, mas gestão de risco e resiliência, pois o modelo atual apresenta forte dependência de insumos, fertilizantes, tecnologias e máquinas. Há uma concentração significativa de mercado, com poucas empresas controlando cadeias estratégicas, o que amplia a vulnerabilidade dos produtores

tiva, uso de cultivares mais resilientes e investimentos em infraestrutura hídrica e logística.

A crise climática já não é mais um evento pontual: ela redefine o modelo de produção.

***Como apoiar pequenos produtores?***

O apoio aos pequenos produtores exige uma abordagem integrada. A ampliação da assistência técnica e da extensão rural é fundamental para qualificar a produção e reduzir riscos. Também é estratégico fortalecer o associativismo e o cooperativismo, permitindo ganho de escala, acesso a mercados e redução de custos.

Defendemos ainda a promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis, com menor dependência de insumos externos e maior autonomia das propriedades.

Na comercialização, é essencial ampliar canais como feiras, mercados locais e compras institucionais, garan-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




tindo renda e estabilidade.

Além disso, o crédito precisa estar adequado à realidade da agricultura familiar, articulado a projetos produtivos consistentes e políticas de proteção, como seguro e garantia de renda.

Fortalecer o pequeno produtor é garantir equilíbrio social, produção de alimentos e desenvolvimento regional.

***Em sua opinião, existe crédito suficiente para o setor?***

O Brasil dispõe de um volume significativo de crédito rural, com instrumentos importantes dentro dos Planos Safra. No entanto, há uma diferença clara entre disponibilidade e acesso efetivo. As perdas acumuladas por eventos climáticos recentes têm comprometido a capacidade de pagamento de muitos produtores, gerando inadimplência e dificultando o acesso a novas operações. Isso tem levado parte dos agricultores a buscar financiamento fora do sistema oficial, junto a empresas privadas, com custos mais elevados e maior risco financeiro.

Portanto, o desafio atual é estrutural: é preciso reequilibrar o sistema, criar mecanismos de renegociação, ampliar instrumentos de proteção como o seguro rural e ajustar políticas como o Proagro.

Sem crédito acessível e sustentável, não há continuidade da atividade.

***O senhor acredita que a agricultura familiar está sendo devidamente valorizada?***

A agricultura familiar voltou a ocupar um espaço importante na agenda nacional. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o fortalecimento dos programas voltados ao segmento são sinais positivos.

Os Planos Safra têm ampliado recursos e instrumentos específicos, contemplando tanto produtores quanto suas organizações coletivas. No entanto, nós entendemos que ainda há desafios na execução dessas políticas, especialmente no acesso e na capilaridade.

Valorizar a agricultura familiar é reconhecer seu papel estratégico na produção de alimentos, na geração de renda e na manutenção da vida no campo.

Nesse sentido, investir na produção de alimentos, na industrialização e no consumo local, dentro de cadeias mais sustentáveis e com menor dependência externa, é um caminho estratégico para fortalecer esse modelo.

***Qual o papel da Comissão nesse cenário?***

A Comissão de Agricultura exerce um papel estratégico de articulação institucional e política. Nós atuamos como espaço de diálogo entre produtores, cooperativas, entidades representativas, governo e demais atores da cadeia produtiva, buscando construir convergência em um ambiente marcado pela diversidade de interesses.

Além do debate público, a Comissão acompanha políticas, propõe iniciativas legislativas e atua na mediação de conflitos e no encaminhamento de soluções.

Também estamos avançando na estruturação de instrumentos permanentes, como o Observatório da Agropecuária Gaúcha, que permitirá qualificar a análise de dados, monitorar indicadores e acompanhar com mais precisão as dinâmicas do campo.

Nosso papel é transformar escuta em ação e diagnóstico em política pública.

> “A Comissão de Agricultura exerce um papel estratégico de articulação institucional e política. Nós atuamos como espaço de diálogo entre produtores, cooperativas, entidades representativas, governo e demais atores da cadeia produtiva, buscando construir convergência em um ambiente marcado pela diversidade de interesses”

***Como o senhor acredita que poderíamos melhorar a infraestrutura rural?***

A infraestrutura é um dos principais gargalos do desenvolvimento rural. É necessário ampliar os investimentos em estradas, garantindo condições adequadas para o escoamento da produção.

Na área de energia, é fundamental aumentar a capacidade de carga e expandir as redes, acompanhando as demandas da atividade produtiva.

A conectividade também é central: levar internet de qualidade ao meio rural significa acesso à informação, tecnologia e mercados.

Além disso, segurança pública e educação no campo precisam ser tratadas como políticas estruturantes. Infraestrutura não é apoio, mas condição básica para produzir.

***Neste sentido, existem políticas de incentivo adequadas?***

Existem iniciativas importantes em andamento que precisam ser reconhecidas. No caso da infraestrutura, há programas federais de apoio aos municípios para melhoria das estradas rurais, com repasse de maquinário e linhas de financiamento para aquisição de equipamentos e materiais.

Na área de energia, há ações voltadas à ampliação e qualificação das redes de distribuição, além de incentivos à geração de energia renovável, especialmente a solar, que tem avançado no meio rural.

Na conectividade, investimentos em satélites e parcerias com a iniciativa privada buscam ampliar o acesso à internet de qualidade no campo, o que é fundamental para a modernização da produção e o acesso a mercados.

Também podemos destacar políticas de crédito e apoio produtivo, como os Planos Safra e programas específicos voltados à agricultura familiar, que vêm sendo ampliados nos últimos anos. No entanto, o principal desafio continua sendo a execução e a capacidade de fazer essas políticas chegarem de forma efetiva aos produtores, especialmente aos pequenos.

***O senhor acredita que, de alguma maneira, o cooperativismo tem avançado?***

O cooperativismo é um dos pilares da agropecuária gaúcha.

No entanto, o cenário atual exige modernização da gestão, adaptação às novas dinâmicas de mercado e fortalecimento da governança. Enquanto algumas cooperativas enfrentam dificuldades, o cooperativismo de crédito, por exemplo, tem se expandido, ampliando o acesso a serviços financeiros no meio rural. Ao mesmo tempo, é importante que esse crescimento esteja alinhado aos princípios do cooperativismo, mantendo o compromisso com o desenvolvimento local, a inclusão e o papel social dessas instituições.

O futuro do campo com gente passa, necessariamente, por cooperativas fortes e bem estruturadas.

***Quais projetos estão em discussão atualmente na Comissão?***

A Comissão tem atuado em pautas relevantes, como a regulamentação do uso de herbicidas hormonais, construída a partir de amplo diálogo com os setores envolvidos.

Também participamos ativamente do debate sobre o Proagro, buscando ajustes que garantam maior segurança, especialmente para a agricultura familiar.

Outra iniciativa estratégica foi a criação do Observatório da Agropecuária Gaúcha, que consolida dados, monitora indicadores, antecipa cenários e pode subsidiar decisões com base em evidências. Essa é uma contribuição importante da Comissão para qualificar o debate sobre o setor.

Precisamos qualificar o debate e fortalecer a capacidade de planejamento para agir com mais eficiência.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




***O que o senhor acredita que deva ser prioridade?***

As mudanças climáticas devem ser tratadas como eixo central das políticas públicas.

Também é prioridade fortalecer o acesso ao crédito, ampliar instrumentos de proteção da renda, garantir sustentabilidade das cadeias produtivas e investir em infraestrutura.

Além disso, é estratégico investir na produção de insumos e na industrialização das cadeias agrícolas, reduzindo a dependência externa e aumentando a sustentabilidade econômica.

A prioridade é consolidar um modelo de produção sustentável, resiliente e competitivo.

***Para terminarmos, nos dias de hoje, qual o principal desafio da área?***

O principal desafio é construir convergência em um ambiente marcado por diferentes realidades, interesses e modelos produtivos. É preciso equilibrar desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Isso exige diálogo permanente, capacidade de articulação e compromisso com soluções de longo prazo. Nosso desafio é construir um futuro viável para todos que vivem e produzem no campo, garantindo a sucessão rural e evitando que o interior se transforme em um "deserto verde", sem gente, sem diversidade produtiva e sem vida.

LEBERG
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES






INSCREVA-SE @revistaemevidencia

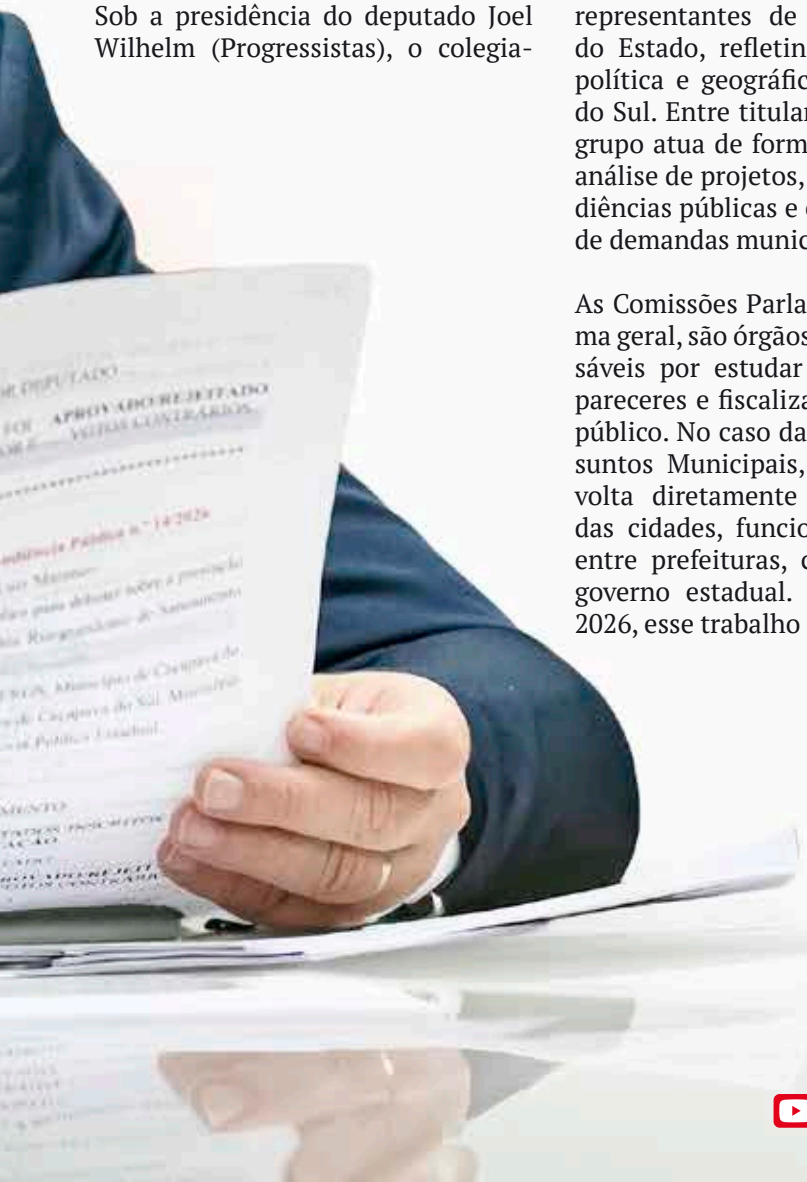
# COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA INTENSIFICA ATUAÇÃO E AMPLIA PROTAGONISMO

## JOEL WILHELM

**Presidente da Comissão de Assuntos Municipais**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Vanessa Vargas e Claudio Fachel*

A atuação da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul tem ampliado seu protagonismo nesta Legislatura, ao se consolidar como um dos principais canais de articulação entre o Parlamento e os municípios. Sob a presidência do deputado Joel Wilhelm (Progressistas), o colegiado vem ampliando sua presença em debates estratégicos, especialmente nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento regional e organização territorial.



Formada por parlamentares de diferentes partidos, a Comissão reúne representantes de diversas regiões do Estado, refletindo a pluralidade política e geográfica do Rio Grande do Sul. Entre titulares e suplentes, o grupo atua de forma permanente na análise de projetos, realização de audiências públicas e encaminhamento de demandas municipais.

As Comissões Parlamentares, de forma geral, são órgãos técnicos responsáveis por estudar matérias, emitir pareceres e fiscalizar ações do poder público. No caso da Comissão de Assuntos Municipais, essa atuação se volta diretamente às necessidades das cidades, funcionando como elo entre prefeituras, comunidades e o governo estadual. E, neste ano de 2026, esse trabalho ganha ainda mais importância, diante do tema definido como prioridade pelo atual presidente da Assembleia Legislativa do RS, Sérgio Peres, cujo foco é o municipalismo.

### INFRAESTRUTURA DOMINA A PAUTA DE DEBATES

Um dos principais focos da Comissão, no último ano, tem sido a situação da infraestrutura rodoviária, mas sem deixar de lado e priorizando, também, o trabalho na busca de recursos junto ao governo federal para recuperação dos municípios atingidos pelas enchentes. Das últimas audiências públicas realizadas até abril, a maioria tratou de problemas em rodovias estaduais e federais, evidenciando a centralidade do tema para o desenvolvimento regional.

Entre os últimos encontros promovidos, destacam-se os debates sobre a ERS-030, com foco em manutenção, limpeza e sinalização; construção de nova ponte sobre o Rio Taquari, no Vale do Taquari; melhorias na RS-020, no trecho entre Gravataí e Taquara; a RS-239, nos vales do Sinos e Paranhana; a continuidade da duplicação da BR-116; a recuperação e melhorias na Estrada do Mar; melhorias na RS-020, dentre outras.

As discussões reuniram autoridades estaduais, lideranças locais e representantes da sociedade civil, em um esforço conjunto para buscar soluções práticas. Esse tipo de iniciativa

reforça o papel da Comissão como espaço de mediação entre demandas locais e políticas públicas. Além disso, requerimentos aprovados pelo colegiado ampliam o alcance dos debates, incluindo temas como concessões rodoviárias, obras paralisadas, mobilidade regional e até projetos estruturantes, como o trem ligando Porto Alegre à Serra Gaúcha.

## PRODUÇÃO LEGISLATIVA E IMPACTO DIRETO NOS MUNICÍPIOS

Outro eixo importante da atuação da Comissão é a análise e aprovação de projetos de lei com impacto direto nos municípios. Apenas no período recente, foram aprovados pareceres favoráveis a diversas propostas, muitas delas com tramitação conclusiva — ou seja, finalizadas no próprio colegiado.

Entre os projetos aprovados, destacam-se iniciativas que reconhecem características econômicas ou culturais de municípios; denominam obras de infraestrutura; criam mecanismos de cooperação entre cidades, especialmente em situações de emergência. Esse tipo de legislação, embora muitas vezes simbólica, contribui para fortalecer identidades locais e fomentar atividades econômicas específicas, como turismo e produção agrícola.

Além disso, a Comissão também atua como autora de projetos de lei, especialmente em temas sensíveis como a correção de limites territoriais entre municípios — uma questão recorrente no Estado.

## MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A correção de limites municipais é uma das atribuições mais relevantes da Comissão. Projetos em tramitação tratam de ajustes territoriais entre cidades como Caxias do Sul e Farroupilha, Gramado e Canela, Igrejinha e Parobé, Triunfo e Montenegro, Gravataí e Taquara, Cotiporã e Fagundes Varela, Igrejinha e Taquara, Porto Alegre e Viamão, além de outros municípios.

Essas iniciativas buscam resolver disputas históricas que impactam diretamente a arrecadação, a prestação de serviços e a organização administrativa das cidades. Ao atuar nesses casos, a Comissão desempenha um papel técnico e político, promovendo o diálogo entre as partes envolvidas e evitando conflitos judiciais prolongados.

## ATUAÇÃO ALÉM DO PLENÁRIO

A Comissão de Assuntos Municipais também tem ampliado sua atuação para além das reuniões formais. Um exemplo foi a realização de reunião externa na Universidade de Caxias do Sul, em parceria com a Associação de Municípios da Região do Vale do Caí (Amvarc).

O encontro teve como foco a atualização de estudos sobre sistemas de proteção contra enchentes, tema que ganhou ainda mais relevância após eventos climáticos recentes no Estado. A Comissão promove debates com especialistas e representantes de entidades públicas e privadas. Entre os convidados recentes estiveram técnicos da área de mobilidade urbana, representantes do setor de energia e especialistas em reconstrução de cidades.

Sob a liderança do presidente da Comissão, deputado Joel Wilhelm, foram realizadas uma série de reuniões junto ao governo do Estado e em Brasília, junto à Defesa Civil do governo federal, cujo trabalho resultou na liberação de recursos na ordem de milhões de reais, em socorro aos municípios atingidos.

## FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS

A criação da Comissão Permanente de Acompanhamento das Obras da ERS-287, a partir da Comissão de Assuntos Municipais, reforça o papel fiscalizador do colegiado. O grupo acompanha de perto intervenções em uma das principais rodovias do Estado, reunindo deputados, secretários





INSCREVA-SE @revistaemevidencia



**PROTAGONISMO AMPLIADO**
A atuação da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul tem ampliado seu protagonismo nesta Legislatura, ao se consolidar como um dos principais canais de articulação entre o Parlamento e os municípios. Sob a presidência do deputado Joel Wilhelm (Progressistas), o colegiado vem ampliando sua presença em debates estratégicos, especialmente nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento regional e organização territorial

CE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



**IMPACTO DIRETO NOS MUNICÍPIOS**

Outro eixo importante da atuação da Comissão é a análise e aprovação de projetos de lei com impacto direto nos municípios. Apenas no período recente, foram aprovados pareceres favoráveis a diversas propostas, muitas delas com tramitação conclusiva — ou seja, finalizadas no próprio colegiado



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

de Estado, representantes de agências reguladoras, concessionárias e gestores municipais.

As reuniões também têm sido utilizadas como instrumento de fiscalização, com a cobrança de agilidade para execução de obras e serviços, a redefinição de prioridades, além da discussão de temas como impactos das obras de duplicação da rodovia e as demandas da população afetada.

Esse tipo de atuação evidencia a importância da atuação das Comissões Parlamentares no monitoramento das políticas públicas e na cobrança de resultados do Executivo.

## PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO

Além da atividade legislativa e fiscalizatória, a Comissão também investe na produção de conhecimento. A publicação anual "Grandes Temas do Municipalismo", desenvolvida em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), reúne estudos acadêmicos e análises sobre gestão pública local.

A iniciativa busca aproximar o meio acadêmico da prática administrativa, contribuindo para a qualificação das políticas públicas municipais.

Os temas abordados incluem transparência, sustentabilidade, licitações e governança, refletindo os desafios contemporâneos enfrentados pelas administrações locais.

Apagões no Litoral: série de audiências públicas mobilizam população e cobram soluções para crise no fornecimento de energia elétrica

A falta de energia elétrica deixou de ser um problema pontual para se tornar uma crise recorrente para os municípios do Litoral Norte gaúcho. Em resposta às constantes interrupções e oscilações no serviço, a Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul iniciou uma série de audiências públicas na região, levando o debate diretamente às comunidades afetadas.

Foram realizadas audiências em municípios como Santo Antônio da Patrulha, Mampituba, Itati, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Torres, Arroio do Sal, além de Santa Maria, no Coração do Rio Grande.

A iniciativa, liderada pelo deputado Joel Wilhelm, de ouvir a população, pressionar concessionárias e construir encaminhamentos concretos para um problema que impacta desde a vida cotidiana até a economia local, trouxe resultados significativos, com anúncio de uma série de investimentos por parte da concessionária de energia elétrica.

Durante as audiências, moradores relataram quedas constantes de energia, equipamentos danificados e prejuízos financeiros. O presidente da Comissão lembra que as falhas no fornecimento não são recentes, mas se intensificam em momentos de alta demanda. A sobrecarga da rede, combinada à necessidade de modernização da infraestrutura, colocou os municípios em situação de vulnerabilidade.

A gravidade do problema levou à articulação institucional. Em 2026, inclusive, um acordo mediado pelo Ministério Público buscou melhorias no serviço em cidades como Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, evidenciando a dimensão regional da crise.

Empreendimentos dependentes de refrigeração, sistemas digitais e atendimento contínuo estão entre os mais afetados. Em períodos de alta temporada, quando a demanda cresce significativamente, os prejuízos se multiplicam. A situação evidencia um desafio estrutural: garantir que a infraestrutura acompanhe o crescimento populacional e econômico da região.

Ao assumir protagonismo nesse debate, a Comissão de Assuntos Municipais reforça sua função de dar visibilidade às demandas regionais e transformar reivindicações em ação política. No Litoral Norte, onde a luz que falta compromete muito mais do que o conforto, o desafio agora é garantir que as vozes ouvidas nas audiências se traduzam em resultados concretos.

Segundo Joel Wilhelm, "ao levar as discussões para dentro dos municípios, a Comissão amplia o alcance do debate e fortalece seu papel como mediadora entre sociedade, concessionárias e órgãos públicos". O parlamentar destaca: "A sobrecarga da rede, aliada à falta de investimentos históricos, colocou diversos municípios em situação de vulnerabilidade, tornando o problema recorrente".

> Formada por parlamentares de diferentes partidos, a Comissão reúne representantes de diversas regiões do Estado, refletindo a pluralidade política e geográfica do Rio Grande do Sul. Entre titulares e suplentes, o grupo atua de forma permanente na análise de projetos, realização de audiências públicas e encaminhamento de demandas municipais

## ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS

A gravidade do problema levou à atuação de diferentes órgãos. Ao assumir protagonismo nesse debate, a Comissão de Assuntos Municipais reforça sua função de dar visibilidade às demandas regionais e transformá-las em ação política.

Conforme o presidente da Comissão, a pressão institucional contribuiu para o anúncio de investimentos por parte da concessionária responsável pelo serviço, indicando avanços na busca por soluções.

# "Não basta garantir o acesso formal aos direitos; é preciso criar condições concretas para que todos e todas possam exercê-los plenamente"

# ADÃO PRETTO FILHO

**Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Lucas Kloss e Claudio Fachel*



> A retomada de investimentos sociais a partir da volta do governo do presidente Lula representa um passo importante na reconstrução dessas políticas, com iniciativas voltadas à segurança alimentar, geração de renda e inclusão social. Em 2025, saímos novamente do Mapa da Fome, da ONU, o que é um grande feito

***Quais são os principais desafios em direitos humanos hoje?***

Os principais desafios em direitos humanos no Brasil passam, antes de tudo, pelo enfrentamento das desigualdades estruturais que historicamente estão enraizadas na nossa sociedade. Falamos de um país profundamente marcado por diferenças de renda, acesso a direitos e oportunidades, onde fatores como raça, gênero e território ainda determinam quem vive com mais dignidade e quem está mais exposto à violação de direitos. A violência segue sendo um elemento central, atingindo de forma mais dura as mulheres — especialmente no contexto do feminicídio —, a juventude negra, as populações periféricas e os povos tradicionais.

Além disso, o racismo estrutural e a violência institucional e policial permanecem como problemas graves, exigindo políticas públicas consistentes e controle social efetivo. A crise habitacional, com o aumento do déficit de moradia digna, e a insegurança alimentar, que voltou a atingir milhões de brasileiros nos últimos anos, também revelam o quanto direitos básicos ainda não são plenamente garantidos. Soma-se a isso o impacto das mudanças climáticas, que atingem de forma desproporcional os mais pobres, como vimos recentemente no Rio Grande do Sul com eventos extremos, com as enchentes. Por fim, há o desafio de consolidar a democracia, especialmente após tentativas recentes de ruptura institucional e os retrocessos sociais acumulados desde 2016.

***De que forma poderíamos combater as desigualdades sociais?***

O combate às desigualdades sociais exige uma ação articulada e permanente do Estado, baseada na combinação de políticas públicas universais com ações afirmativas. Não basta garantir o acesso formal aos direitos; é preciso criar condições concretas para que todos e todas possam exercê-los plenamente. Isso passa pela geração de emprego e renda, valorização do salário mínimo, fortalecimento da educação pública, ampliação do acesso à saúde, à terra e políticas de moradia digna.

Nesse contexto, a agricultura familiar e a pequena produção rural têm papel estratégico. São responsáveis por grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e, ao mesmo tempo, representam uma alternativa de desenvolvimento sustentável, com geração de renda no interior e redução das desigualdades regionais. O apoio ao campo, à reforma agrária e o incentivo à produção limpa também são instrumentos fundamentais para enfrentar a fome e promover justiça social. Combater desigualda-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

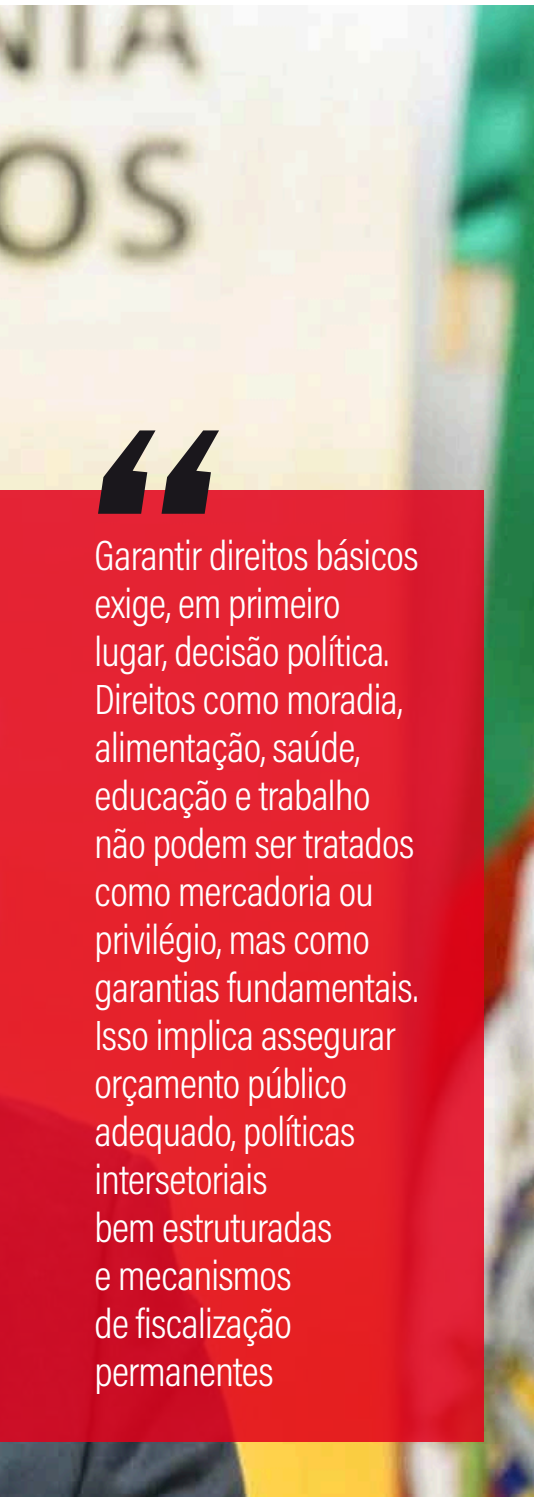



des é, portanto, enfrentar privilégios históricos e reorganizar as prioridades do Estado em favor da maioria da população.

***Neste sentido, o senhor acredita que existem políticas públicas suficientes?***

O Brasil possui um conjunto importante de marcos legais e políticas públicas voltadas à garantia de direitos, construídas ao longo de décadas de luta social. No entanto, o grande problema sempre foi — e ainda é — a implementação efetiva dessas políticas. Falta financiamento adequado, continuidade administrativa e, muitas vezes, prioridade política. Nos últimos anos, especialmente no período pós-2016, houve um enfraquecimento significativo de políticas sociais, com cortes orçamentários e desestruturação de programas fundamentais.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Garantir direitos básicos exige, em primeiro lugar, decisão política. Direitos como moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho não podem ser tratados como mercadoria ou privilégio, mas como garantias fundamentais. Isso implica assegurar orçamento público adequado, políticas intersetoriais bem estruturadas e mecanismos de fiscalização permanentes

A retomada de investimentos sociais a partir da volta do governo do presidente Lula representa um passo importante na reconstrução dessas políticas, com iniciativas voltadas à segurança alimentar, geração de renda e inclusão social. Em 2025, saímos novamente do Mapa da Fome, da ONU, o que é um grande feito. Não podemos esquecer que, durante o governo Bolsonaro, jornais estampavam as pessoas buscando comida na fila do osso. Nesse sentido, diminuímos drasticamente a desigualdade.

Ainda assim, há um caminho longo a percorrer, especialmente nas áreas de habitação, proteção social, políticas para as mulheres e enfrentamento das desigualdades regionais. Não basta reconstruir: é preciso avançar e ampliar.

***De que forma o poder público poderia ser mais eficiente na proteção às populações vulneráveis?***

A proteção das populações vulnerabilizadas passa pela construção de redes de proteção intersetoriais, que articulem diferentes áreas do poder público — assistência social, saúde, educação, segurança e justiça. É fundamental garantir acesso facilitado aos serviços, escuta qualificada e atendimento humanizado. A presença do Estado nos territórios é decisiva para prevenir e enfrentar violações.

Nesse sentido, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos atua como uma porta aberta para denúncias, acolhendo demandas da população, encaminhando aos órgãos competentes e cobrando providências do Executivo. Além disso, a Comissão fortalece o protagonismo das próprias populações vulneráveis, reconhecendo que a participação social é elemento central na construção de políticas mais justas e eficazes.

***O senhor acredita que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) dialoga efetivamente com os movimentos sociais?***

Sim. O diálogo com os movimentos sociais é um princípio histórico da Comissão. Desde sua criação, em 1980, no contexto da luta pela redemocratização, a CCDH se constituiu como um espaço de escuta e articulação com a sociedade civil organizada. Esse vínculo é essencial para garantir que as políticas públicas dialoguem com a realidade concreta das pessoas.

Em 2025, a Comissão manteve uma atuação próxima e permanente com movimentos de mulheres, da pequena agricultura, do campo, povos indígenas, população negra, comunidade LGBTQIA+, migrantes e diversas organizações urbanas e rurais. Esse diálogo não é apenas consultivo, mas estruturante, pois são esses movimentos que historicamente impulsionam conquistas em direitos humanos no Brasil.

***A Comissão atua de forma preventiva?***

Sim. A atuação da CCDH não se limita à resposta a denúncias. Há um esforço permanente de atuação preventiva, buscando identificar situações de risco antes que se transformem em violações mais graves. Isso ocorre por meio de audiências públicas, escutas territoriais, visitas técnicas, reuniões com órgãos públicos e produção de materiais informativos.

A prevenção também passa pela incidência política sobre políticas públicas, propondo melhorias, acompanhando sua execução e denunciando falhas. É uma atuação que combina fiscalização, proposição e diálogo com a sociedade, buscando construir soluções antes que os problemas se agravem.

***Quais são, atualmente, as pautas prioritárias?***

Entre as pautas prioritárias estão o enfrentamento ao feminicídio e à violência doméstica, que seguem como uma das principais violações de direitos no país; a luta pela moradia digna e pelo direito à cidade; o acesso à terra e o fortalecimento da reforma agrária; o combate à fome e à insegurança alimentar; e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Também são centrais o enfrentamento ao racismo estrutural, à intolerância religiosa e à violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais. A valorização do trabalho, com garantia de

LEBERG
CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



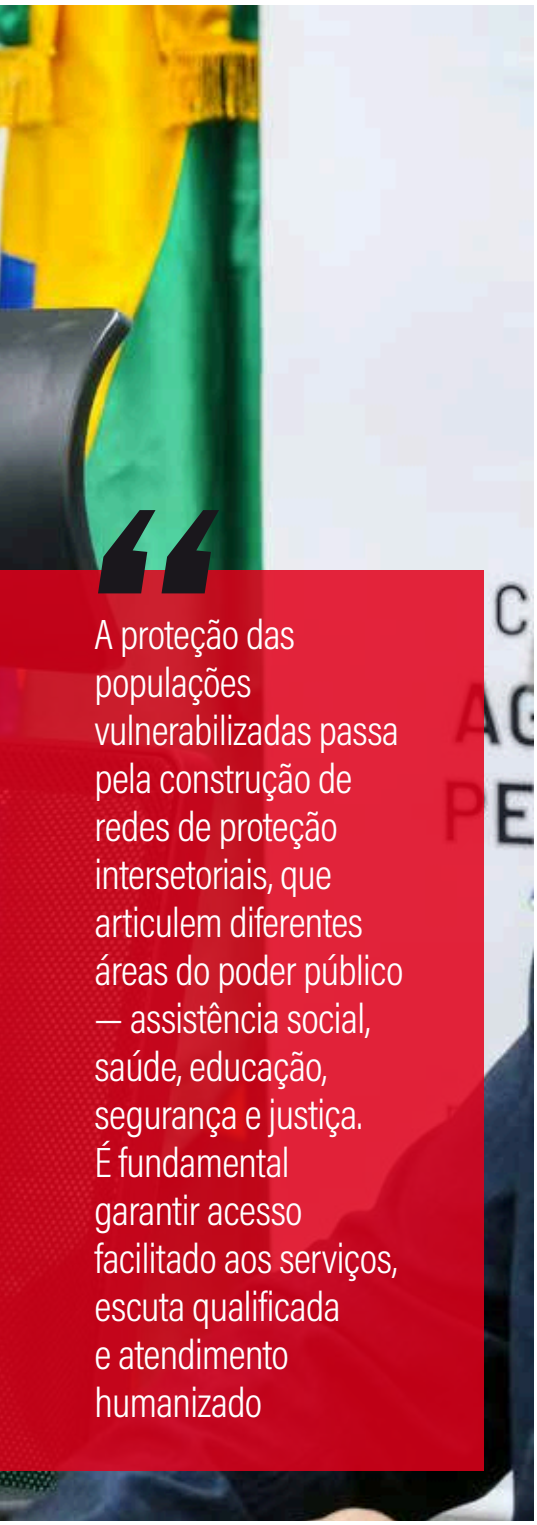
direitos e condições dignas, e a defesa da democracia como condição fundamental para a efetivação dos direitos humanos completam esse conjunto de prioridades.

***Como podemos garantir direitos básicos?***

Garantir direitos básicos exige, em primeiro lugar, decisão política. Direitos como moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho não podem ser tratados como mercadoria ou privilégio, mas como garantias fundamentais. Isso implica assegurar orçamento público adequado, políticas intersetoriais bem estruturadas e mecanismos de fiscalização permanentes.

Além disso, a participação social é essencial para garantir que esses direi-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> A proteção das populações vulnerabilizadas passa pela construção de redes de proteção intersetoriais, que articulem diferentes áreas do poder público — assistência social, saúde, educação, segurança e justiça. É fundamental garantir acesso facilitado aos serviços, escuta qualificada e atendimento humanizado

tos sejam efetivos. Conselhos, conferências e espaços de controle social devem ser fortalecidos. O Estado precisa estar presente, mas também aberto ao diálogo com a sociedade, garantindo transparência e compromisso com a dignidade humana.

***Quais os avanços recentes mais significativos da Comissão?***

Sim, há avanços importantes. A entrada em vigor do ECA Digital representa um passo significativo na proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual, um espaço cada vez mais central na vida contemporânea. A consolidação da Lei Maria da Penha, com aprimoramentos em mecanismos de proteção e prevenção, também é um marco relevante. Aprovamos recentemente a inclusão de conteúdos da Lei Maria da Penha nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul. Acredito muito no papel da educação para transformar a sociedade, especialmente a nova geração.

Sobre os avanços, ainda destaco o fortalecimento das cozinhas solidárias e comunitárias, que tiveram papel fundamental no enfrentamento à fome, especialmente em períodos de crise. A retomada de políticas sociais estruturantes no governo federal tem contribuído para reconstruir redes de proteção desmontadas nos últimos anos. Além disso, ganham força debates como a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, que recolocam a qualidade de vida e o direito ao descanso no centro da agenda.

***O que o senhor acredita que ainda precisa evoluir?***

Ainda há desafios significativos. É necessário avançar na garantia do direito à moradia, enfrentando o déficit habitacional e promovendo uma reforma urbana que priorize o direito à cidade. A democratização do acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar seguem como tarefas centrais.

Também é urgente ampliar políticas de proteção às mulheres, reduzir a letalidade policial e promover uma segurança pública baseada em direitos humanos. No campo do trabalho, é fundamental enfrentar a precarização e garantir condições dignas. Por fim, consolidar a reconstrução democrática é essencial para evitar novos retrocessos e assegurar que os direitos conquistados sejam mantidos e ampliados.

***Como ampliar este debate na sociedade?***

Ampliar o debate em direitos humanos passa pela educação, pela comunicação e pela presença nos territórios. É fundamental investir em educação em direitos humanos desde a base, formando cidadãos conscientes e comprometidos com a justiça social. A comunicação pública também precisa ser acessível, clara e conectada com a realidade das pessoas.

A realização de audiências descentralizadas, escutas territoriais e atividades em diferentes regiões do estado contribui para aproximar o debate da população. Instrumentos como o Relatório Azul cumprem um papel importante ao sistematizar dados, denúncias e análises, tornando o tema mais visível e compreensível para a sociedade.

***Qual legado o senhor pretende deixar ao deixar a Comissão?***

O legado que se busca construir é o fortalecimento da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos como uma instituição histórica e referência nacional. Criada em 1980, a CCDH carrega uma trajetória de compromisso com a democracia, a justiça social e a defesa intransigente dos direitos humanos.

A ideia é consolidar a Comissão como um espaço cada vez mais acessível, com capacidade de escuta, coragem institucional e atuação efetiva. A melhoria da estrutura de atendimento, com a ampliação da equipe e a reforma da Sala Adão Pretto, também faz parte desse esforço, permitindo qualificar o acolhimento à população. Mais do que uma estrutura física, o legado é reafirmar que direitos humanos — como moradia, terra, trabalho digno e dignidade — não são concessões, mas conquistas históricas do povo brasileiro, que precisam ser defendidas e ampliadas todos os dias.

**"A ideia é tornar a comunicação das decisões mais acessível, com linguagem clara e divulgação dos principais pontos discutidos e das decisões tomadas. A informação precisa ser compreensível e útil para a sociedade"**

# GUILHERME PASIN

**Presidente da Comissão de Constituição e Justiça**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Lucas Kloss e Raul Pereira*

***Quais são as prioridades da CCJ neste ano legislativo?***

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é o colegiado mais importante da Assembleia Legislativa. Pela CCJ passam todos os projetos que tramitam na Casa, e é onde avaliamos se as proposições cumprem os requisitos de legalidade. É um trabalho minucioso, que garante a segurança jurídica dos trabalhos da Assembleia, evitando a judicialização lá na frente. Assumir a condução da CCJ é, portanto, uma imensa honra e responsabilidade.

Sobre prioridades, todos os projetos que tramitam pela CCJ são importantes, porque refletem as angústias e os desejos de comunidades representadas pelos 55 parlamentares, ou partem dos Poderes e dos órgãos autônomos e são igualmente relevantes. Por isso, cada vez mais, queremos que a Comissão de Constituição e Justiça seja um colegiado resolutivo, que decide e toma posição.

***Como garantir maior celeridade na análise dos projetos sem comprometer a qualidade jurídica?***

A celeridade virá do ritmo de trabalho que estamos implementando na CCJ. Faremos isso de forma criteriosa e em diálogo com os deputados que compõem o colegiado. Agilizar a análise de projetos não quer dizer atropelar os procedimentos básicos de verificação dos requisitos de legalidade de cada proposta, mas significa que não há assuntos proibidos na Comissão.

O papel do Parlamento é legislar. Não podemos nos omitir sobre nenhum tema. Na CCJ, em específico, precisamos dizer claramente se os projetos estão ou não dentro da legalidade. O conteúdo da proposta só deve ser discutido posteriormente na Comissão que trata do mérito e, depois, no plenário.

***A Comissão tem enfrentado aumento no volume de matérias? Como isso impacta o trabalho?***

Atualmente, temos cerca de mil projetos em tramitação na Comissão, o que representa um volume expressivo e exige organização e eficiência na condução dos trabalhos. Esse acúmulo impacta diretamente o tempo de resposta do Parlamento e pode atrasar debates importantes para a sociedade.

Diante desse cenário, estamos estruturando um esforço para reduzir o estoque de matérias, com eventual priorização de projetos mais antigos e racionalização da pauta. Queremos assegurar que nenhuma proposta fique sem análise por longos períodos, como já ocorreu em alguns momentos.

***Qual o papel da CCJ no equilíbrio entre Executivo e Legislativo?***

A CCJ exerce um papel importante no sistema de freios e contrapesos entre os Poderes. Ao analisar a constitucionalidade dos projetos, a Comissão atua como uma espécie de filtro para avalizar que as iniciativas estejam em conformidade com a legislação vigente.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia






> Atualmente, temos cerca de mil projetos em tramitação na Comissão, o que representa um volume expressivo e exige organização e eficiência na condução dos trabalhos. Esse acúmulo impacta diretamente o tempo de resposta do Parlamento e pode atrasar debates importantes para a sociedade

Precisamos fortalecer a CCJ para que todas as propostas recebam a análise na instância adequada, preservando o equilíbrio entre os Poderes e respeitando a prerrogativa da Assembleia.

***Como a Comissão atua diante de projetos polêmicos ou com questionamentos constitucionais?***

A CCJ tem um compromisso essencialmente técnico. Sendo o tema polêmico ou não, a nossa função é analisar se o projeto atende aos requisitos legais e constitucionais. A polêmica não pode ser um fator de paralisação. Pelo contrário, exige ainda mais rigor na análise. O papel da Comissão é dar uma resposta clara e fundamentada, permitindo que o debate político ocorra nas instâncias apropriadas.

***Como ampliar a transparência das decisões da Comissão?***

A CCJ já adota práticas importantes de transparência, como reuniões abertas ao público, transmissão ao vivo e divulgação prévia das pautas. As deliberações ocorrem sempre às terças-feiras, a partir das 9h, na Sala Doutor Maurício Cardoso, no 4º andar da Assembleia. Qualquer cidadão pode acompanhar o que está sendo debatido.

No período em que estivermos conduzindo os trabalhos, pretendemos avançar um pouco mais neste sentido. A ideia é tornar a comunicação das decisões mais acessível, com linguagem


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




clara e divulgação dos principais pontos discutidos e das decisões tomadas. A informação precisa ser compreensível e útil para a sociedade.

***Quais avanços o senhor pretende deixar como legado?***

O nosso principal objetivo é reduzir significativamente o número de projetos aguardando análise, garantindo mais dinamismo nas discussões. Queremos que os debates avancem e que as propostas cheguem às Comissões de mérito e ao plenário com mais rapidez. Assim, buscamos deixar um legado de eficiência, previsibilidade e responsabilidade. Até o final deste ano, pretendemos consolidar uma cultura de trabalho baseada em decisões técnicas, agilidade e respeito ao papel da CCJ dentro da Assembleia.

***O senhor é autor de propostas relevantes como o Marco Legal do Turismo Gaúcho, que acaba de ser aprovado em primeiro turno no plenário da Assembleia Legislativa. De que forma essa iniciativa transforma o setor no Rio Grande do Sul?***

O EstruTUR-RS é uma proposta pioneira no Brasil, construída a partir do diálogo com mais de 40 entidades do setor, empresários, trabalhadores e lideranças regionais, especialmente diante dos impactos econômicos causados pelos eventos climáticos de 2024. A proposta nasce com o objetivo de fortalecer e elevar o turismo ao papel de motor de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

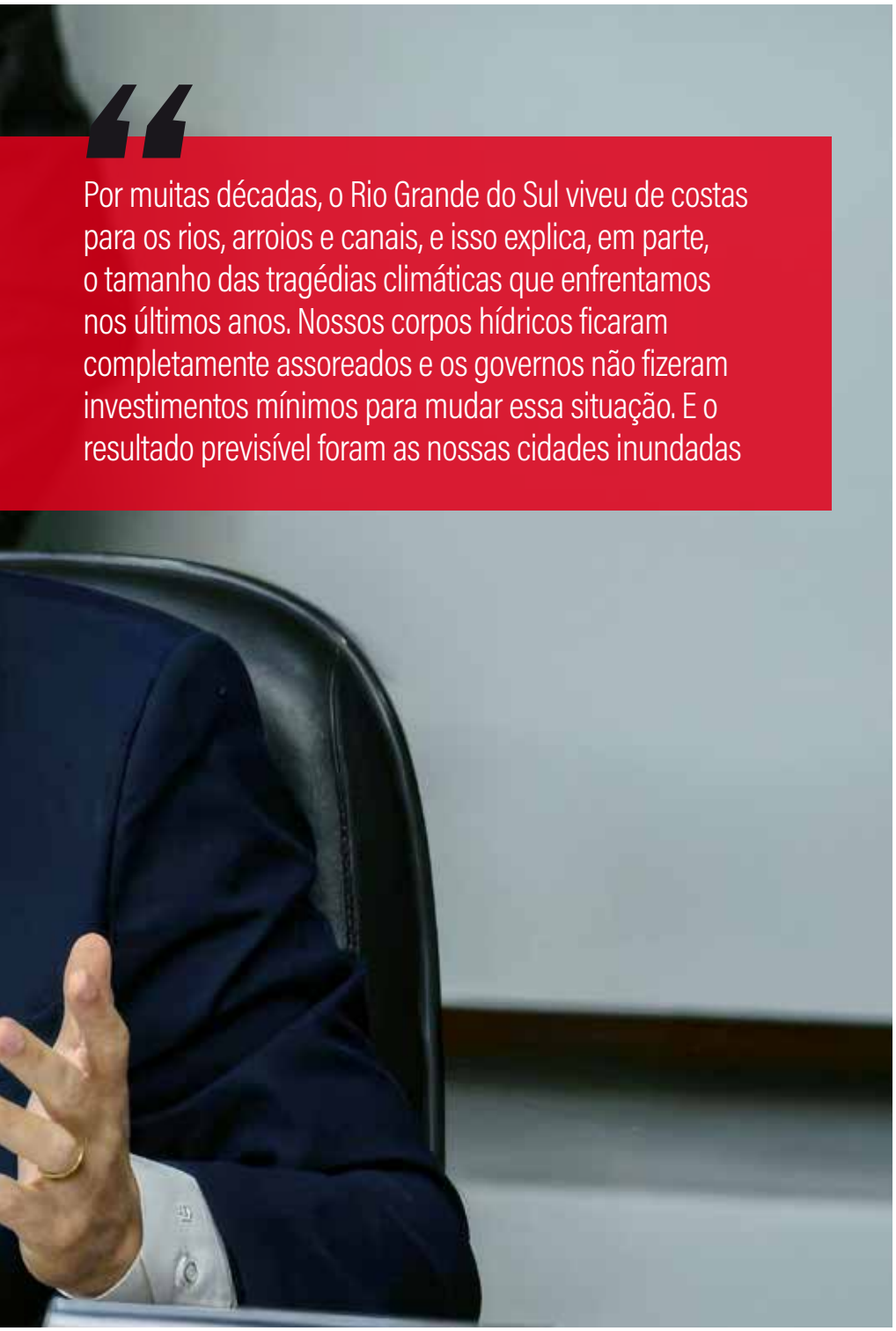
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



Hoje, o setor representa 4,5% da economia gaúcha, enquanto a média nacional chega a 10%. Muitas vezes, as pessoas não têm o entendimento da extensão do turismo. Esse setor impacta diretamente a vida econômica do Estado e dos municípios. Hotéis, bares, restaurantes, comércio, eventos, cultura, esporte, transporte e serviços dependem do fluxo de visitantes e do consumo que ele gera. Quando o turismo cresce, todos ganham: empresas vendem mais, trabalhadores têm mais oportunidades e os municípios fortalecem sua arrecadação.

O EstruTUR-RS muda o cenário propondo uma transformação estrutural. Trata-se de uma proposta de emenda à Constituição que cria o Marco Legal do Turismo Gaúcho e coloca o setor como política de Estado. O EstruTUR-RS prevê planejamento permanente, segurança jurídica para investimentos e destinação contínua de recursos,


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Por muitas décadas, o Rio Grande do Sul viveu de costas para os rios, arroios e canais, e isso explica, em parte, o tamanho das tragédias climáticas que enfrentamos nos últimos anos. Nossos corpos hídricos ficaram completamente assoreados e os governos não fizeram investimentos mínimos para mudar essa situação. E o resultado previsível foram as nossas cidades inundadas

criando condições para atrair mais eventos, aumentar o número de visitantes e ampliar o consumo em todo o território, explorando da melhor forma todo o potencial que nosso Estado tem em regiões como a Serra, o Litoral, a Fronteira, as diversas feiras e exposições e todas as demais atrações.

Na prática, o impacto vai ser sentido no dia a dia das cidades. Mais turismo significa restaurantes cheios, hotéis ocupados, comércio aquecido e eventos ao longo de todo o ano.

***No final do ano passado, o Plenário aprovou um projeto de sua autoria que institui a Política Estadual de Apoio e Fomento ao Desassoreamento de Corpos Hídricos Superficiais. É possível afirmar que essa lei tornará o RS mais seguro diante de novos eventos climáticos extremos?***

Com certeza. Primeiro, é preciso dizer que se trata de uma política de Estado, e isso faz toda a diferença. Não é só uma ação pontual deste ou daquele governo. Será uma política permanente, que prevê diretrizes para que os diferentes governos invistam e previnam enchentes devastadoras como as que vimos em 2023 e 2024.

Por muitas décadas, o Rio Grande do Sul viveu de costas para os rios, arroios e canais, e isso explica, em parte, o tamanho das tragédias climáticas que enfrentamos nos últimos anos. Nossos corpos hídricos ficaram completamente assoreados e os governos não fizeram investimentos mínimos para mudar essa situação. E o resultado previsível foram as nossas cidades inundadas.

O PL 145/2024 é a primeira lei do Brasil para o desassoreamento de rios em nível estadual. Por meio dela, o Estado poderá fazer parcerias com a iniciativa privada e aproveitar economicamente os sedimentos retirados do fundo do leito dos corpos hídricos.

Fazendo o desassoreamento dos rios, também abrimos a oportunidade de retomar o uso das hidrovias para transporte de cargas e pessoas, recuperando trajetos que hoje estão abandonados por falta de condições de uso. A lei prevê ainda ações de recomposição da mata ciliar e campanhas educativas. Tudo será feito respeitando o meio ambiente.

Com essas ações, o Rio Grande do Sul começa a olhar de forma estruturada para os seus rios, substituindo o improviso pelo planejamento. A lei já foi sancionada e agora esperamos pela regulamentação do governo do Estado para que essas novas regras entrem em vigor definitivamente. ■

# "Temos um déficit primário de mais de 4 bilhões de reais e isso jamais pode ser classificado como um estado de economia saneada"

# GUSTAVO VICTORINO

**Comissão de Economia, Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Turismo**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Celso Bender e Fernando Gomes*

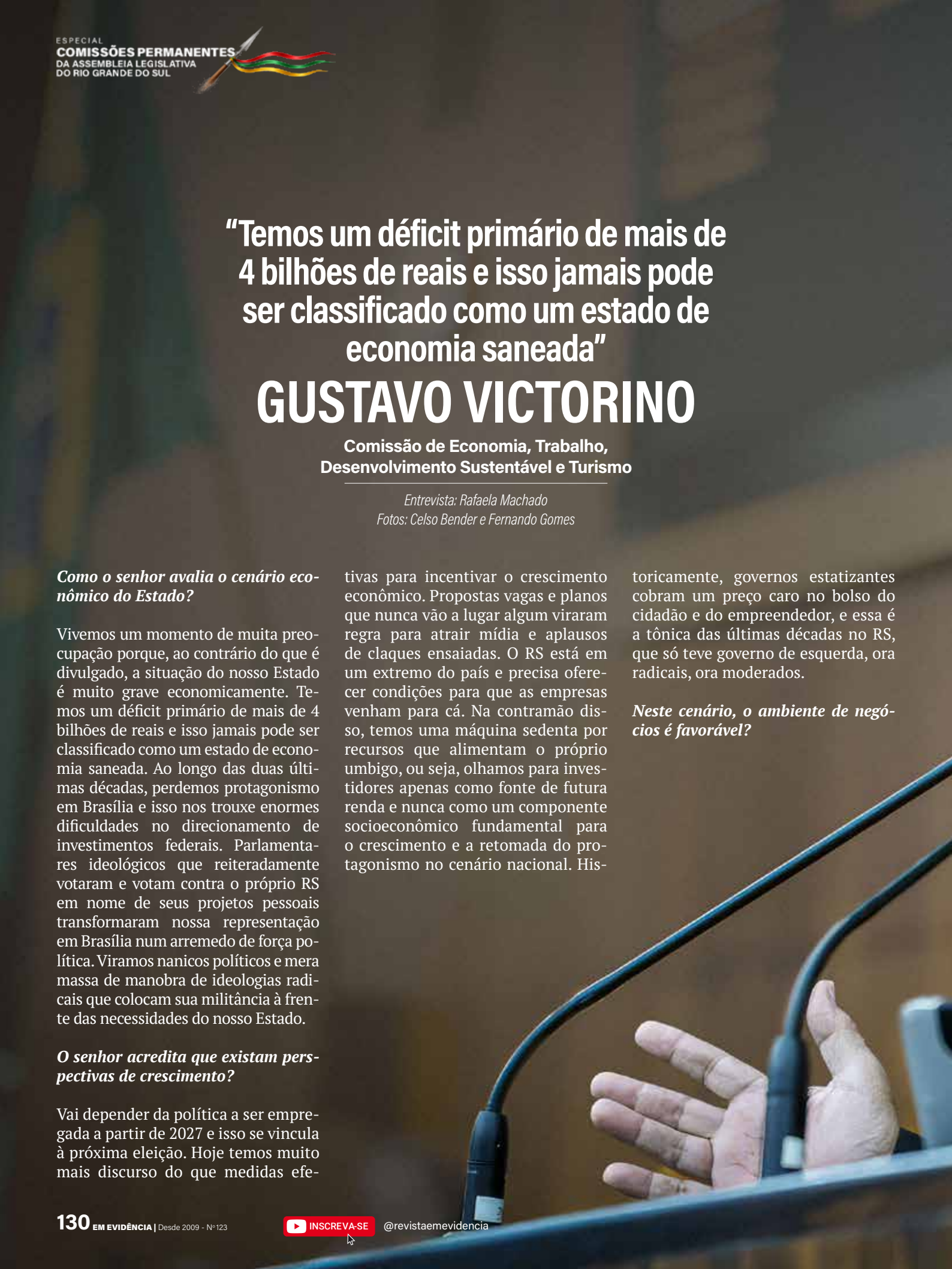
***Como o senhor avalia o cenário econômico do Estado?***

Vivemos um momento de muita preocupação porque, ao contrário do que é divulgado, a situação do nosso Estado é muito grave economicamente. Temos um déficit primário de mais de 4 bilhões de reais e isso jamais pode ser classificado como um estado de economia saneada. Ao longo das duas últimas décadas, perdemos protagonismo em Brasília e isso nos trouxe enormes dificuldades no direcionamento de investimentos federais. Parlamentares ideológicos que reiteradamente votaram e votam contra o próprio RS em nome de seus projetos pessoais transformaram nossa representação em Brasília num arremedo de força política. Viramos nanicos políticos e mera massa de manobra de ideologias radicais que colocam sua militância à frente das necessidades do nosso Estado.

***O senhor acredita que existam perspectivas de crescimento?***

Vai depender da política a ser empregada a partir de 2027 e isso se vincula à próxima eleição. Hoje temos muito mais discurso do que medidas efetivas para incentivar o crescimento econômico. Propostas vagas e planos que nunca vão a lugar algum viraram regra para atrair mídia e aplausos de claques ensaiadas. O RS está em um extremo do país e precisa oferecer condições para que as empresas venham para cá. Na contramão disso, temos uma máquina sedenta por recursos que alimentam o próprio umbigo, ou seja, olhamos para investidores apenas como fonte de futura renda e nunca como um componente socioeconômico fundamental para o crescimento e a retomada do protagonismo no cenário nacional. Historicamente, governos estatizantes cobram um preço caro no bolso do cidadão e do empreendedor, e essa é a tônica das últimas décadas no RS, que só teve governo de esquerda, ora radicais, ora moderados.

***Neste cenário, o ambiente de negócios é favorável?***




INSCREVA-SE @revistaemevidencia

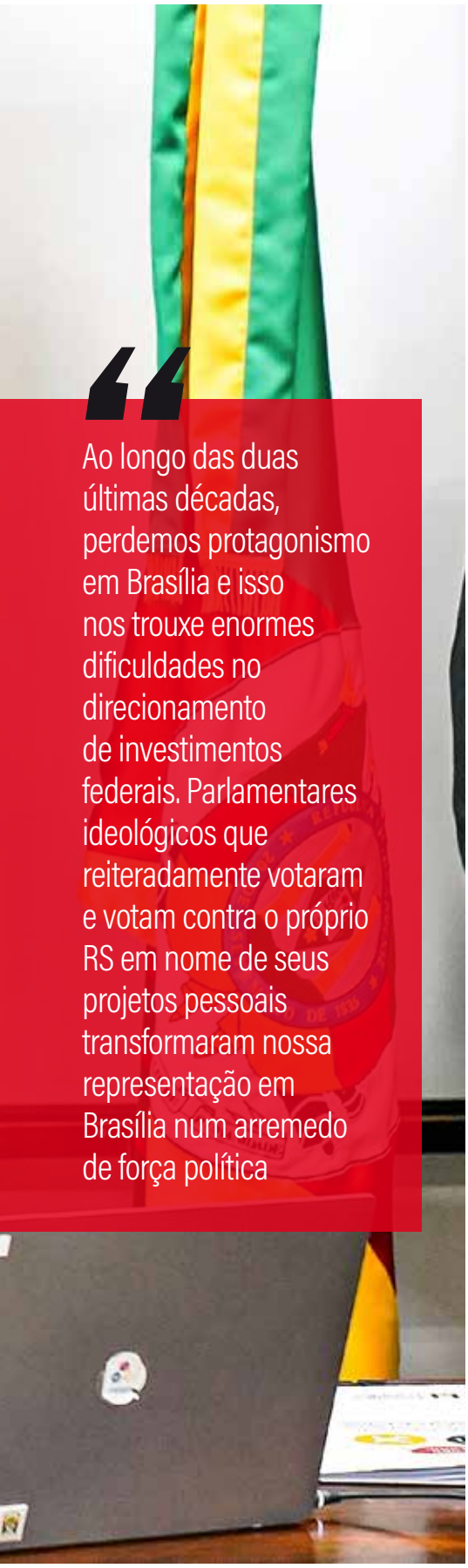


LEBERG
CDP
CONSULTORIA EM DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.






INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Ao longo das duas últimas décadas, perdemos protagonismo em Brasília e isso nos trouxe enormes dificuldades no direcionamento de investimentos federais. Parlamentares ideológicos que reiteradamente votaram e votam contra o próprio RS em nome de seus projetos pessoais transformaram nossa representação em Brasília num arremedo de força política

Não... É preciso realismo e entender por que os investimentos de médio e longo prazo estão fugindo para outros estados ou países. Hoje não somos atrativos. Temos um conjunto de fatores que espantam os investimentos de forma estrutural e uma legislação estadual jurássica que faz de outros estados do Sul e do Sudeste o melhor caminho para empreender. O crescimento e domínio dos sindicatos laborais e suas propostas muitas vezes desencontradas da realidade, as corporações públicas inchadas fortemente representadas na Assembleia trazem um entrave e uma instabilidade assustadora para quem pensa em investir aqui. O dinheiro é o animal mais arisco que existe e, a qualquer sinal de perigo, ele foge. Essa é a nossa realidade hoje...

***Então, quais seriam as alternativas para atrair investimentos?***

Estamos num extremo do Brasil, portanto o aspecto logístico precisa ser levado em consideração e enfrentado com inteligência e propostas compensatórias que anulem esse peso geográfico que nos impede de maiores avanços, e, nesse sentido, estamos mal sob qualquer parâmetro avaliado. Inobstante isso, o benefício fiscal no RS foi ideologizado e virou tabu por aqui, travando qualquer iniciativa mais efetiva. Enquanto não houver mudança significativa nesse tópico, vamos viver de conceitos ultrapassados e enxergando investidores como tubarões em busca apenas do lucro. Isso destruiu economicamente países e sempre foi o carro-chefe do discurso ideológico rasteiro de apoio à mediocridade e ao fracasso como justificativa para a sua aplicabilidade. Até o Nordeste brasileiro, historicamente dominado pela esquerda, está revendo esse conceito e levando empresas para lá. Enquanto isso, estamos aqui fazendo o contrário.

***O turismo não seria uma alternativa de expansão?***

Sim, o Rio Grande do Sul é o estado mais bonito e rico em cultura e natureza do Brasil. Nós só precisamos descobrir isso e profissionalizar o turismo com investimentos e infraestrutura. Não temos um plano geral para o turismo e vivemos de iniciativas isoladas de empresários e municípios que muitas vezes encontram dificuldades pela falta de apoio e atecnicidade nas propostas. O turismo, ao longo do tempo, se profissionalizou de forma extremada e hoje as compilações acadêmicas sobre o tema proliferam ao redor do mundo. Na contramão disso, a falta de investimentos e dificuldades logísticas criam um caldo de cultura assustador e fazem do avanço do nosso turismo um fruto isolado oriundo de investidores corajosos e com visão empreendedora de risco.

***Em sua opinião, quais setores devem ser priorizados?***

O setor hoteleiro é o mais carente de apoio, mas a logística também é problema. Nossas estradas e vias de acesso a locais turísticos em crescimento chegam a ser constrangedoras quando comparadas a atrações similares no exterior e, em alguns casos, aqui mesmo no Brasil. Os hotéis e pousadas enfrentam regras exacerbadas que sequer existem em outros estados e são fiscalizados de forma leonina. A máquina pública parece olhar para o turismo como mera fonte de lazer e não como a principal fonte de renda de algumas das maiores nações do planeta. O turismo é a indústria sem chaminé, mas aqui parece que enxergam como algo destruidor da natureza, quando é exatamente o contrário, ou seja, a natureza exuberante e bem cuidada é a principal atração em nosso Estado para o setor turístico. Dessa forma e com esse pensamento enviesado, o lazer e as atrações acabam inevitavelmente sendo atingidos também por essas deficiências estruturais e conceituais absolutamente ultrapassadas. A deformação e a desinformação são tantas que chegaram a acusar a indústria e a viticultura gaúcha de trabalho es-

CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

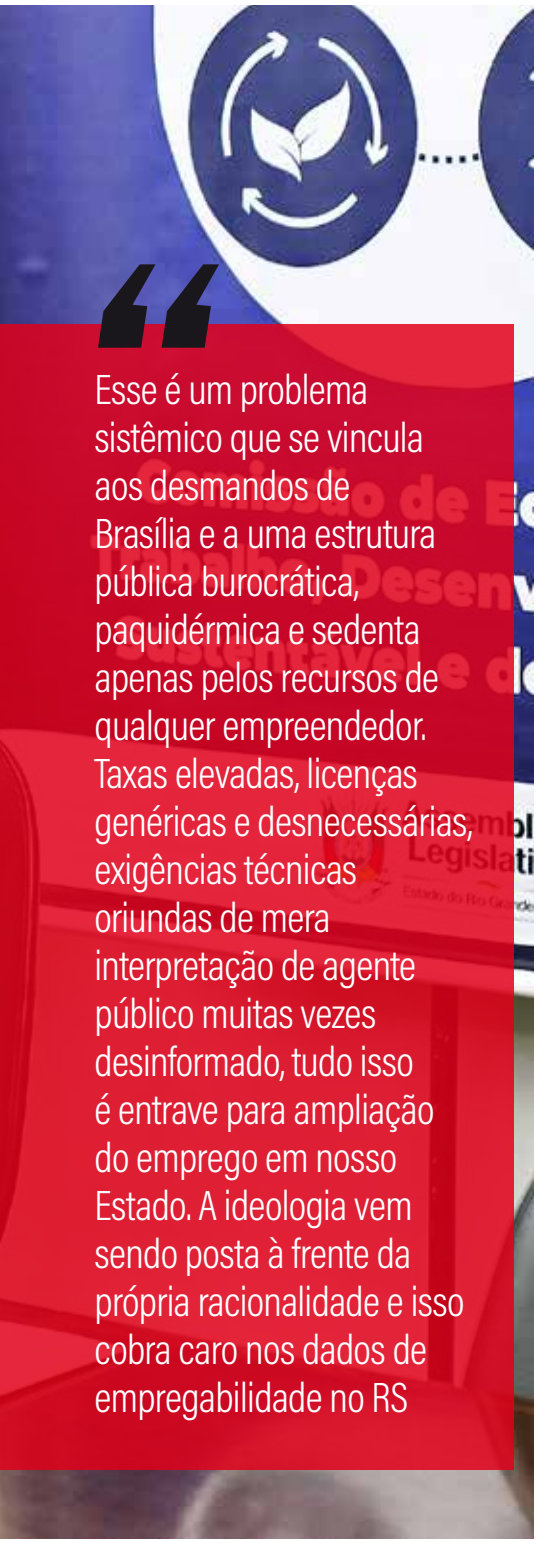


cravo, mostrando o quanto a máquina pública é desinformada e muitas vezes age em busca de manchetes e curtidas de internet.

***O senhor acredita que existe incentivo efetivo ao empreendedorismo?***

Muito pouco e longe do mínimo necessário para que o Rio Grande do Sul possa olhar com clareza o horizonte do turismo profissionalizado e lucrativo que se pratica mundo afora. Somos carentes de profissionais de ponta e conhecedores do profundo mecanismo de incentivo ao turismo e sua exploração econômica rentável. Na base, temos boas escolas, mas a gestão ainda é amadora. Quem empreende aqui sabe que precisa lidar com entraves que raramente são encontrados em outros estados e


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Esse é um problema sistêmico que se vincula aos desmandos de Brasília e a uma estrutura pública burocrática, paquidérmica e sedenta apenas pelos recursos de qualquer empreendedor. Taxas elevadas, licenças genéricas e desnecessárias, exigências técnicas oriundas de mera interpretação de agente público muitas vezes desinformado, tudo isso é entrave para ampliação do emprego em nosso Estado. A ideologia vem sendo posta à frente da própria racionalidade e isso cobra caro nos dados de empregabilidade no RS

precisa lidar com gestores políticos e muitas vezes desinformados, além de uma máquina estatal fiscalizadora e repressora que beira o absurdo em alguns casos.

***Como gerar empregos?***

Esse é um problema sistêmico que se vincula aos desmandos de Brasília e a uma estrutura pública burocrática, paquidérmica e sedenta apenas pelos recursos de qualquer empreendedor. Taxas elevadas, licenças genéricas e desnecessárias, exigências técnicas oriundas de mera interpretação de agente público muitas vezes desinformado, tudo isso é entrave para ampliação do emprego em nosso Estado. A ideologia vem sendo posta à frente da própria racionalidade e isso cobra caro nos dados de empregabilidade no RS. A atuação da maioria dos sindicatos laborais patrocinados e dominados pelo pensamento de esquerda transformou o patrão em inimigo e explorador, enquanto o empreendedor convive com a eterna ameaça das ações trabalhistas aventureiras e que, via de regra, são aceitas pela Justiça do Trabalho.

***O senhor acredita que, atualmente, existe um diálogo do setor público com o setor privado?***

Sim, mas ele é recheado por problemas que inevitavelmente transformam o Parlamento em depositário dos lamentos e queixas dos vários setores que não se desenvolvem e até encolhem por falta de políticas racionais e com uma condição mínima de aplicabilidade. Propostas sem efetividade e soluções mirabolantes e genéricas proliferam no mundo político, mas jamais deveriam ocupar espaço nos gabinetes gestores do Executivo. Todos têm a solução para tudo, mas somente as realistas devem ser depuradas e avançar no cenário político. Mas isso nem sempre acontece...

***Quais entraves precisam ser superados?***

Mudança na política e na gestão pública, focando o incentivo ao empreendedor e abandonando radicalmente o populismo barato que sufoca qualquer negócio com uma carga tributária imoral e descontrolada. Parece uma solução simplista, mas sua essência vem exatamente daquilo que mais se consolida no cenário econômico brasileiro. Máquina estatal gigantesca e cara é o primeiro passo que precisa ser superado em face da sua necessidade absurda de recursos para manutenção. Enxergar o empreendedor como difusor de emprego e salário, dando a ele a necessária importância social em forma de respeito e regras claras para a sua segurança jurídica. Esse é apenas o ponto de partida, mas altera de maneira radical uma política ultrapassada que precisa se modernizar para atrair investimentos.

***O que o Estado precisa fazer para crescer mais?***

Ter uma gestão menos política e mais profissional, com visão na geração de emprego e renda, o que consequentemente trará aumento na arrecadação tributária e melhoria nos serviços públicos. O RS é uma máquina pública paquidérmica e cara, o que necessariamente não corresponde à boa prestação de serviços. Ao contrário disso, temos carências latentes em quase toda a base da máquina pública, que deveria obedecer ao tripé segurança, saúde e educação. Mudanças profundas na nossa legislação voltada ao desenvolvimento econômico são fundamentais e, sem elas, o avanço será pífio.

***Qual legado pretende deixar?***

Ao final do mandato, quero deixar a minha Comissão sem nenhum projeto sobre a mesa e todos os relatórios e atas fechados na data do encerramento das atividades de 2026. Ao longo dos quatro anos, a Comissão de Economia, Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Turismo foi palco de acaloradas discussões e debates sobre os mais importantes temas a ela afetos e que, ao longo do tempo, foi motivo de posicionamentos claros das mais variadas vertentes políticas da Assembleia Legislativa do RS. Dessa forma, encerro meu mandato com a sensação do dever cumprido! ■

# "A valorização dos professores ainda não acompanha a centralidade que eles têm na educação"

# PATRÍCIA ALBA

**Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Celso Bender, Gabriel Christovam e José Monteiro*

***Em sua opinião, quais são os principais desafios da educação no Estado?***

O principal desafio é superar a desigualdade educacional e garantir aprendizagem real para todos. Hoje, ainda convivemos com índices preocupantes: no Brasil, cerca de quatro em cada dez crianças não estão plenamente alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Além disso, avaliações nacionais mostram que mais de 60% dos estudantes do Ensino Médio têm desempenho insuficiente em matemática. Isso revela um problema estrutural. Neste contexto, o Rio Grande do Sul não atingiu a meta de alfabetização em 2025, com 52% das crianças alfabetizadas no 2º ano do Ensino Fundamental, ficando abaixo dos 69% previstos pelo Ministério da Educação (MEC). As enchentes de 2024 impactaram os resultados, e Porto Alegre apresentou o pior índice entre as capitais, com apenas 27%. Há ainda disparidades regionais importantes, além da necessidade de modernizar a gestão e fortalecer a permanência do aluno na escola. O desafio não é apenas garantir vaga, mas garantir aprendizagem com qualidade.




INSCREVA-SE




INSCREVA-SE @revistaemevidencia

***Como melhorar os índices de aprendizagem?***

Melhorar os índices passa por atacar o problema na base. A alfabetização na idade certa é decisiva: crianças que não aprendem a ler até os 7 anos têm muito mais dificuldade ao longo de toda a trajetória escolar. Estudos mostram que políticas focadas nessa etapa podem elevar significativamente o desempenho geral. Também precisamos investir fortemente na formação continuada dos professores, uso de avaliações diagnósticas e acompanhamento individualizado dos alunos. Estados que conseguiram avançar, como o Ceará, adotaram metas claras e gestão baseada em evidências. Esse é o caminho: planejamento, monitoramento e compromisso com resultado.

***A valorização dos professores está avançando?***

A valorização dos professores ainda não acompanha a centralidade que eles têm na educação. O piso nacional do magistério teve avanços nos últimos anos, mas muitos profissionais ainda enfrentam jornadas exaustivas, falta de estrutura e planos de carreira pouco atrativos. Muitos municípios ainda não pagam o piso, utilizando estratégias como completivos, o que implica prejuízos nas progressões funcionais e planos de carreira. O resultado disso? Cada vez menos pessoas interessadas em seguir na carreira docente. Estudos do Observatório do Sesi indicam que o RS poderá ter um apagão de professores em 2040. Se queremos melhorar a educação, precisamos começar por quem está na sala de aula. Valorização significa salário digno, formação de qualidade e respeito profissional.

***A senhora acredita que há investimento suficiente na área?***

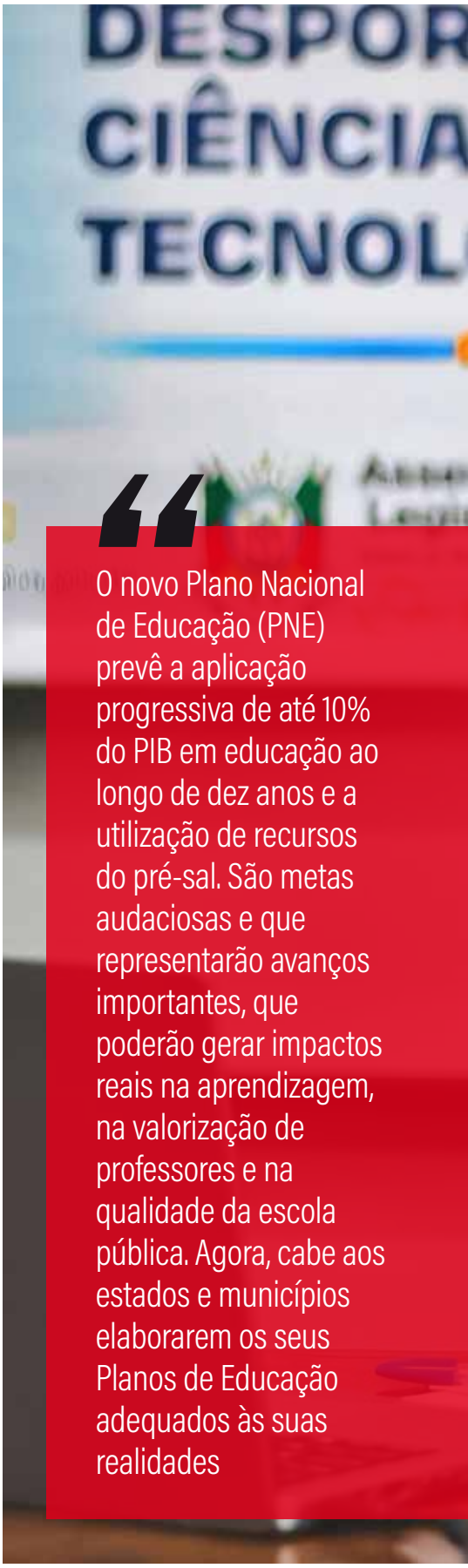
O Brasil investe cerca de 5% a 6% do PIB em educação, o que, em termos percentuais, não é baixo. O problema está na eficiência e na distribuição desses recursos. Ainda há desigualdades no financiamento entre redes e pouca efetividade em alguns programas. No Estado, sabemos que os recursos são limitados, mas é preciso priorizar. Educação não pode ser tratada como gasto, mas como investimento estratégico. O novo Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a aplicação progressiva de até 10% do PIB em educação ao longo de dez anos e a utilização de recursos do pré-sal. São metas audaciosas e que representarão avanços importantes, que poderão gerar impactos reais na aprendizagem, na valorização de professores e na qualidade da escola pública. Agora, cabe aos estados e municípios elaborarem os seus Planos de Educação adequados às suas realidades.

***Como a tecnologia pode ajudar a educação?***

A tecnologia pode ser uma grande aliada para reduzir desigualdades e melhorar o aprendizado. Plataformas digitais permitem personalizar o ensino, acompanhar o desempenho em tempo real e ampliar o acesso ao conhecimento. Durante a pandemia, ficou evidente a importância da conectividade, mas também as desigualdades no acesso. Hoje, o desafio é ir além da infraestrutura: precisamos formar professores para o uso pedagógico da tecnologia. Quando bem utilizada, ela pode, sim, potencializar resultados e aproximar a escola da realidade dos alunos.

***Qual o papel da Comissão na fiscalização?***

A Comissão de Educação tem um papel estratégico no acompanhamento das políticas públicas. Atuamos fiscalizando a aplicação dos recursos, avaliando programas educacionais e cobrando resultados concretos. Realizamos audiências públicas, ouvimos especialistas e dialogamos com a sociedade. A fiscalização não é apenas formal, mas garante articulação e busca de soluções para a melhoria da educação na sala de




> O novo Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a aplicação progressiva de até 10% do PIB em educação ao longo de dez anos e a utilização de recursos do pré-sal. São metas audaciosas e que representarão avanços importantes, que poderão gerar impactos reais na aprendizagem, na valorização de professores e na qualidade da escola pública. Agora, cabe aos estados e municípios elaborarem os seus Planos de Educação adequados às suas realidades


INSCREVA-SE @revistaemevidencia


RTO,
A e
OGIA
Patrícia Alba

CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

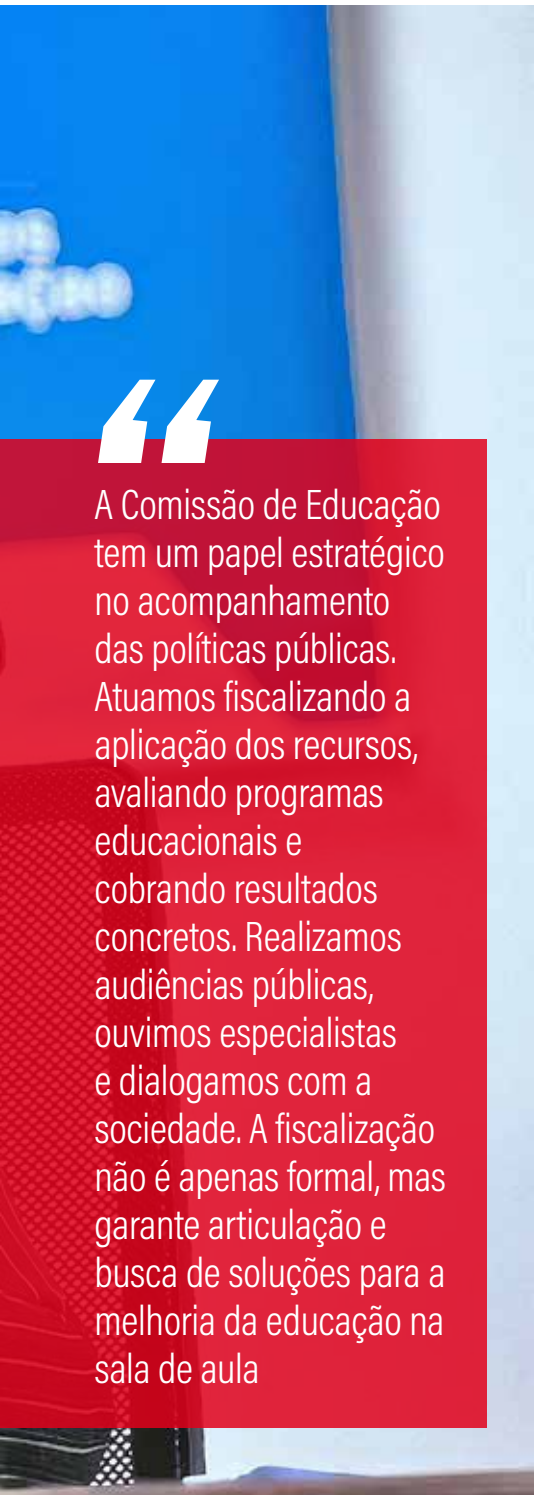


aula. Nosso trabalho é garantir que as decisões tomadas se traduzam em impacto real na vida dos estudantes.

***Existe diálogo efetivo com as universidades?***

Sim, e esse diálogo é fundamental. As universidades têm papel central na formação de professores, na produção de pesquisa e no desenvolvimento de soluções inovadoras. Trabalhar de forma integrada com essas instituições fortalece as políticas educacionais. Além disso, a aproximação entre Educação Básica e Ensino Superior permite alinhar currículos, melhorar a formação docente e ampliar oportunidades para os jovens. Esse diálogo precisa ser permanente e estratégico. Um exemplo de resultado concreto do trabalho da Comissão de Educação e das instituições de Ensino Supe-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> A Comissão de Educação tem um papel estratégico no acompanhamento das políticas públicas. Atuamos fiscalizando a aplicação dos recursos, avaliando programas educacionais e cobrando resultados concretos. Realizamos audiências públicas, ouvimos especialistas e dialogamos com a sociedade. A fiscalização não é apenas formal, mas garante articulação e busca de soluções para a melhoria da educação na sala de aula

rior foi a conquista da implantação do IFSul em Triunfo, que uniu comunidade, Prefeitura e a Comissão de Educação. Temos muito orgulho de fazer parte dessa construção e de acompanhar cada etapa da instalação desta instituição de ensino que vai atender Triunfo e região.

***Como enfrentar a evasão escolar?***

A evasão escolar é um dos maiores desafios, especialmente no Ensino Médio. Dados recentes mostram que milhares de jovens brasileiros abandonam a escola antes de concluir essa etapa. As causas são diversas: necessidade de trabalhar, falta de perspectiva, desinteresse e dificuldades de aprendizagem. Para enfrentar esse problema, precisamos de políticas integradas: ensino mais atrativo, educação técnica, apoio social e acompanhamento individual. A escola precisa fazer sentido para o jovem. Do contrário, ele não permanece.

***Quais os principais projetos que estão em pauta, atualmente?***

Temos vários projetos que focam na questão de ações que valorizem os professores, no enfrentamento à depressão infanto-juvenil e na promoção da inclusão nas escolas, na valorização dos professores, entre tantas outras iniciativas. Também avançamos em iniciativas voltadas ao ensino técnico e profissional e na busca de soluções para a infraestrutura das escolas.

***Em sua opinião, a educação técnica tem sido priorizada no Estado e no país?***

A educação técnica ainda precisa avançar mais. Países que se desenvolveram investiram fortemente nessa área. No Brasil, menos de 15% dos estudantes do Ensino Médio estão matriculados em cursos técnicos, enquanto em países desenvolvidos esse número pode superar 40%. Precisamos ampliar vagas, integrar a educação técnica ao Ensino Médio e aproximar a escola do mercado de trabalho. Essa é uma estratégia essencial para gerar oportunidades e desenvolvimento econômico.

***De acordo com a sua experiência na presidência da Comissão, o que precisa mudar com urgência?***

O mais urgente é enfrentar a crise de aprendizagem. Não podemos aceitar que uma parcela significativa das nossas crianças chegue ao final do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever adequadamente. Isso compromete todo o futuro educacional e profissional. Precisamos de ações imediatas, com foco na alfabetização e no acompanhamento dos alunos com dificuldades. Esse é um ponto crítico e inegociável. Outro tema essencial é a inclusão, que precisa avançar. Não por falta de esforço dos professores ou de quem está na escola. A legislação é maravilhosa, mas a implementação das políticas públicas de inclusão ainda é um desafio. Para isso, nós, agentes públicos que fazemos as leis, devemos atuar para que os governos tirem os projetos do papel e deem suporte para que as necessidades de cada estudante sejam atendidas, com professores capacitados, monitores para apoiar o trabalho e acesso a tecnologias assistivas.

***Qual legado pretende deixar?***

Quero deixar como legado uma Comissão de Educação atuante, que dialoga com os municípios e que abre espaço também para as boas práticas. Afinal, se existem problemas — e sabemos que eles existem —, temos muitos projetos e iniciativas em andamento que geram resultados e impactos positivos para os alunos e também para as comunidades onde as escolas funcionam. Mais do que números, o que buscamos é transformar vidas. E isso só é possível com políticas sérias e compromisso com a qualidade. Em 2025, lideramos o Ciclo de Debates Educação Agora, com a realização de 11 audiências públicas no Estado, tratando de temas essenciais para a qualificação da educação e para embasar as discussões do Plano Estadual de Educação (PEE) e dos planos municipais de Educação, que trarão as diretrizes do ensino para os próximos dez anos. Tenho certeza de que ir às comunidades e promover esses debates terá impacto na construção do ensino que queremos para os próximos anos.

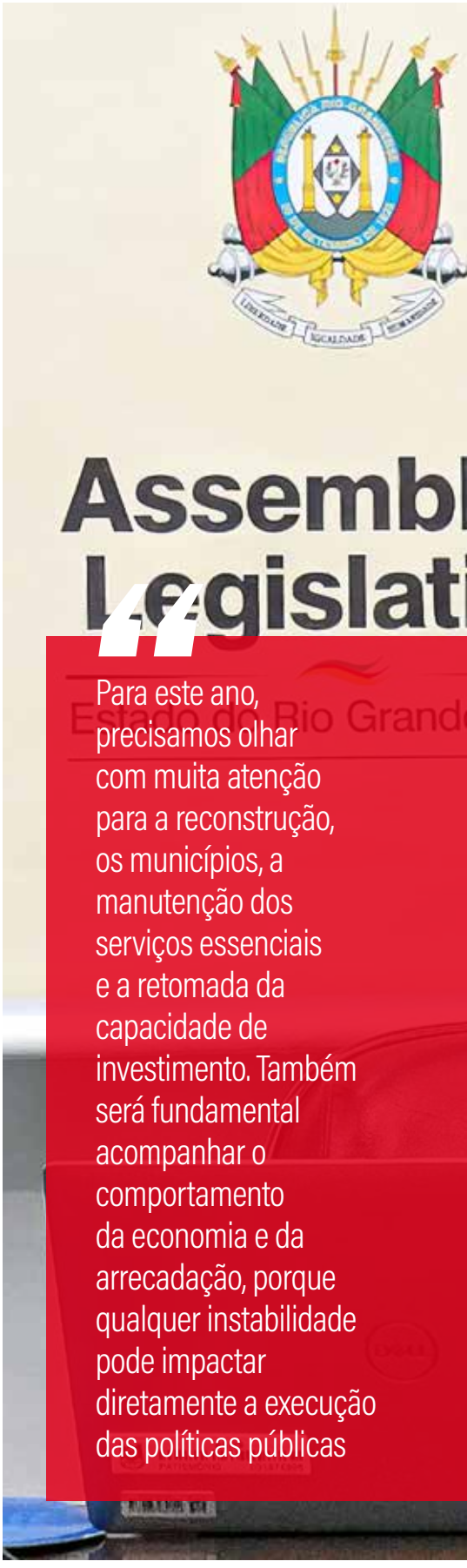
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

# "O orçamento não pode ser uma peça de intenção. Ele precisa ser uma ferramenta de planejamento, responsabilidade e entrega"

# EDIVILSON BRUM

**Presidente da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Celso Bender e Esther Boeira*




> Para este ano, precisamos olhar com muita atenção para a reconstrução, os municípios, a manutenção dos serviços essenciais e a retomada da capacidade de investimento. Também será fundamental acompanhar o comportamento da economia e da arrecadação, porque qualquer instabilidade pode impactar diretamente a execução das políticas públicas

***Como está a situação fiscal do Estado atualmente?***

O Rio Grande do Sul vem de um histórico fiscal muito difícil, e isso exige atenção permanente. Nos últimos anos, o Estado conseguiu avançar na organização das contas, especialmente no controle de despesas e na busca pelo equilíbrio fiscal. Mas ainda temos desafios importantes, como o alto comprometimento da receita com despesas obrigatórias e a necessidade de ampliar investimentos sem perder a responsabilidade.

Hoje, o papel da Comissão de Finanças é acompanhar esse cenário com seriedade, sem alarmismo, mas também sem fechar os olhos para os riscos. Precisamos garantir estabilidade, previsibilidade e capacidade de resposta para áreas essenciais como saúde, educação, segurança, infraestrutura e reconstrução.

***Quais são os principais desafios orçamentários para 2026?***

O principal desafio é construir um orçamento realista. Um orçamento que reconheça as limitações do Estado, mas que também esteja conectado às necessidades concretas da população.

Para este ano, precisamos olhar com muita atenção para a reconstrução, os municípios, a manutenção dos serviços essenciais e a retomada da capacidade de investimento. Também será fundamental acompanhar o comportamento da economia e da arrecadação, porque qualquer instabilidade pode impactar diretamente a execução das políticas públicas.

O orçamento não pode ser uma peça de intenção. Ele precisa ser uma ferramenta de planejamento, responsabilidade e entrega.

***A Comissão tem identificado riscos nas contas públicas?***

A Comissão de Finanças acompanha permanentemente a execução orçamentária e fiscal do Estado. Sempre que há crescimento de despesas obrigatórias, queda de arrecadação ou aumento de demandas emergenciais, existe risco.

Por isso, nosso trabalho é atuar de forma preventiva. Analisamos relatórios, metas fiscais, projetos e dados orçamentários para identificar pontos de atenção antes que se transformem em problemas maiores. A boa gestão pública começa justamente aí: na capacidade de planejar, monitorar e corrigir rumos com responsabilidade.

***Como equilibrar responsabilidade fiscal e investimentos sociais?***

Responsabilidade fiscal não pode ser


INSCREVA-SE @revistaemevidencia

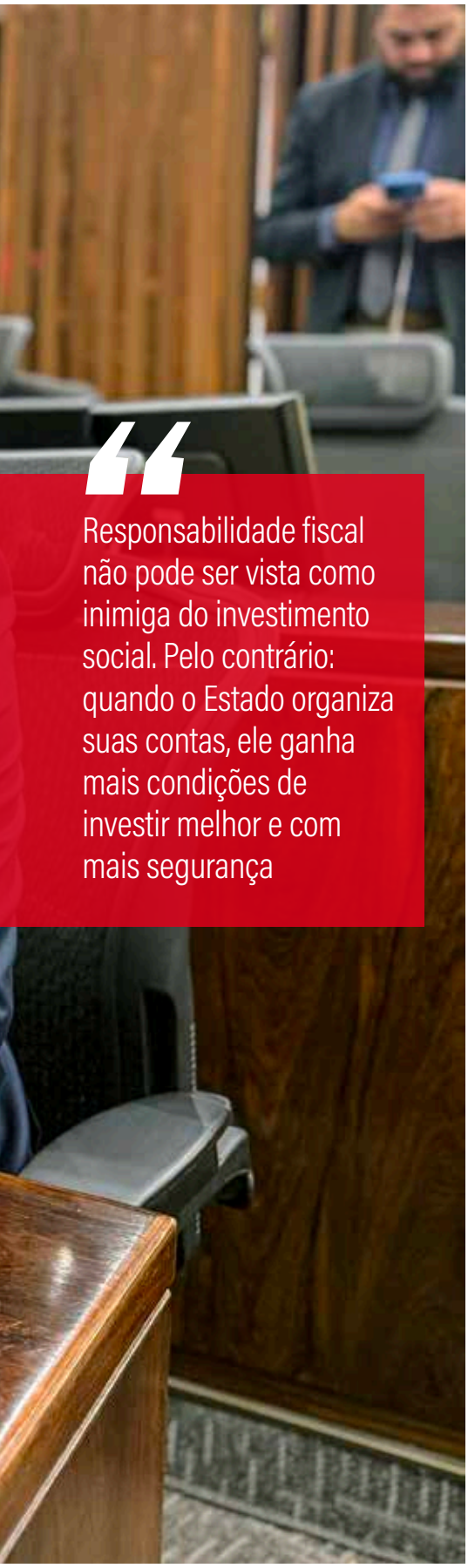

leia
iva
e do Sul
COMISSÃO DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
Dep. Edivilson Brum
MDB
Presidente da Comissão

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.





INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Responsabilidade fiscal não pode ser vista como inimiga do investimento social. Pelo contrário: quando o Estado organiza suas contas, ele ganha mais condições de investir melhor e com mais segurança

vista como inimiga do investimento social. Pelo contrário: quando o Estado organiza suas contas, ele ganha mais condições de investir melhor e com mais segurança.

O equilíbrio está em gastar com critério, combater desperdícios, definir prioridades e avaliar resultados. Não há desenvolvimento sustentável sem contas organizadas, mas também não há equilíbrio verdadeiro se o orçamento não melhora a vida das pessoas.

A responsabilidade fiscal precisa servir à população. Ela não é um fim em si mesma; é um caminho para garantir políticas públicas mais eficientes, permanentes e justas.

***Há espaço para novos investimentos no Estado?***

Há espaço, desde que os investimentos sejam planejados, responsáveis e sustentáveis. O Estado precisa investir, especialmente em infraestrutura, reconstrução, saúde, educação e desenvolvimento regional.

Mas cada novo investimento precisa vir acompanhado de estudo, fonte de recurso e clareza sobre o impacto futuro. Investir bem é tão importante quanto investir mais. O Rio Grande do Sul precisa ampliar sua capacidade de investimento, mas sem repetir erros que, no passado, comprometeram as contas públicas.

***Como o senhor avalia a execução do orçamento?***

A execução do orçamento precisa ser acompanhada de perto, porque o orçamento não pode ficar apenas no papel. Ele precisa se transformar em entrega para a população.

A Comissão de Finanças tem justamente esse papel: verificar se o planejado está sendo executado, identificando atrasos, gargalos, sobras e pontos que necessitam de correção. A avaliação precisa ser técnica, responsável e permanente.

No fim, a pergunta central é simples: o recurso público está chegando onde precisa chegar? É isso que deve orientar a fiscalização.

A Comissão de Finanças tem justamente esse papel: verificar se o planejado está sendo executado, identificando atrasos, gargalos, sobras e pontos que necessitam de correção. A avaliação precisa ser técnica, responsável e permanente

***A Comissão atua de forma efetiva na fiscalização?***

Sim. A Comissão de Finanças tem uma responsabilidade muito grande na fiscalização das contas públicas dentro da Assembleia Legislativa.

Nós analisamos projetos, relatórios fiscais, dados orçamentários e também promovemos debates e audiências públicas quando necessário. Além disso, mantemos diálogo com órgãos técnicos e de controle para qualificar a análise.

Fiscalizar não é criar obstáculo. Fiscalizar é garantir que o dinheiro público seja bem aplicado, que as decisões tenham fundamento e que a população tenha segurança sobre o uso dos recursos do Estado.

***Existe transparência suficiente nas contas públicas?***

O Rio Grande do Sul avançou em transparência, mas sempre é possível melhorar. A informação pública precisa ser clara, acessível e compreensível.

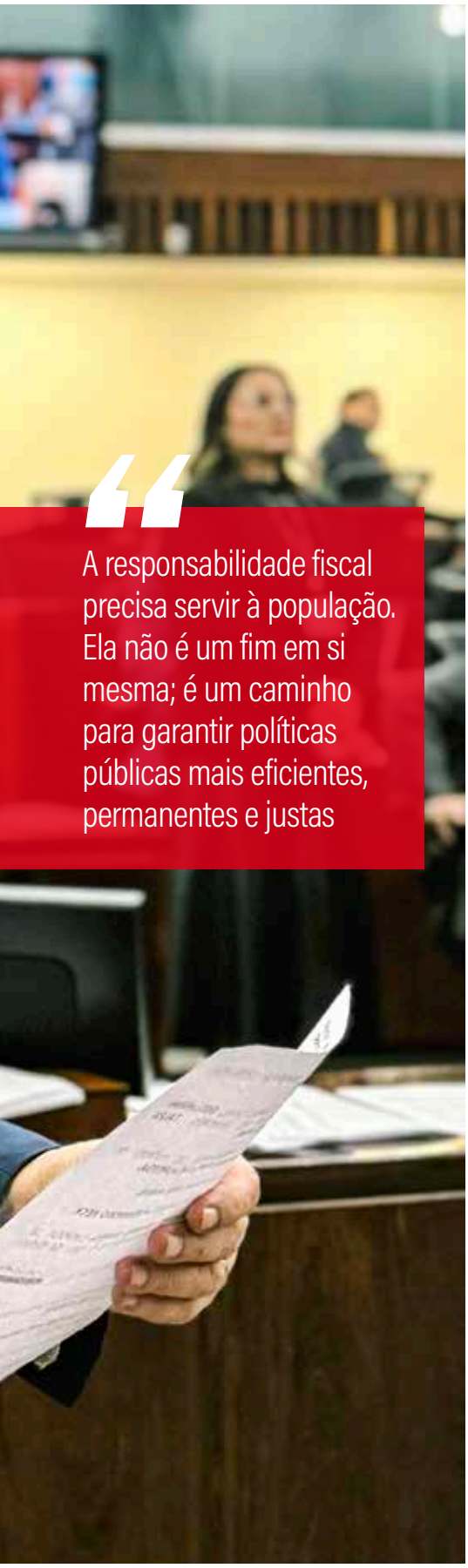
Não basta o dado estar disponível em uma plataforma. A população precisa conseguir entender onde o dinheiro está sendo aplicado, qual política pública está sendo executada e que resultado está sendo entregue.

CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.





INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> A responsabilidade fiscal precisa servir à população. Ela não é um fim em si mesma; é um caminho para garantir políticas públicas mais eficientes, permanentes e justas

Transparência fortalece a confiança entre Estado e sociedade. E quanto mais clara for a informação, maior será a capacidade da população de acompanhar, cobrar e participar.

***Como melhorar o controle dos gastos?***

O controle dos gastos passa por planejamento, tecnologia, fiscalização permanente e avaliação de resultados. O Estado precisa saber quanto gasta, onde gasta e qual retorno esse gasto gera para a população.

Controlar gastos não significa simplesmente cortar. Significa gastar melhor, com mais eficiência e menos desperdício. Também exige modernização da gestão pública, qualificação técnica e revisão contínua de despesas.

O dinheiro público é limitado. Por isso, cada real precisa ser aplicado com responsabilidade e propósito.

***Qual a relação da Comissão com o Tribunal de Contas?***

A relação com o Tribunal de Contas é institucional, técnica e fundamental para o fortalecimento do controle público.

O Tribunal exerce uma função essencial de controle externo, e a Comissão de Finanças pode utilizar essas informações para qualificar o debate dentro da Assembleia Legislativa. É uma relação de respeito, cooperação e compromisso com a boa aplicação dos recursos públicos.

Quando as instituições dialogam com responsabilidade, quem ganha é a sociedade.

***O que precisa avançar em gestão pública no RS?***

O Rio Grande do Sul precisa avançar principalmente em eficiência. Isso significa menos burocracia, mais planejamento, melhor uso da tecnologia, integração entre os órgãos e foco em resultado.

O cidadão não quer saber das dificuldades internas do poder público. Ele quer que a escola funcione, que a estrada esteja em boas condições, que a saúde atenda, que a segurança chegue e que os serviços públicos sejam prestados com qualidade.

Também precisamos fortalecer a modernização administrativa, a desburocratização e o desenvolvimento regional, criando um ambiente mais favorável para geração de emprego, renda e crescimento econômico.

> O equilíbrio está em gastar com critério, combater desperdícios, definir prioridades e avaliar resultados. Não há desenvolvimento sustentável sem contas organizadas, mas também não há equilíbrio verdadeiro se o orçamento não melhora a vida das pessoas

***Qual será a principal pauta econômica do ano?***

A principal pauta econômica deve ser a retomada da capacidade de investimento do Rio Grande do Sul, com responsabilidade fiscal, segurança jurídica e olhar atento para a reconstrução.

Precisamos consolidar o equilíbrio das contas, fortalecer a economia, apoiar quem produz, melhorar a infraestrutura e garantir que o desenvolvimento chegue também ao interior e aos municípios.

O grande desafio é fazer o Estado crescer de forma sustentável: com contas organizadas, investimentos estratégicos e políticas públicas que façam diferença na vida das pessoas.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES






INSCREVA-SE @revistaemevidencia

# "Com inovação, planejamento e ampliação de recursos, os gargalos serão superados"

# NERI, O CARTEIRO

**Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Celso Bender, Claudio Fachel e Luís Gustavo Machado*

***Quais são os principais gargalos na saúde do RS nos últimos quatro anos?***

Se há gargalos é porque o financiamento ainda não é o suficiente; ou falhamos no planejamento, porque temos que reconhecer que há grandes avanços nos serviços de saúde pública oferecidos pelo Estado. Não estou dizendo que não temos problemas com as filas de espera por consultas, exames, procedimentos cirúrgicos e até no tratamento de doenças graves. Mas não há como ignorar que grandes investimentos em hospitais, na organização e regionalização dos serviços e no sistema de remuneração dos prestadores de serviços foram implantados. Tanto é que quem é da área sabe reconhecer os programas pelos nomes: Avançar na Saúde (investimentos), Assistir (repasses aos hospitais), Rede Bem Cuidar (qualificação de unidades de atenção básica), Inverno Gaúcho (enfrentamento das doenças respiratórias no ciclo do frio), etc.

Não podemos esquecer que passamos, em sequência, por enormes dificuldades financeiras do Estado e dívidas com hospitais, pandemia, enchentes e invernos rigorosos, tudo pressionando em alta escala a oferta e demanda do SUS.

Na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa há clamores por mais recursos para a saúde e a disputa sobre a aplicação dos percentuais constitucionais — que em breve parece que vai se consolidar, após acordo do Estado com o Ministério Público. Há consensos, como a importância da melhoria no fluxo dos pacientes, com investimento em prevenção e na rede de atenção básica, e a necessidade de atacar a doença no seu início, evitando agravos na pessoa doente, aumentando a chance da sobrevida e ainda reduzindo os custos dos tratamentos.

E há soluções, como o "SUS Gaúcho", que é um reforço na tabela de remunerações a especialistas, muito defasadas, que surgiu em discussões dentro da Comissão e veio para enfrentar um dos maiores gargalos: as filas enormes na oftalmologia, ortopedia e outras especialidades.

Junto com as filas vêm os deslocamentos, a ida e vinda de vans pelas estradas gaúchas, com todo o des-

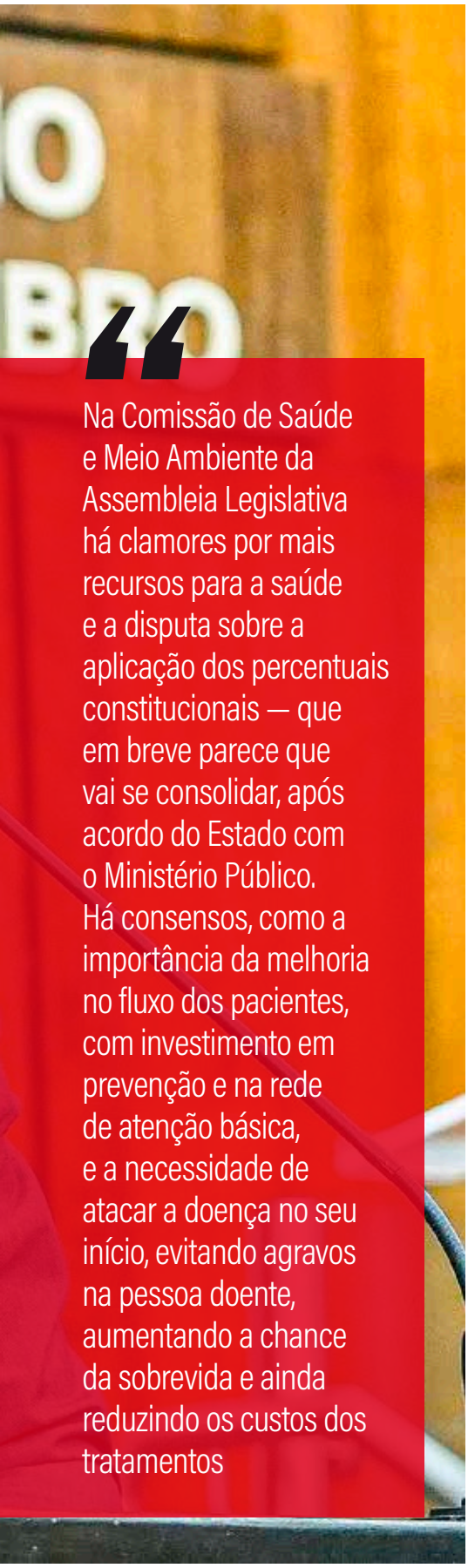


LEBERG
CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.






INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa há clamores por mais recursos para a saúde e a disputa sobre a aplicação dos percentuais constitucionais — que em breve parece que vai se consolidar, após acordo do Estado com o Ministério Público. Há consensos, como a importância da melhoria no fluxo dos pacientes, com investimento em prevenção e na rede de atenção básica, e a necessidade de atacar a doença no seu início, evitando agravos na pessoa doente, aumentando a chance da sobrevida e ainda reduzindo os custos dos tratamentos

conforto que esse transporte traz aos pacientes. A descentralização dos investimentos, em parte, está reduzindo essa falha do sistema, mas podemos melhorá-lo ainda mais, inclusive com legislações como o incremento do uso da tecnologia, da telessaúde e da vacinação domiciliar (ambas de minha autoria), do atendimento remoto dos pacientes, da cirurgia robótica e da saúde em casa. Com inovação, planejamento e ampliação de recursos, os gargalos serão superados.

***Como melhorar o acesso da população aos serviços públicos de saúde no Rio Grande do Sul?***

Com investimentos crescentes e bem aplicados, regionalização, integração, cada vez maior resolutividade na atenção básica, uso de ferramentas tecnológicas, enfim, ouvindo as sugestões de entidades representativas, os gestores municipais e as soluções apresentadas pelos próprios deputados. Procurar sempre conhecer a fundo as demandas dos usuários. É um conjunto de colaborações a serem integradas e compiladas, sem desmerecer as diretivas dos órgãos federais e a experiência da Secretaria da Saúde, que não é pouca.

***A Comissão tem acompanhado a situação hospitalar?***

Com certeza. A Comissão tem, em suas reuniões ordinárias, em audiências públicas e em ações coordenadas pelos seus membros, tratado inúmeras vezes de buscar soluções para o financiamento dos hospitais, de promover articulações para reorganizações regionais e de desenvolver resoluções para problemas de hospitais específicos.

Poderia citar as várias reuniões para ajustes no Programa Assistir, audiências para resolver demandas da oncologia, da hemodiálise, da falta de pediatras e leitos de pediatria. Também nos envolvemos em movimentos contra o fechamento de serviços e em trocas de empresas gestoras com desempenho insuficiente.

Nos casos de estabelecimentos específicos, poderia citar os debates e intermediações de soluções para os casos dos hospitais de Montenegro, Novo Hamburgo, Santa Maria, Viamão, Cachoeirinha, Alvorada, Canoas, Sapucaia do Sul, Conceição de Porto Alegre, da rede hospitalar da Região das Missões, entre outros.

Ou seja, este é um dos assuntos mais recorrentes na Comissão. Aliás, também não esquecemos dos profissionais de saúde, cujas demandas foram muitas vezes debatidas e suas reivindicações levadas aos governos.

***Qual o impacto das mudanças climáticas na saúde pública?***

É direto e crescente. Não se trata apenas de um tema ambiental, mas de um tema econômico, com impacto nas finanças públicas. A lógica é simples: as mudanças no clima alteram a exposição a riscos, mudam bruscamente o perfil de doenças e extrapolam a capacidade de resposta do sistema de saúde.

Alternam-se ondas de calor e de frio intenso, e o organismo das pessoas não resiste a essas alterações e adoece, sobretudo a população mais vulnerável social e economicamente. Crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas são submetidas a situações desafiadoras de saúde. Foi o que vivemos na época da pandemia e das enchentes, sob extrema pressão de demanda, com serviços públicos no limite, além de reflexos na saúde mental de muita gente, pelas perdas de toda ordem.

***Existe diálogo com os municípios?***

A Assembleia Legislativa se intitula a Casa do Povo. O povo mora nos municípios e as autoridades municipais também são do povo. Assim como se ouve muitos representantes de entidades, prefeitos e vereadores são frequentemente ouvidos e convidados a participar das atividades da Comissão, tanto atinentes à saúde pública como ao meio ambiente.

LEBERG
CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

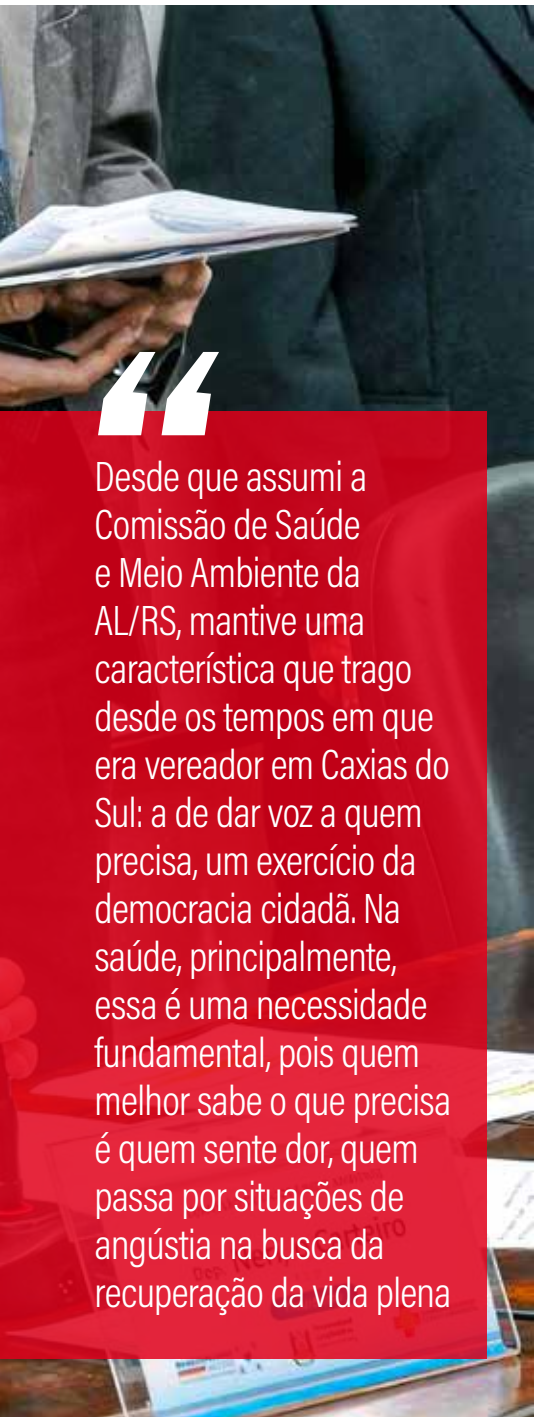


***Quais projetos estão em análise?***

Neste momento, há cerca de uma dezena de projetos que estão na pauta da Comissão, tratando desde regras para criação de pássaros, regramento para a caça ao javali e reutilização de óleos vegetais na área ambiental até regramentos nas maternidades do SUS e direitos das pessoas que necessitam de cão-guia.

É relevante mencionar alguns projetos que aprovamos: imunidade de ICMS aos hospitais filantrópicos, política da telessaúde, vacinação domiciliar do autista, política de proteção contra o HPV, saúde integral da população negra, atendimento prioritário a pessoas com diabetes, fisioterapeuta 24 horas em UTIs, CID na carteira dos PCDs, Índice de Massa Corpórea nos prontuários médicos, programas de prevenção da automutilação e do suicídio e programa de combate ao vício em apostas e jogos de azar (bets) são os mais recentes na área da saúde.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Desde que assumi a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL/RS, mantive uma característica que trago desde os tempos em que era vereador em Caxias do Sul: a de dar voz a quem precisa, um exercício da democracia cidadã. Na saúde, principalmente, essa é uma necessidade fundamental, pois quem melhor sabe o que precisa é quem sente dor, quem passa por situações de angústia na busca da recuperação da vida plena

Na área ambiental, foram regras de outorga do uso da água em pequenas propriedades, política de desassoreamento de rios e córregos, reuso de areais de fundição, regularização de edificações (não demolição imediata) em áreas de preservação permanente, proibição de fogos de artifício de efeito sonoro, notificação pelos veterinários da ocorrência de maus-tratos a animais, entre outros.

***Como enfrentar crises sanitárias?***

É com um pouco de tudo que já falamos, com tecnologia, integração e cooperação entre os entes e aproveitamento de cada oportunidade de bem cuidar das pessoas e dos recursos que são postos à disposição. Nesse sentido, há iniciativas interessantes em implementação, como a destinação de recursos dos fundos do Ministério Público e de recursos do orçamento do Poder Judiciário, que, através de aplicações específicas em mutirões em especialidades médicas, já baixaram algumas filas de espera.

Não dá para deixar de considerar também que o que une a saúde ao meio ambiente diretamente é o saneamento básico, o bom controle dos resíduos e efluentes. Também nesta questão, a união de todos os entes e atores é importante, o que vai da educação ambiental do cidadão à coordenação das ações pelos governos centrais.

O Rio Grande do Sul passou por grandes provações, e as entidades do terceiro setor, os grupos informais e a autoridade da Defesa Civil fizeram a diferença no enfrentamento das catástrofes.

O Parlamento, por sua vez, funciona como o promotor das articulações institucionais, o formulador de legislações cada vez mais adequadas às situações extremas e catalisador das demandas da sociedade.

***Há fiscalização eficiente na área ambiental?***

Penso que sim. As demandas que vêm à Comissão nesta área da falta de fiscalização são bastante pontuais e esporádicas, mas damos encaminhamentos a elas. A contribuição vigilante e fundamental do cidadão, essa sim, é muito importante na coibição das ações nocivas ao meio ambiente e à saúde pública.

***O que precisa avançar com urgência?***

Na saúde, se faz sempre urgente a gradativa qualificação de todos os sistemas, desde a busca de recursos, com a participação equitativa dos entes (União, Estado e municípios), até a implementação de políticas modernas aprovadas ou em discussão, como a atenção a públicos específicos de pacientes da saúde pública — como, por exemplo, autistas, estomizados, necessitados de transplantes, pessoas com doenças raras, pessoas idosas e, mais recentemente, as pessoas com vários tipos de sofrimento mental. É desejável ainda modernizar e humanizar o atendimento aos pacientes da saúde, uma das grandes expectativas da população.

***Qual o foco da sua gestão na Comissão?***

Desde que assumi a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL/RS, mantive uma característica que trago desde os tempos em que era vereador em Caxias do Sul: a de dar voz a quem precisa, um exercício da democracia cidadã. Na saúde, principalmente, essa é uma necessidade fundamental, pois quem melhor sabe o que precisa é quem sente dor, quem passa por situações de angústia na busca da recuperação da vida plena. Por isso, o compromisso do Estado e das autoridades deve ser o de atuar com responsabilidade na gestão pública, monitorar o funcionamento das políticas públicas e produzir a legislação possível e mais justa para proporcionar bem-estar social.

Para isso, contei com a valiosa contribuição dos doze deputados membros, debatendo, reivindicando, promovendo consensos, dando vazão às demandas da sociedade e fazendo entregas na área de fiscalização e aprovação do mérito das leis propostas pelos parlamentares estaduais gaúchos.

Assim será até o fim da nossa gestão, com proatividade e responsabilidade, porque cuidar da saúde é cuidar da vida das pessoas.





INSCREVA-SE @revistaemevidencia



## “O estado precisa estabelecer uma estrutura que garanta proteção efetiva às mulheres, o que inclui o monitoramento rigoroso de agressores. Vejo a violência de gênero como o gargalo mais urgente da nossa segurança”

# LEONEL RADDE

**Presidente da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Celso Bender, Claudio Fachel e Luís Gustavo Machado*

***Considerando o atual cenário socioeconômico do Rio Grande do Sul, quais são os gargalos mais críticos da segurança pública?***

Acredito que os desafios centrais estão concentrados, prioritariamente, no combate ao feminicídio. O Estado precisa estabelecer uma estrutura que garanta proteção efetiva às mulheres, o que inclui o monitoramento rigoroso de agressores. Vejo a violência de gênero como o gargalo mais urgente da nossa segurança. Somado a isso, enfrentamos o déficit de efetivo e a precarização da carreira policial. A falta de uma reposição salarial digna há anos tem retirado a atratividade da profissão, desvalorizando os profissionais que atuam na ponta.

***Como a Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado tem articulado ações práticas para integrar as demandas da sociedade civil com as políticas de combate à criminalidade?***

A Comissão funciona como um centro aglutinador de demandas. O nosso papel é unificar as pautas que chegam e dar o devido encaminhamento junto à Secretaria da Segurança Pública e ao governo do Estado. Além disso, consolidamos a Comissão como um espaço de escuta ativa da sociedade civil por meio de oitivas e audiências. É também por este colegiado que todos os projetos de lei voltados à área da segurança obrigatoriamente tramitam para análise e aprovação.

***Qual a sua avaliação sobre o atual nível de integração entre as diferentes forças de segurança e o que ainda falta para que essa cooperação atinja um patamar de excelência operacional?***

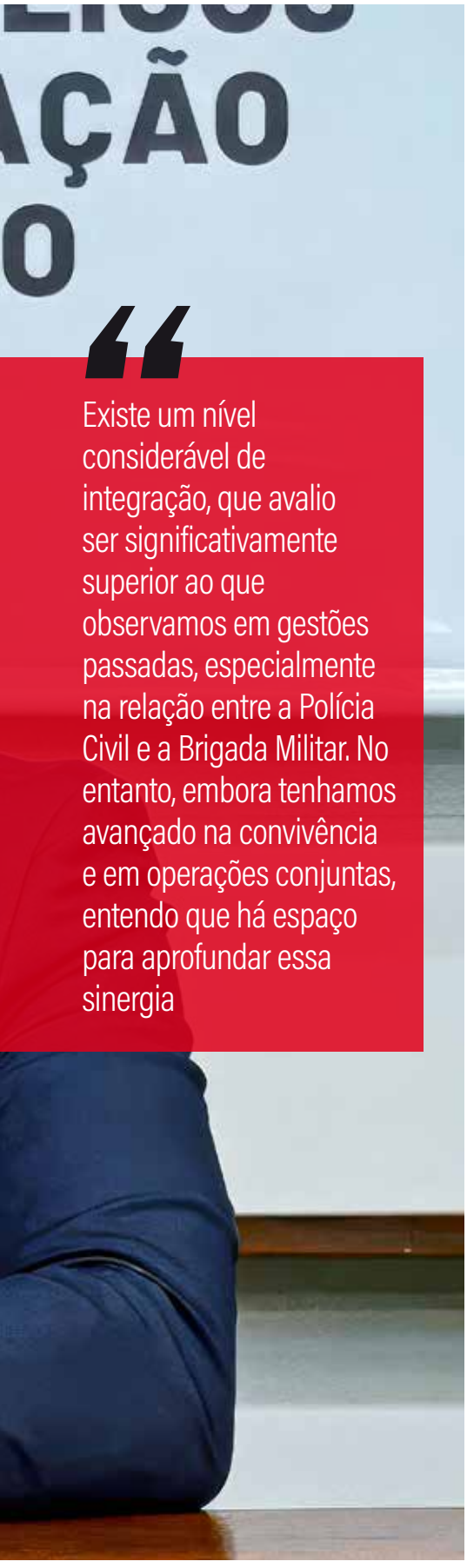
Existe um nível considerável de integração, que avalio ser significativamente superior ao que observamos em gestões passadas, especialmente

LE BERG
CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.






INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Existe um nível considerável de integração, que avalio ser significativamente superior ao que observamos em gestões passadas, especialmente na relação entre a Polícia Civil e a Brigada Militar. No entanto, embora tenhamos avançado na convivência e em operações conjuntas, entendo que há espaço para aprofundar essa sinergia

na relação entre a Polícia Civil e a Brigada Militar. No entanto, embora tenhamos avançado na convivência e em operações conjuntas, entendo que há espaço para aprofundar essa sinergia. O desafio é transformar a colaboração pontual em uma política de Estado permanente, integrando ainda mais os setores de inteligência e compartilhamento de dados para otimizar os resultados na ponta.

***Além da necessária recomposição salarial, quais pilares o senhor considera fundamentais para melhorar as condições de trabalho dos servidores da segurança?***

A melhoria das condições de trabalho é indissociável da valorização salarial e de um plano de promoções justo, mas passa, fundamentalmente, pela infraestrutura. Hoje, a maioria dos prédios ligados à segurança pública carece de reformas e investimentos profundos. Defendo, inclusive, uma mudança de modelo: o Estado deve priorizar a manutenção de sedes próprias em vez de estruturas alugadas, como ocorre na grande maioria dos casos. Investir na solidez do patrimônio físico é um ponto central para garantir dignidade ao profissional e um atendimento adequado ao cidadão.

***Qual o papel da tecnologia no atual modelo de policiamento no Rio Grande do Sul?***

O cercamento eletrônico e a expansão do videomonitoramento têm cumprido papéis essenciais no combate ao crime, mas precisamos expandir esse olhar tecnológico. Considero fundamental o incremento de investimentos na perícia técnica e técnico-científica, o que inclui a aquisição de equipamentos de ponta e a ampliação do quadro de servidores especializados. Além disso, a tecnologia deve ser acompanhada por um programa de treinamento continuado, garantindo que o efetivo esteja plenamente capacitado para operar essas novas ferramentas de forma estratégica.

***Quais são as diretrizes que norteiam a atuação da Assembleia Legislativa no campo da segurança?***

O foco do Legislativo está centrado na capacidade de proposição, ou seja, na elaboração de leis que atendam às necessidades da segurança pública. Contudo, nossa atuação vai além: as audiências públicas são instrumentos vitais para dar voz à sociedade e denunciar situações que estejam em desacordo com o esperado. É nesse espaço de debate e fiscalização que o Parlamento cumpre o seu papel essencial de assegurar que as políticas de segurança sejam executadas com transparência e eficácia.

***Que estratégias o senhor considera primordiais para combater o crime organizado?***

O enfrentamento ao crime organizado depende, fundamentalmente, do fortalecimento da inteligência policial. Defendo o uso de tecnologias modernas para monitoramento, quebra de sigilos e busca ativa, focando especialmente no sistema financeiro e no combate à lavagem de dinheiro. Para que essa desarticulação seja efetiva, é indispensável contar com profissionais altamente qualificados e com suporte tecnológico de ponta, permitindo que o Estado atinja o crime em sua estrutura econômica.

***Como tem se dado a interlocução da Comissão com o Poder Executivo?***

Atualmente, as pontes de diálogo com o governo estadual são limitadas. Embora não haja uma postura refratária, a interlocução ainda é restrita. Por isso, considero fundamental que a população se aproxime da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado para fortalecer o debate. As reuniões ocorrem todas as quintas-feiras, às 9h, com transmissão ao vivo pela TV Assembleia. É por meio desse canal que pautamos os temas prioritários da segurança e informamos a sociedade sobre o calendário de audiências pú-

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.






INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> O enfrentamento ao crime organizado depende, fundamentalmente, do fortalecimento da inteligência policial. Defendo o uso de tecnologias modernas para monitoramento, quebra de sigilos e busca ativa, focando especialmente no sistema financeiro e no combate à lavagem de dinheiro. Para que essa desarticulação seja efetiva, é indispensável contar com profissionais altamente qualificados e com suporte tecnológico de ponta, permitindo que o Estado atinja o crime em sua estrutura econômica

blicas, garantindo transparência ao nosso trabalho.

***Para além do aparato policial, que políticas públicas o senhor considera essenciais para reduzir a criminalidade?***

A segurança pública depende diretamente do avanço de políticas em áreas externas, como a educação. Precisamos implementar com mais rigor ações que combatam a precarização do ensino e as situações de vulnerabilidade social, fatores que hoje sobrecarregam o sistema de segurança. Sem o fortalecimento dessas bases, o enfrentamento à criminalidade torna-se muito mais difícil, pois as causas-raízes da violência continuam desassistidas.

***De que forma o investimento em assistência social pode atuar como uma estratégia eficaz de prevenção à criminalidade?***

A prevenção é um tema complexo que passa, necessariamente, pela educação, pela distribuição de renda e por um sistema de assistência social realmente efetivo. Infelizmente, essas áreas são as que mais sofrem com cortes orçamentários. É preciso entender que investir no social é uma estratégia de segurança: uma rede de proteção sólida é o que evita que os jovens entrem na criminalidade. Precisamos de uma visão ampla que priorize essas políticas para colhermos resultados duradouros na segurança pública.

***Para finalizar, qual legado o senhor busca consolidar na Comissão?***

O legado que pretendo deixar é o de uma gestão pautada pelo diálogo e pela resolutividade. Trabalhamos para que todos os pleitos que chegaram à Comissão recebessem os devidos encaminhamentos, mantendo um ambiente democrático e aberto a temas amplos. Consolidamos este espaço como um canal de acesso direto da sociedade à Assembleia Legislativa, garantindo que o cidadão não apenas seja ouvido, mas que suas demandas tramitem de forma efetiva.

# DEFENDENDO OS DIREITOS DO CONSUMIDOR COM O APOIO DO LEGISLATIVO GAÚCHO

**Confira as ações do presidente Dr. Thiago Duarte frente à Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor, do Contribuinte e Participação Legislativa Popular**

*Wilson Rosa*
*Fotos: Chico Pinheyro e Celso Bender*

Defender os direitos dos consumidores e fazer a mediação entre a sociedade e o poder público. Esses são os compromissos do deputado Dr. Thiago Duarte ao assumir como presidente da Comissão Mista Permanente de Defesa do Consumidor, do Contribuinte e Participação Legislativa Popular da Assembleia Legislativa. "Também serão reforçadas as pautas enviadas por entidades civis, denúncias de golpes e exploração de preços no comércio, assim como a promoção de ações relacionadas ao Código de Defesa do Consumidor", destacou o parlamentar ao assumir a presidência. Inclusive, serão distribuídas novamente as cartilhas com orientações sobre os golpes mais usados, publicação feita no mandato anterior e que foi muito solicitada. Entre os golpes divulgados estão o do falso banco, do falso e-mail, o do Pix, da promoção bombástica, da compra que você não fez, da falsa notificação dos Correios, entre outros.

## CÓDIGO DE DEFESA

A Comissão também disponibiliza exemplares do Código de Defesa do Consumidor, criado em 1990 e que trouxe uma série de medidas protetivas para resguardar e garantir os direitos básicos dos consumidores, como o direito à segurança, à informação e ao atendimento pós-venda, assim como impôs diversas obrigações aos fornecedores, como os deveres de informação, de transparência e de igualdade. "A defesa do consumidor é uma tarefa complexa e depende, em boa parte, dos próprios consumidores. Seus direitos de consumo devem ser devidamente tutelados, ou seja, defendidos pelos órgãos públicos e privados de proteção e defesa dos consumidores e, quando necessário, pelo Poder Judiciário. Para que esses direitos sejam resguardados, é preciso que os consumidores os conheçam", ressaltou o presidente da Comissão.

Na primeira sessão da Comissão deste ano, foi encaminhado pedido de esclarecimentos para a empresa Aegea/Corsan sobre o abastecimento em Sapiranga. Foi feita denúncia sobre a má qualidade da água fornecida pela empresa. Moradores reclamam que a água está escura, com mau cheiro e gosto desagradável, sendo imprópria para consumo e uso básico, o que representa risco à saúde pública e violação dos direitos do consumidor. Moradores relatam gastos extras com compra de água potável e possíveis problemas de saúde.

A denúncia também envolve relatos semelhantes em outros municípios do Estado. Diante disso, foi organizado um abaixo-assinado cobrando providências. Foi solicitado à Comissão investigar o caso e pedir esclarecimentos à concessionária sobre as causas e soluções. Serão avaliadas também medidas como a suspensão da cobrança de tarifas enquanto o serviço permanecer inadequado. Dr. Thiago também propõe duas audiências públicas: uma para verificar as dificuldades da distribuição de combustíveis aqui no Estado e os impactos gerados para os consumidores, e outra para debater a inclusão das pessoas surdas como beneficiárias das isenções de IPVA. Para isso, serão convidados representantes da Secretaria Estadual da Fazenda, de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, Conselho Estadual de Pessoa com Deficiência, Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes, Federação Mun-




INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.




**APOIO LEGISLATIVO**
A Comissão serviu de apoio para entidades importantes do RS, como o Sintergs, na ocasião representado por seu presidente, Nelcir Varnier

dial de Surdos, entre outros. "Precisamos abrir o debate com todos os envolvidos na questão e buscar uma solução para não prejudicar o consumidor", destacou o Dr. Thiago.

## AUDIÊNCIAS

Em 2024, a Comissão recebeu muitas reclamações dos serviços da empresa CEEE Equatorial e Dr. Thiago convocou uma reunião ordinária dos moradores com o diretor-presidente da companhia, Riberto Barbanera, para avaliar o atendimento, principalmente nos bairros do Extremo Sul. "Além de falhas no fornecimento de energia elétrica, os moradores também criticaram a falta de poda nas árvores que atingem a fiação e os postes de madeira que ameaçam cair em dias de temporal", esclareceu o deputado.

Também foi chamada uma audiência dos moradores dos loteamentos Pi-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




tangueiras e Goiabeiras, na Restinga, com representantes da Caixa Econômica Federal. Eles reclamam de infiltrações e rachaduras nos prédios recém-construídos, além de problemas de saneamento e pavimentação nos condomínios. Houve também uma reunião com a diretoria do Hospital Divina Providência para tratar de uma denúncia sobre cobranças indevidas a usuários do Instituto de Previdência (IPE Saúde).

Outra questão tratada foi a tabela de remuneração hospitalar do IPE, que foi alterada pelo governo. “Esse é o papel do Legislativo: aproximar o cidadão dos órgãos públicos e empresas que prestam serviços básicos para fiscalizar e acompanhar as ações solicitadas pelos contribuintes consumidores”, observa Dr. Thiago. Ainda aconteceram mutirões de atendimento em parceria com o Procon/RS e a Defensoria Pública Estadual, com exposição de banners com dicas práticas alertando os consumidores dos seus direitos no dia a dia.

## LEIS PROPOSTAS

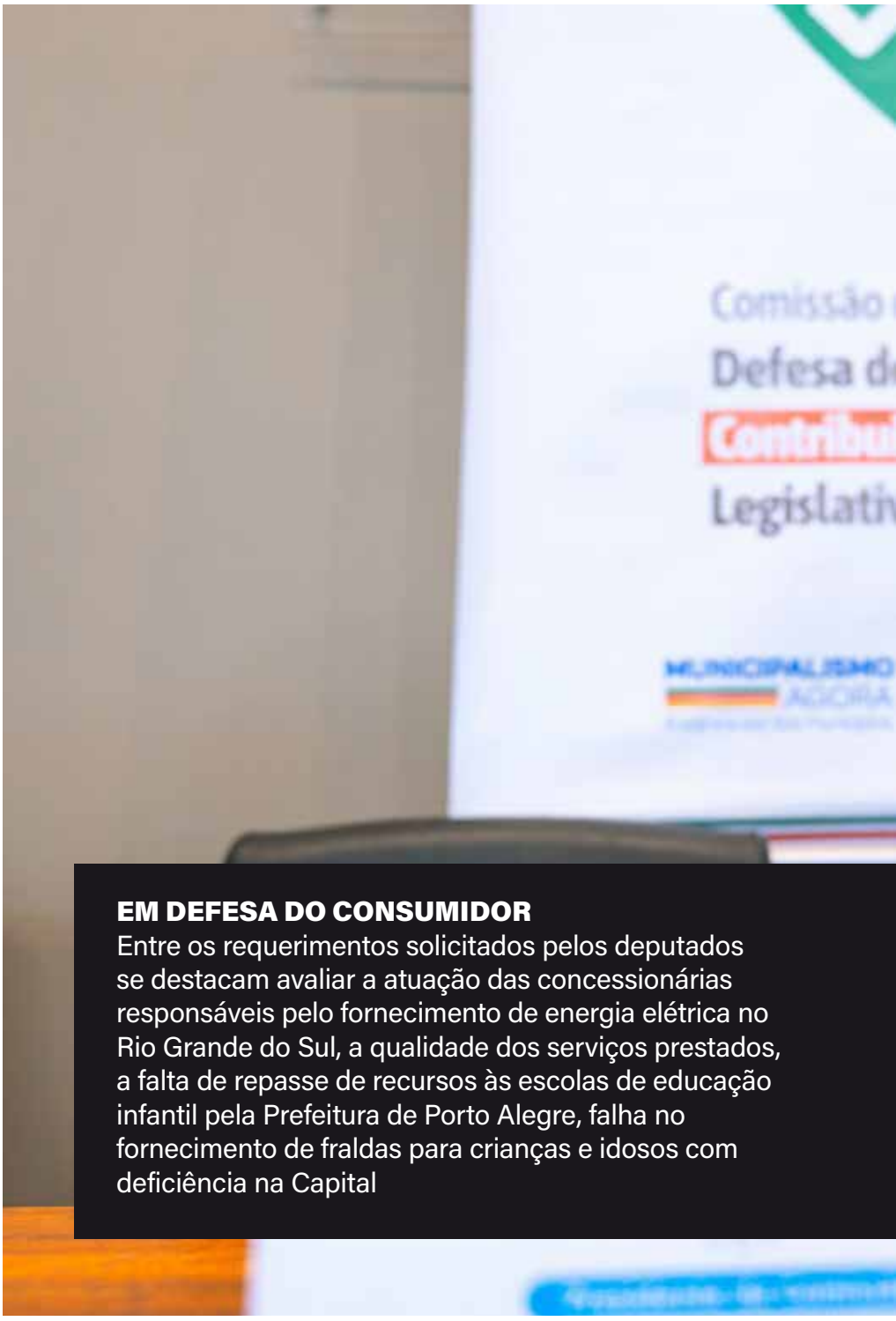
A Comissão também promove a participação legislativa popular, com entidades e pessoas físicas sugerindo leis que favoreçam a sociedade. O médico especialista em Medicina Fetal e Ultrassonografia, Dr. Jorge Telles, propôs um projeto de lei que institui anualmente o dia 22 de maio como o Dia do Rastreio e da Prevenção de Pré-eclâmpsia na gestação.

Em outra reunião, os deputados receberam a sugestão de projeto de lei para isentar o Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação — ITCD — nas doações aos atingidos pelas enchentes. Proposta apresentada pelo presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB/RS, Rafael Wagner. Os segmentos econômicos do Estado também participam das sessões da Comissão de Defesa do Consumidor. Em julho de 2024, houve uma grande reunião no plenarinho da Assembleia com a presença de 30 entidades representativas dos setores produtivos, que vieram defender uma proposta alternativa aos decretos de revisão de benefícios fiscais concedidos pelo Estado. O grupo se manifestou a favor do reajuste de 2% na alíquota modal do ICMS, de 17% para 19%, a partir do ano seguinte.

Entre os requerimentos solicitados pelos deputados se destacam avaliar a atuação das concessionárias responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul, a qualidade dos serviços prestados, a falta de repasse de recursos às escolas de educação infantil pela

CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Prefeitura de Porto Alegre, falha no fornecimento de fraldas para crianças e idosos com deficiência na Capital, debater a interrupção do fornecimento de medicação pelo laboratório Takeda para crianças diagnosticadas com Leucodistrofia Metacromática, cobrança de valores de estacionamento de proprietários de veículos que não puderam retirá-los das zonas alagadas, isenção das tarifas de energia elétrica, água e IPTU dos imóveis utilizados para depósitos de donativos ou para os que serviram de abrigo aos atingidos pelas enchentes, buscar explicações junto à empresa Fraport do Brasil sobre a intenção de rescindir o contrato de concessão do Aeroporto Salgado Filho e avaliar a situação do transporte público de passageiros na Região Metropolitana de Porto Alegre.



**EM DEFESA DO CONSUMIDOR**
Entre os requerimentos solicitados pelos deputados se destacam avaliar a atuação das concessionárias responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul, a qualidade dos serviços prestados, a falta de repasse de recursos às escolas de educação infantil pela Prefeitura de Porto Alegre, falha no fornecimento de fraldas para crianças e idosos com deficiência na Capital

Além de debater os problemas no fornecimento de água, energia elétrica, de obras malfeitas e divulgar ações de conscientização dos direitos do consumidor e evitar golpes, a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa também se preocupa com regras de convivência e estruturas para ter qualidade de vida na sociedade. O mais recente projeto do Dr. Thiago Duarte trata dessa questão e será colocado em debate nos próximos meses.

A proposta dispõe sobre o direito à instalação de estação de recarga individual para veículos elétricos em edificações comerciais e residenciais no Rio Grande do Sul. “Como sabemos, a frota de carros elétricos vem aumentando no RS. E os proprietários estão encontrando dificuldades para recarregar o veículo. Nos condomínios com área privativa, não existe um padrão para o funcionamento de estações de recarga. Por isso apresentei esse projeto, que deve ser debatido com a sociedade”, informou o médico deputado. O projeto prevê os seguintes requisitos: compatibilidade com a voltagem da unidade autônoma; seguir normas da distribuidora local e as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); instalar com um profissional habilitado, com emissão de Registro de Responsabilidade Técnica; e comunicar de forma prévia a administração do condomínio. “Pelo projeto, a convenção condominial não pode proibir a instalação de estação de recarga sem justificativa técnica ou de segurança devidamente fundamentada e documentada. Isso será debatido em audiência pública que vamos chamar para ouvir todos os envolvidos”, observou o Dr. Thiago Duarte. O projeto 85/2026 assegura ao condômino o direito de instalar, às suas custas, uma estação de recarga individual. O consumo de


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




energia elétrica decorrente da estação deverá ser individualizado, por meio de medidor próprio.

Os próximos empreendimentos imobiliários que tiverem projetos aprovados após a entrada em vigor desta Lei deverão prever, em seus sistemas elétricos, capacidade mínima de suporte à instalação futura de estações de recarga para veículos elétricos por seus condôminos ou usuários.

**ONDE RECLAMAR**

Para denúncias de golpes ou exploração, e reclamações sobre serviços, procure a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa pelo telefone (51) 3210-2000 ou no gabinete do deputado Dr. Thiago Duarte, presidente, pelo telefone (51) 3210-1653. As sessões ordinárias acontecem nas quartas-feiras, às 11h. O serviço de Procon do município pode ser acionado.

ALBERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# "O Mercosul continua sendo extremamente estratégico, especialmente para o Rio Grande do Sul"

# ADRIANA LARA

**Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Fotos: Celso Bender e Esther Boeira*



> "A Comissão monitora constantemente a evolução dos acordos do Mercosul, com foco nas áreas fiscal, aduaneira e comercial, a exemplo de Jaguarão. Embora o crescimento dependa de variáveis externas, nosso trabalho é identificar e contribuir para a unificação das legislações e para a superação de barreiras técnicas que possam alavancar o comércio, garantindo que as normas técnicas e sanitárias sejam facilitadoras e não entraves para as relações comerciais gaúchas

***Qual é o papel da Comissão nas relações internacionais?***

O papel da Comissão é atuar em assuntos pertinentes ao Mercado Comum do Sul e, integrando-se, fomentar a integração econômica, política, social e cultural que integram o Mercosul e têm relações internacionais com o RS.

***O Mercosul ainda é estratégico?***

Sim, o Mercosul continua sendo extremamente estratégico, especialmente para o Rio Grande do Sul devido à sua posição geográfica e perfil econômico. Através do acompanhamento da implantação de acordos e políticas, como o tratado com a Comunidade Europeia, a Comissão trabalha para fortalecer as relações com o Estado.

***Há integração com países vizinhos?***

Com certeza, a integração é uma de nossas finalidades. A Comissão funciona para promover a integração parlamentar com os países do Mercosul e demais países sul-americanos. Já realizamos audiências públicas binacionais, por exemplo, para tratar de educação superior com o Uruguai, além de acompanhamento de temas de fronteira, como a chamada faixa de fronteira.

***Como o Estado se posiciona no cenário externo?***

O Rio Grande do Sul se posiciona como protagonista através da promoção de discussões políticas, econômicas e sociais de interesse do Estado junto aos diversos segmentos da sociedade gaúcha e entidades representativas, como Fiergs e Famurs. A Comissão atua na interlocução com o Congresso Nacional e demais poderes para que as demandas do RS, especialmente em áreas como política agrícola, industrial e comercial, sejam consideradas nos acordos internacionais e no âmbito do Mercosul.

***O comércio internacional tem crescido?***

A Comissão monitora constantemente a evolução dos acordos do Mercosul, com foco nas áreas fiscal, aduaneira e comercial, a exemplo de Jaguarão. Embora o crescimento dependa de variáveis externas, nosso trabalho é identificar e contribuir para a unificação das legislações e para a superação de barreiras técnicas que possam alavancar o comércio, garantindo que as normas técnicas e sanitárias sejam facilitadoras e não entraves para as relações comerciais gaúchas.

***Existem novas oportunidades?***

Sim, novas oportunidades surgem com a potencial aprovação e internalização do acordo com a Comu-


INSCREVA-SE @revistaemevidencia


MERCOSUL
E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Comité Mixto Permanente del Mercosur
Y Asuntos Internacionales
DEP. ADRIANA LA
Presidente
(PL)

CE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.




nidade Europeia. Através do projeto "Observatório do Mercosul", estamos realizando o monitoramento de temas em discussão e levantando demandas das cidades fronteiriças, visando identificar setores que podem se beneficiar da aproximação comercial e da cooperação previstos nos novos tratados.

***Como fortalecer relações regionais?***

Para fortalecer as relações regionais, a Comissão realiza a construção de agendas institucionais junto aos municípios como parte do Observatório do Mercosul, incluindo visitas aos entes locais e interlocução com os governos federal e estadual. O foco é promover o diálogo, estreitando os laços de cooperação, diretamente com o município.

***A Comissão dialoga com o governo federal?***

Sim, o diálogo com o governo federal é essencial e constante. A Comissão realiza a interlocução com o Congresso Nacional e Ministérios e acompanha a implantação de acordos e políticas econômicas de competência federal. Dessa forma, atuamos para garantir que os interesses e as demandas específicas do município e do Estado sejam considerados nas negociações e na internalização das normas do Mercosul e do acordo com a UE, por exemplo. Mas há outros temas também, como câmbio, trânsito, educação, combate à pedofilia, uso de documentação, relações com cidades gêmeas, compartilhamento de estruturas e serviços públicos.


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




> O Rio Grande do Sul se posiciona como protagonista através da promoção de discussões políticas, econômicas e sociais de interesse do Estado junto aos diversos segmentos da sociedade gaúcha e entidades representativas, como Fiergs e Famurs. A Comissão atua na interlocução com o Congresso Nacional e demais poderes para que as demandas do RS, especialmente em áreas como política agrícola, industrial e comercial, sejam consideradas nos acordos internacionais e no âmbito do Mercosul

***Quais projetos estão em pauta?***

O grande projeto em desenvolvimento atualmente é o "Observatório do Mercosul". As atividades incluem o monitoramento de temas e notícias no âmbito do Mercosul e Parlasul, levantamento de demandas das cidades fronteiriças e acompanhamento sistemático da aprovação e internalização do acordo com a Comunidade Europeia.

***O que precisa avançar?***

É preciso avançar na unificação das legislações e na efetiva internalização dos acordos, especialmente aqueles referentes à segurança, combate à pedofilia, política agrícola, uso de documentos de identificação, relações bancárias e educação.

***Há desafios diplomáticos?***

Sim, existem desafios, principalmente na conciliação das diversas legislações e interesses dos estados-membros do Mercosul e da União Europeia. A Comissão atua para mitigar dificuldades e propor soluções de controvérsias. O desafio diplomático constante é fortalecer a integração.

***Qual é o foco da atuação?***

O foco da atuação é promover a integração parlamentar e o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul por meio do Mercosul. Priorizamos o acompanhamento minucioso de acordos com a União, o apoio aos municípios fronteiriços, sempre com o objetivo de defender os interesses gaúchos e contribuir para a integração entre os países membros e os municípios fronteiriços. ■

LE BERG
CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# "Quanto mais transparência existir mais garantia há de independência do trabalho do Poder Legislativo"

# VALDECI OLIVEIRA

**Presidente da Comissão de Ética Parlamentar**

*Entrevista: Rafaela Machado*
*Foto: Christiano Ercolani*



> Se algum parlamentar, independentemente do partido, estiver em atuação contrária aos preceitos e regramentos deste Parlamento, iremos atuar de forma firme, séria e transparente. Até porque, com ou sem pressão, é isso que a sociedade espera e exige de nós

***Qual o papel da Comissão de Ética no cenário atual?***

Acredito que continue tendo a relevância e importância necessárias que se exige da coisa pública dentro de um regime democrático. E isso independe de ser neste ou em outro cenário. O importante é que ela cumpra seu papel, tenha independência, responsabilidade e preste contas à sociedade.

***Como garantir imparcialidade?***

O fundamental é sempre atuar de acordo com as regras, do que está previsto no regimento da Assembleia Legislativa, que é claro. Se algum parlamentar, independentemente do partido, estiver em atuação contrária aos preceitos e regramentos do Parlamento, iremos atuar de forma firme, séria e transparente. É isso que a sociedade espera de nós, é isso que a lei prevê. Seguindo este preceito, a sua consciência fica resguardada, a sua independência garantida e o seu trabalho calcado na justiça.

***A transparência é suficiente?***

Por se tratar de um processo que não é — e não pode ser — estanque, definitivo, ele se constrói e evolui constante e diariamente. Em última análise, esta "suficiência" é ditada pelo momento, ditada pela sociedade, pela realidade que se impõe. Ao mesmo tempo, isso não impede dela ser aprimorada e ampliada conforme as experiências práticas do próprio Parlamento. O fato é que, quanto mais transparência existir, mais garantia há de independência do trabalho do Poder Legislativo, mais se amplia a sua prestação de contas à sociedade e mais confiança se estabelece entre a população com aqueles e aquelas em que ela confiou o seu voto.

***Como lidar com denúncias?***

Quem preside este tipo de colegiado tem de ter claro que elas podem ocorrer a qualquer momento e que fazem parte da atividade. E que, havendo recebimento de alguma denúncia — fundamentada, é claro —, que pode ser feita tanto pela Mesa Diretora da ALRS, por outro parlamentar, por algum dos partidos políticos com representação no Legislativo e por cidadãos, esta é analisada a partir do Código de Ética, se houve ou não quebra do decoro, se vai contra a conduta ilibada exigida dos deputados ou fere a imagem do Parlamento perante a sociedade. Faz parte da democracia, da cidadania.

***Existe pressão política?***

Saberemos realmente quando ou se formos acionados. O importante, independentemente de haver, em menor ou maior grau, é focar no cumprimento dos preceitos, trabalhar em sintonia com todos, pelo melhor para a Casa e para a democracia. Se formos chamados, não nos furtaremos de analisar as pautas, que serão tratadas sempre de acordo com as regras, do que está previsto no regimento da Assembleia. Se algum parlamentar, independentemente do partido, estiver em atuação contrária


INSCREVA-SE @revistaemevidencia




aos preceitos e regramentos deste Parlamento, iremos atuar de forma firme, séria e transparente. Até porque, com ou sem pressão, é isso que a sociedade espera e exige de nós.

***Como fortalecer a ética no Legislativo?***

Trata-se de um trabalho contínuo, cotidiano. Acredito que a participação popular constante, a fiscalização séria da sociedade e a própria evolução e o amadurecimento da atividade parlamentar como um todo são elementos cruciais não apenas no seu fortalecimento, mas na criação de uma cultura ética a ser observada, seguida, posta em prática por todos e todas, principalmente por aqueles e aquelas que exercem cargos públicos.

***O regimento precisa de atualização?***

Como todo regramento, seja este público ou privado, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa também passa por alterações, modificações, atualizações e acréscimos periódicos. E essas alterações ao longo do tempo visam justamente adequar esse conjunto de regras tanto a novas legislações como à modernização de procedimentos, simplificação de ritos administrativos, entre outros. Em 2021, o Regimento passou por uma grande reformulação, a maior e mais profunda em 30 anos. Apesar de muitos processos terem sido aprimorados, pequenos ajustes, quando necessários, são encaminhados para análise da Mesa Diretora, que tem a competência para propor alterações, geralmente através de um Projeto de Resolução.

***Qual legado o senhor pretende deixar?***

Um legado formado por aquilo que me acompanha neste meio século de caminhada política: o do fazer bem feito, de forma justa, participativa, ouvindo mais que falando, respeitando as diferenças e dialogando muito. Ao buscar equilibrar esses elementos, até podemos não acertar em tudo, pois somos humanos, mas a possibilidade de erro será sempre menor.

CDP CONSULTORIA DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES
KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

# RESILIÊNCIA QUE RECONSTRÓI

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



**GILSON CONZATTI**
*Presidente da UVB e vereador em Iraí*



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul não foram apenas um desastre natural. Foram uma ferida aberta na história do Estado, especialmente no Vale do Taquari, região que esteve entre as mais duramente atingidas, com perdas humanas, destruição de moradias, pontes, estradas, empresas, lavouras, escolas, espaços públicos e referências afetivas de comunidades inteiras. O que a água levou não se resume a bens materiais. Levou memórias, segurança, rotinas e parte da identidade de cidades que precisaram reaprender a viver depois da tragédia.

Mas, diante da destruição, surgiu também uma das maiores demonstrações de resiliência coletiva já vistas no Rio Grande do Sul e no Brasil. A reconstrução não começou apenas com máquinas, projetos e recursos públicos. Começou com mãos estendidas, voluntários, entidades, empresas, profissionais liberais, universidades, igrejas, associações comunitárias, órgãos técnicos e instituições que compreenderam que reconstruir exige mais do que vontade: exige planejamento, responsabilidade e conhecimento.

Nesse contexto, o papel de entidades e órgãos como o CREA-RS se torna fundamental. A reconstrução de uma região devastada não pode ser conduzida apenas pela pressa emocional de devolver casas, pontes e prédios. Ela precisa ser feita com segurança técnica, avaliação de riscos, fiscalização, engenharia responsável, estudos de solo, análise estrutural, drenagem urbana, planejamento viário, soluções ambientais e visão de futuro. Reconstruir no mesmo lugar, da mesma forma e com os mesmos erros pode significar preparar novas tragédias.

O CREA-RS, ao lado de engenheiros, agrônomos, geólogos, arquitetos, técnicos, gestores públicos e entidades de classe, representa essa dimensão indispensável da reconstrução: a dimensão da técnica a serviço da vida. Sua atuação, direta ou articulada com profissionais e instituições, ajuda a dar segurança às decisões públicas e privadas. Laudos, vistorias, orientações, fiscalização profissional e apoio técnico são instrumentos que protegem famílias, qualificam obras e evitam improvisações perigosas.

A sociedade civil também teve papel decisivo. Empresas doaram materiais, entidades organizaram campanhas, voluntários limparam casas, produtores rurais recomeçaram lavouras, comerciantes reabriram portas e famílias reconstruíram suas vidas com coragem. O Vale do Taquari mostrou que resiliência não é apenas suportar a dor; é transformar sofrimento em movimento, perda em aprendizado e destruição em compromisso com o futuro.

A tragédia também ensinou que desenvolvimento não pode ser separado de prevenção. Cidades precisam rever seus planos diretores, mapas de risco, ocupações em áreas vulneráveis, sistemas de alerta, drenagem, pontes, estradas e políticas habitacionais. A reconstrução verdadeira não é simplesmente devolver o que existia antes, mas construir melhor, com mais segurança, inteligência e respeito à natureza.

O Rio Grande do Sul precisa reconhecer que a reconstrução é uma tarefa de longo prazo. Governos têm responsabilidade central, mas não conseguirão fazer tudo sozinhos. A resposta precisa ser integrada: poder público, universidades, entidades empresariais, organizações sociais, imprensa, lideranças comunitárias e cidadãos. Cada um tem uma função. Cada contribuição importa.

No Vale do Taquari, onde a destruição foi profunda, a reconstrução carrega também um valor simbólico. Cada ponte refeita, cada casa entregue, cada empresa reaberta e cada comunidade reorganizada representa uma vitória sobre o medo. É a prova de que uma região pode ser atingida pela força das águas, mas não precisa ser vencida por elas.

A grande lição das enchentes de 2024 é que resiliência não pode ser confundida com conformismo. Ser resiliente não é aceitar tragédias como destino. É reagir com coragem, mas também cobrar planejamento, prevenção, técnica e responsabilidade. É entender que a solidariedade salva no primeiro momento, mas a engenharia, a gestão pública e a organização social salvam no futuro.

> “Nesse contexto, o papel de entidades e órgãos como o CREA-RS se torna fundamental. A reconstrução de uma região devastada não pode ser conduzida apenas pela pressa emocional de devolver casas, pontes e prédios. Ela precisa ser feita com segurança técnica, avaliação de riscos, fiscalização, engenharia responsável, estudos de solo, análise estrutural, drenagem urbana, planejamento viário, soluções ambientais e visão de futuro”

O Vale do Taquari se tornou símbolo da dor, mas também da capacidade de recomeçar. E esse recomeço precisa ser conduzido com respeito às vidas perdidas, às famílias atingidas e às próximas gerações. Reconstruir é mais do que erguer paredes. É reconstruir confiança, segurança, pertencimento e esperança. É fazer da tragédia uma virada histórica para um Rio Grande do Sul mais preparado, mais humano e mais consciente.



# MU
# TÁ

## PRIMEIRA OBRA DE PROTEÇÃO A FICAR PRONTA NO RIO GRANDE DO SUL

Mais segurança para os canoenses
Canoas está cada vez **mais forte** e as obras acontecem **por toda a cidade**.


RO DA CASSOL
ENTREGUE.
Tá acontecendo.
Tá avançando.
PREFEITURA DE
CANOAS

# EM EVIDÊNCIA NA TV

Análises e discussões sobre política, economia e negócios no Rio Grande do Sul. Mantenha-se atualizado sobre as decisões, movimentações e oportunidades que impactam o estado.

## Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença na política e nos negócios do RS.

Apresentado por:

CDP Consultoria Direito Público

KAYSERMAQ Distribuidora Ltda.

Revista em evidência


às 17h30,
todos os domingos
TRANSMISSÃO:
SATÉLITE
Satélite Star One D2
Canal 575
TV POR ASSINATURA
Claro TV RS | 20 / 520
STREAMING
(GRATUITO)
• maspertv.com.br
• SoulTV
• SOPPlay
• NXTV
• YouTube
• Facebook
• Instagram
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES
Inscreva-se no nosso canal no YouTube! Acesse pelo QR Code ou busque por
@RevistaEmEvidencia
Apresentador:
Cláudio Andrade

# Mais da metade dos municípios do estado optam pela Kaysermaq.

FIBAM

METISA

ecoplan

PIM









R. Minas Gerais, 143
Niterói - Canoas/RS
92120-040

**Tel.: (51) 3475-2666**
**(51) 99958-0099**

kaysermaq@kaysermaq.com.br

**kaysermaq.com.br**

# Referência de bom atendimento e eficiência no mercado de peças para equipamentos rodoviários.

O foco está na qualidade dos produtos, no atendimento aos clientes, com destaque para o pós-venda, e na agilidade na entrega.







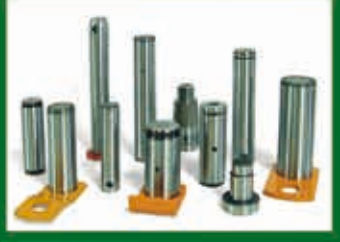



KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Referência de bom
atendimento e eficiência no mercado
de peças para equipamentos rodoviários.

FIBAM | METISA | ecoplan | PIM











KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

R. Minas Gerais, 143 - Niterói - Canoas/RS
Tel.: (51) 3475-2666 - 9958-0099
kaysermaq@kaysermaq.com.br

www.kaysermaq.com.br